



Relatório e Contas 2019



Two handwritten signatures in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signatures are cursive and appear to be initials or names.

Índice

1.	Mensagem do Presidente.....	7
2.	Natureza do Relatório.....	11
3.	Síntese de Indicadores	12
4.	Organização.....	13
4.1	Missão, Visão, Valores e Carta do Cliente.....	13
4.2	Estrutura de <i>Governance</i>	16
4.3	Órgãos Sociais.....	16
4.4	Participações financeiras do Metropolitano de Lisboa.....	20
5.	Análise de Contexto	22
5.1	Enquadramento macroeconómico.....	22
5.2	Linhas Estratégicas.....	25
6.	Desempenho	28
6.1	Modelo de Negócio.....	28
6.2	Gestão de risco.....	29
6.3	Desempenho da Atividade.....	34
6.4	Desempenho do negócio.....	47
6.5	Análise Económico-financeira	55
7.	Proposta de Aplicação de Resultados	66
8.	Anexos	67
8.1	Cumprimento de Orientações Legais.....	67
8.2	Declarações Finais.....	83
8.3	Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho de Administração, n.º 5, art.º 447 do Código das Sociedade Comerciais).....	84
8.4	Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho Fiscal, n.º 5, art.º 447 CSC).....	85
8.5	Demonstrações Financeiras e respetivo Anexo para o período findo em 31-12-2019 e 31-12-2018	86
8.6	Demonstrações Orçamentais.....	140



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and a circular stamp or mark.

Índice de Quadros

Quadro 1 – Principais Indicadores de Atividade e Financeiros.....	12
Quadro 2 – Identificação dos Membros do CA do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (01-01-2019 a 28-02-2019)	18
Quadro 3 – Identificação dos Membros do CA do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (01-03-2019 a 31-12-2019)	19
Quadro 4 – Identificação dos Membros do Conselho Fiscal – Mandato 2017-2019.....	19
Quadro 5 – Membros da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Mandato 2019-2021.....	19
Quadro 6 – Análise de riscos à corrupção.....	31
Quadro 7 – Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção.....	33
Quadro 8 – Comunicação e formação acerca de políticas e procedimentos anticorrupção.....	33
Quadro 9 – Incidentes confirmados e ações tomadas.....	33
Quadro 10 – Evolução da procura.....	49
Quadro 11- Evolução da oferta.....	50
Quadro 12 – Taxa de realização da oferta.....	50
Quadro 13 – Evolução das receitas de transporte.....	52
Quadro 14 – Evolução das receitas complementares.....	53
Quadro 15 – Produção de cartões Lisboa Viva.....	54
Quadro 16 – Indicadores de atividade – estações.....	54
Quadro 17 – Resultados.....	55
Quadro 18 – Rendimentos Operacionais.....	56
Quadro 19 – Gastos Operacionais.....	56
Quadro 20 – Gastos com Pessoal.....	57
Quadro 21 – Resultados Financeiros.....	57
Quadro 22 – Variação de caixa e seus equivalentes.....	58
Quadro 23 – Atividade de Financiamento.....	59
Quadro 24 – Despesa de investimento.....	60
Quadro 25 – Evolução do Investimento.....	60
Quadro 26 – Ativo Total.....	61
Quadro 27 – Passivo e Capital Próprio.....	61
Quadro 28 – <i>Rating</i> do ML.....	62
Quadro 29 – Estrutura do Passivo Remunerado.....	63
Quadro 30 – Indicadores de Produtividade.....	65
Quadro 31 – Objetivos de Gestão.....	67
Quadro 32 – Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE.....	68
Quadro 33 – Evolução da taxa média anual de financiamento e juros suportados.....	69
Quadro 34 – Passivo remunerado e variação do endividamento.....	69
Quadro 35 – Prazo Médio de Pagamentos.....	69
Quadro 36 – Dívidas Vencidas.....	69
Quadro 37 – Identificação dos membros do Conselho de Administração (01-01-2019 a 28-02-2019).....	70
Quadro 38 – Acumulação de Funções (01-01-2019 a 28-02-2019).....	70
Quadro 39 – Estatuto do Gestor Público (01-01-2019 a 28-02-2019).....	70
Quadro 40 – Remuneração Anual (01-01-2019 a 28-02-2019).....	71
Quadro 41 – Benefícios Sociais (01-01-2019 a 28-02-2019).....	71
Quadro 42 – Encargos com Viaturas (01-01-2019 a 28-02-2019).....	71



Quadro 43 – Gastos Anuais associados a Deslocações em Serviço (01-01-2019 a 28-02-2019).....	71
Quadro 44 – Identificação dos membros do Conselho de Administração (01-03-2019 a 31-12-2019).....	71
Quadro 45 – Acumulação de Funções (01-03-2019 a 31-12-2019).....	72
Quadro 46 – Estatuto do Gestor Público (01-03-2019 a 31-12-2019).....	72
Quadro 47 – Remuneração Anual (01-03-2019 a 31-12-2019).....	72
Quadro 48 – Benefícios Sociais (01-03-2019 a 31-12-2019).....	72
Quadro 49 – Encargos com Viaturas (01-03-2019 a 31-12-2019).....	72
Quadro 50 – Gastos Anuais associados a Deslocações em Serviço (01-03-2019 a 31-12-2019).....	73
Quadro 51 – Identificação do Conselho Fiscal.....	73
Quadro 52 – Remuneração Anual do Conselho Fiscal (2019).....	73
Quadro 53 – Identificação do Revisor Oficial de Contas (mandato em vigor até 14-10-2019).....	73
Quadro 54 – Identificação do Revisor Oficial de Contas (novo mandato).....	74
Quadro 55 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas.....	74
Quadro 56 – Identificação do Auditor Externo.....	74
Quadro 57 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Auditor Externo.....	74
Quadro 58 – Gastos com Comunicações (01-01-2019 a 28-02-2019).....	75
Quadro 59 – Gastos com Comunicações (01-03-2019 a 31-12-2019).....	75
Quadro 60 – Gastos anuais associados a viaturas (01-01-2019 a 28-02-2019).....	75
Quadro 61 – Gastos anuais associados a viaturas (01-03-2019 a 31-12-2019).....	75
Quadro 62 – Otimização de gastos operacionais.....	78
Quadro 63 – Disponibilidades no IGCP.....	79
Quadro 64 – Disponibilidades na Banca Comercial.....	80
Quadro 65 – Informação divulgada <i>site</i> do SEE.....	80
Quadro 66 – Quadro resumo – Cumprimento de Orientações Legais I.....	81
Quadro 67 – Cumprimento de Orientações Legais II.....	82

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 – Empresas do Grupo ML.....	20
Ilustração 2 – Diagrama da rede atual do Metro.....	22
Ilustração 3 – Organograma.....	28
Ilustração 4 – Análise SWOT.....	29

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Disponibilidade média mensal do material circulante.....	37
Gráfico 2 – Fiabilidade de material circulante, considerando todas as ocorrências (média 12 meses).....	38
Gráfico 3 – Indisponibilidade média mensal da infraestrutura principal (valores em horas).....	38
Gráfico 4 – Fiabilidade de infraestrutura principal (média de 12 meses).....	39
Gráfico 5 – Receitas acumuladas – Ano 2019.....	52
Gráfico 6 – Evolução dos Gastos Totais.....	57
Gráfico 7 – Distribuição do endividamento.....	63
Gráfico 8 – Maturidade do Financiamento.....	64
Gráfico 9 – Taxa de juro implícita.....	64





Two handwritten signatures in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signatures are cursive and appear to be initials or names.

1. Mensagem do Presidente

A todos os interessados,

Apresentamos neste documento o Relatório e Contas do Metropolitano de Lisboa referente ao ano de 2019.

O presente documento refere com detalhe e rigor a atividade do Metropolitano de Lisboa, bem como os resultados obtidos no ano de 2019.

O facto mais relevante de 2019 foi a introdução do PART- Programa de Apoio à Redução Tarifária, que veio colocar novos desafios a esta empresa e a todos os operadores de transportes públicos, pelos impactos que teve na mobilidade de toda a AML e que ocasionou um considerável e imediato aumento da procura na utilização de transportes públicos.

Em 2019, O Metropolitano de Lisboa transportou 173 milhões de passageiros, tendo em conta as validações de títulos de transporte realizadas, com tendência para este número continuar a crescer nos próximos anos. Este indicador corresponde a mais 15 milhões de passageiros relativamente ao ano de 2018, um crescimento de 9%, em que foram transportados 158 milhões de passageiros.

No tocante ao projeto de modernização da sua rede e, na sequência do concurso lançado, em setembro de 2018, para substituição do atual sistema de sinalização ferroviário por um sistema CBTC - *Communications-Based Train Control* e para aquisição de 14 novas unidades triplas (42 carruagens), a sua contratação foi efetuada já em Janeiro de 2020, concretizando, assim, um importante passo para o futuro do Metropolitano de Lisboa. A instalação do sistema CBTC irá possibilitar, igualmente, a adaptação de 70 unidades triplas existentes a esse novo sistema de sinalização.

Realce-se que este ambicioso projeto vem alterar um sistema com mais de 40 anos, tecnicamente desatualizado, obsoleto e descontinuado no seu fabrico, que vai ser substituído por um sistema com os desenvolvimentos tecnológicos mais atualizados, adequado às exigências da empresa, condição essencial para as necessidades atuais e futuras em matéria de qualidade, fiabilidade e de segurança do serviço prestado.

No tocante ao projeto de Expansão da Rede, o Metropolitano de Lisboa prosseguiu os trabalhos relativos ao projeto de prolongamento Rato/Cais do Sodré, que culminaram com o lançamento, em janeiro de 2019, do concurso para a Construção dos Toscos dos Lotes Rato/Santos e Santos/Cais do Sodré, no âmbito do Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa.

Durante o ano em análise foram rececionadas as propostas referentes ao referido concurso, com vista à celebração dos contratos relativos à execução das respetivas empreitadas para os lotes 1 (construção entre o término da Estação Rato e a Estação Santos) e 2 (construção entre a Estação Santos e o término da Estação Cais do Sodré).

Considerando que as propostas para o Lote 2 apresentavam valores superiores ao preço base definido, o Metropolitano de Lisboa, nos termos da legislação aplicável do Código dos Contratos Públicos, procedeu à exclusão das propostas, estando previsto o lançamento, durante o ano de 2020, de novo concurso para adjudicação da empreitada de Execução dos toscos entre a Estação Santos e o término da Estação Cais do Sodré.

O Metropolitano de Lisboa continuou a desenvolver uma intensa atividade no que respeita ao investimento na infraestrutura, à continuidade no incremento de recuperação do material circulante e na melhoria da prestação de serviços aos seus clientes.



Ainda ao nível do material circulante, a renovação dos sistemas de portas ML90 e a revisão profunda de portas das séries ML95, ML97 e ML99 deverá permitir um aumento significativo da fiabilidade do material circulante. Os respetivos contratos estão já em execução. Em fevereiro o Metropolitano de Lisboa procedeu à assinatura do contrato 27/2019 para substituição integral do mecanismo de portas ML90 por acionamento elétrico. Em julho assinou o contrato 70/2019 para revisão dos mecanismos das séries ML95, ML97 e ML99, após obtenção, em outubro, de visto prévio do Tribunal de Contas. Estas alterações têm um prazo de conclusão dos trabalhos previsto, respetivamente, para o final de 2020 e 2022 e significam um investimento global de 7,4 milhões de euros ao longo de três anos.

Em termos financeiros, o Metropolitano de Lisboa viu, em 2019, o seu *rating* de longo prazo aumentado para BBB, *investment grade*, com Outlook positivo, medida que teve em conta o nivelamento da avaliação do Metropolitano de Lisboa com a notação da República.

No âmbito dos projetos de introdução de acessibilidades demos continuidade à empreitada de remodelação da estação de Arroios com o objetivo de proceder ao alargamento do cais para comportar seis carruagens. Recorde-se que a obra de remodelação e de ampliação da estação Arroios da linha Verde do Metropolitano de Lisboa teve início em julho de 2017, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2019.

Por motivos de incumprimentos contratuais do empreiteiro e tendo em conta, igualmente, o interesse público subjacente à execução dessa empreitada, o Metropolitano de Lisboa, em janeiro de 2019, rescindiu o contrato respetivo, tendo lançado um novo concurso, em fevereiro do referido ano, e procedido à sua adjudicação e assinatura do contrato em setembro desse mesmo ano, estando previsto que a abertura da estação ocorra em 2021.

Procedeu-se, ainda, durante o ano de 2019, ao início dos trabalhos de requalificação e de modernização de algumas das estações, designadamente no tocante a iluminação, limpeza, refrescamento e melhoria de equipamentos, da sinalética e das acessibilidades, tendo intervencionado nas estações dos Anjos, do Intendente e dos Olivais. A salientar ainda a substituição de dois lances de escadas mecânicas na estação Baixa Chiado, o lançamento do procedimento para a estação Colégio Militar, a revisão do projeto para a estação Areeiro, a substituição do elevador de superfície da estação Rato, entre outras.

Para 2020 prevê-se a conclusão das intervenções nas estações Olivais, Colégio Militar e Areeiro. A substituição do elevador da estação Rato foi, também, efetuada ainda no final de 2019, tendo o mesmo reaberto ao público em fevereiro de 2020.

Em 2020 prevemos, ainda, iniciar as obras para garantia de total acessibilidade às estações de Entre Campos e Cidade Universitária. Daremos, igualmente, continuidade às intervenções de substituição das escadas mecânicas da Baixa Chiado (intervindo em mais 3 conjuntos de escadas), bem como das escadas das estações Rato e Avenida e continuaremos a desenvolver projetos para a implementação da acessibilidade plena nas estações Campo Grande, Campo Pequeno e Intendente.

Por outro lado, o Metropolitano de Lisboa deu continuidade ao investimento, iniciado em 2018, dos sistemas que vão garantir, a curto prazo, o incremento da informação ao cliente, tendo, também, apostado no desenvolvimento das bases para uma futura alteração muito significativa do sistema de bilhética, o qual terá impactos relevantes na melhoria e na facilidade de acesso dos clientes à nossa rede.

A este propósito, salienta-se, igualmente, a concretização do projeto de adjudicação da renovação do Sistema de Supervisão de Instalações Técnicas (SSIT), lançado em 2018 e com previsão de conclusão para o último trimestre de 2020, bem como o contrato relativo ao procedimento para a aquisição e instalação de equipamento



para o sistema de videovigilância CITV das Linhas Azul, Amarela, Verde e Vermelha e Sistemas de Detecção de Descida à Via, celebrado em julho de 2019 e com conclusão prevista para o final de 2020.

Paralelamente, procurou-se internamente dar seguimento à implementação de medidas que consolidem a robustez da gestão nomeadamente pela criação sistemas de controlo internos entre os quais salientamos as ferramentas de apoio à Contratação, ao *Compliance*, à implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados e à atualização da base informática SAP.

O Metropolitano de Lisboa subscreveu, também, a carta de resposta à *Call to Action* Anticorrupção das Nações Unidas, passando a ter o selo anticorrupção, o que representa o reforço do seu compromisso público e da adoção de medidas no combate à corrupção em cumprimento do ODS 16.

A nível da gestão do capital humano cumpre, ainda, salientar, a continuidade desenvolvida pela empresa, durante o ano de 2019, na valorização da contratação coletiva como instrumento indispensável à promoção da paz social. Respondendo às necessidades de reforço do efetivo verificadas em 2019, o Metropolitano de Lisboa reforçou, também, o quadro de pessoal, através da admissão de 41 Agentes de Tráfego, 3 Oficiais Eletromecânicos, 6 Técnicos de Eletrónica, 2 Oficiais de Via, 2 Oficiais Eletricistas e 1 Técnico Superior.

No âmbito do serviço público de transporte que Metropolitano de Lisboa presta aos seus clientes, a empresa tem vindo a implementar uma série de medidas e de projetos que visam a redução progressiva dos consumos de água, energia e emissões de CO2 (indiretas, por via do consumo de energia), bem como uma gestão racional desses mesmos recursos, sendo publicamente reconhecido como agente promotor de sustentabilidade ambiental. Neste contexto, em 2019, o Metropolitano de Lisboa prosseguiu as suas medidas com vista ao aumento da eficiência energética, alinhadas com o compromisso da mobilidade sustentável, tendo desenvolvido um conjunto de alterações tecnológicas para sistemas mais eficientes, designadamente ao nível da iluminação e do sistema de ventilação.

Ainda no âmbito da sustentabilidade ambiental, o Metropolitano de Lisboa assinou em 2019 o Pacto de Mobilidade Empresarial para a Cidade de Lisboa, juntando-se ao World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), à Câmara Municipal (CML), ao BCSD Portugal e a 53 outras empresas para criar soluções mais ecológicas e eficientes para responder às necessidades e desafios da mobilidade e, ao mesmo tempo, de conservação e proteção do planeta.

Subscreveu, igualmente, o Compromisso “Lisboa Capital Verde Europeia 2020 – Ação Climática para 2030”, onde se compromete com a implementação de uma série de ações alinhadas com o cumprimento de metas ambientais para a cidade de Lisboa.

Na área do património não afeto à operação foram, também, dados passos significativos para a rentabilização do vasto património do ML, nomeadamente no referente aos terrenos do Parque de Material e Oficinas Sete Rios (PMO I) sendo expectável que tenham desenvolvimentos significativos no próximo ano.

Em 2020 continuaremos empenhados em reforçar o papel do Metropolitano de Lisboa enquanto operador e agente estruturante da mobilidade na cidade contribuindo indiscutivelmente para a construção de um futuro melhor para Lisboa.

Este ano de 2020 será um ano de maiores desafios que, seguramente, saberemos enfrentar e vencer. Será o ano do início no terreno do projeto de Expansão da rede entre o Rato e o Cais do Sodré e do projeto de Substituição da Sinalização Ferroviária e compra de novo Material Circulante conforme atrás referido.



Estes são os projetos que, ao fim de tantos anos, irão promover uma melhor cobertura física da rede do Metropolitano de Lisboa, reforçando o papel desta empresa enquanto operador de transporte estruturante na mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa.

Em paralelo continuamos a nossa política de reforço das equipas com reforço do quadro de pessoal, com especial relevo para as áreas de gestão das estações e de manutenção.

Todas estas medidas terão especial impacto na atividade da empresa e no serviço público que o Metropolitano de Lisboa presta diariamente aos seus clientes.

Prova disso é o nível de satisfação dos nossos clientes que sofreu um aumento significativo em 2019, de acordo com o Inquérito de Satisfação do Cliente efetuado durante o mês de outubro, apresentando o melhor índice da última década.

Um agradecimento é, também, devido a todos aqueles que, ao serviço da empresa ou com ela colaborando, contribuem diariamente para fazer do Metropolitano de Lisboa uma empresa de referência, fundamental no serviço público de transportes, para viabilizar uma mobilidade mais sustentável na Área Metropolitana de Lisboa.

Por último, é devido um agradecimento aos titulares dos órgãos sociais pelo empenho que sempre evidenciaram, disponibilizando-se, no quadro das respetivas competências, para apoiar o Conselho de Administração, de modo a alcançar os objetivos referidos no presente relatório, assegurando o normal funcionamento da empresa.

Nos dias em que escrevo esta nota o País, a Europa e toda a Humanidade está a passar por momentos de grande aflição, desespero e de algum receio pelo nosso comum futuro.

Espero sinceramente que Todos, repito Todos saibamos ter os comportamentos fundamentais para ultrapassar este incerto e duvidoso momento.

Lisboa, 28 de julho de 2020

O Presidente do Conselho de Administração

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos



2. Natureza do Relatório

O presente relatório pretende ser uma exposição fiel e clara da evolução e desempenho da atividade do Metropolitano de Lisboa (ML) durante o ano de 2019. Neste sentido, este é um documento anual que descreve as demonstrações financeiras da empresa no ano em referência, bem como as principais atividades relativas à estratégia adotada, gestão e desempenho dos principais vetores de negócio da empresa.

Adicionalmente, o Relatório e Contas pretende dar resposta às “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2019”, emanadas no Ofício-Circular n.º 771, de 11 de março de 2020, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, bem como, melhorar a perceção que os *stakeholders* têm relativamente à atividade desenvolvida pelo ML, enquadrando a mesma com os objetivos estratégicos definidos no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o período em análise, e justificando os principais desvios observados nesse mesmo período.

A informação aqui apresentada procura traduzir o empenho, a dedicação e o esforço contínuo da empresa na implementação de medidas que potenciem a criação de valor, traduzida numa melhor prestação do serviço público e promoção da mobilidade sustentável.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações subsequentes e com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.



3. Síntese de Indicadores

Quadro 1 – Principais Indicadores de Atividade e Financeiros

INDICADORES DE ATIVIDADE		2019	2018	2017	Var. 2019/2018		PAO 2019	Taxa de Realização
					Abs	%		
Indicadores de PROCURA								
PT (Passageiros Transportados)	10 ³	183 074	169 150	161 490	13 924	8,2	175 415	104,4%
PKT (Passageiros x km)	10 ³	877 513	823 308	777 684	54 206	6,6	851 696	103,0%
Indicadores de OFERTA								
Ckm (Carruagens x km)	10 ³	27 623	25 953	24 825	1 670	6,4	27 499	100,5%
LKO (Lugares x km)	10 ⁶	3 536	3 322	3 178	214	6,4	3 520	100,5%
Qualidade de Serviço								
Regularidade	%	98,7	98,3	104,4	-	0,4 p.p.	n.a.	-
Taxa de Ocupação	%	24,8	24,8	24,5	-	0,0 p.p.	24,2%	-
INDICADORES DE RH								
Nº de efetivos a 31.Dez	Un.	1 452	1 416	1 408	36	2,5	1 512	96,0%
Número médio de efetivos	Un.	1 435	1 414	1 397	21	1,5	1 442	99,5%
Massa Salarial	m€	55 926	55 156	49 812	770	1,4	55 623	100,5%
Indemnizações por Rescisão	m€	0	180	62	(180)	(100,0)	250	0,0%
ESTRUTURA ACIONISTA								
Total do Capital Social	M€	3 093,6	2 543,8	2 368,6	549,8	21,6	3 121	99,1%
Cap. Social detido pelo Estado	%	100	100	100	0	0,0 p.p.	100	-
SITUAÇÃO PATRIMONIAL								
Ativo não corrente	M€	5 437,9	5 309,6	5 235,5	128,2	2,4	4 763,6	114,2%
Ativo corrente	M€	79,2	68,0	77,2	11,2	16,5	80,0	98,9%
Total Ativo	M€	5 517,1	5 377,6	5 312,8	139,4	2,6	4 843,7	113,9%
Capital Próprio	M€	1 251,0	741,8	603,3	509,2	68,6	1 339,3	93,4%
Passivo	M€	4 266,1	4 635,8	4 709,5	(369,7)	(8,0)	3 504,4	121,7%
Total Capital Próprio e Passivo	M€	5 517,1	5 377,6	5 312,8	139,4	2,6	4 843,7	113,9%
INVESTIMENTOS								
Infraestruturas de Longa Duração	M€	9,7	10,8	2,2	-1,1	(10,1)	48,6	19,9%
Outros Investimentos	M€	4,3	2,2	2,8	2,0	91,4	21,0	20,3%
DESPESA DE INVESTIMENTO	M€	13,9	13,0	5,0	0,9	7,3	69,6	20,0%
INDICADORES DE ESTRUTURA								
Passivo Remunerado	M€	3 440,0	3 779,7	3 441	-339,6	(9,0)	2 785,3	123,5%
Autonomia Financeira %	%	22,67	13,79	11,36	-	8,9 p.p.	27,65	-
Solvabilidade %	%	29,32	16,00	12,81	-	13,3 p.p.	38,22	-
INDICADORES FINANCEIROS								
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	47	12	19	35	291,7	35,0	-
Volume de Negócios	M€	118,8	114,5	109,4	4,3	3,7	119,8	99,1%
EBITDA (corrigido) ¹	M€	(0,23)	(5,21)	0,38	4,99	(95,7)	1,80	-
Margem do EBITDA (corrigido)	%	(0,19)	(4,55)	0,35	-	4,4 p.p.	1,50	-
Rendimentos Operacionais (corrigidos) ²	M€	122,94	115,58	114,16	7,36	6,4	120,3	102,2%
Gastos Operacionais (corrigidos) ³	M€	123,17	120,79	118,39	2,37	2,0	118,5	103,9%
Gastos Operacionais (corrigidos) por Passageiro Transportado	€	0,67	0,71	0,73	(0,04)	(5,8)	0,68	99,6%
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (corrigidos)	%	99,82	95,69	96,43	-	4,1 p.p.	101,52	-

1) Exclui as rubricas infra identificadas nas notas 2) e 3)

2) Exclui Reversões, Ajustamentos e Subsídios ao investimento

3) Exclui Provisões + Ajustamentos + Amortizações



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and a circular stamp.

4. Organização

4.1 Missão, Visão, Valores e Carta do Cliente

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. é uma entidade com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se por estatutos próprios e pela lei aplicável às empresas públicas.

Missão

Prestar um Serviço de Transporte Público de Passageiros, em modo metro, orientado para o cliente, promovendo a mobilidade sustentável.

Visão

Ser o operador de transporte público estruturante e garante da mobilidade urbana de Lisboa, segundo os melhores padrões de qualidade, segurança e eficácia económica, social e ambiental.

Valores

Inovação e Desenvolvimento

- Procura contínua de novos serviços e produtos, assentes na evolução tecnológica ao serviço do cliente.

Responsabilidade

- **Ambiental:** ao nível do rendimento energético e garantia da proteção ambiental, decorrentes da atividade desenvolvida;
- **Social:** ao nível da mobilidade daqueles que se deslocam na Área Metropolitana de Lisboa;
- **Económica:** garantia da sustentabilidade da empresa, numa perspetiva empresarial e laboral.

Qualidade

- Através da criação de valor e utilidade do serviço ao cliente.

Rigor e Integridade

- Promoção de práticas exigentes do ponto de vista da ética e dos comportamentos, quer em termos empresariais, quer em termos individuais, enquanto Organização que se rege por princípios de honestidade, transparência, iniciativa social e responsabilidade ambiental;
- Cumprimento de processos rigorosos como suporte do serviço prestado, garantindo a sua fiabilidade e confiança.



Competência e Segurança

- Manter e reforçar a imagem e credibilidade da Empresa como fator de afirmação externa e interna;
- Garantir a segurança integrada de pessoas e bens.

Carta do Cliente

O Metro de Lisboa assume a sua missão com os seus clientes no cumprimento da “Carta do Cliente” na qual a Empresa assume os seguintes compromissos:

Oferta de serviço de transporte:

- Propor os desenvolvimentos da rede que melhor correspondam às necessidades de mobilidade na área metropolitana de Lisboa;
- Implementar horários de comboios que respondam eficazmente à procura existente.

Segurança:

- Promover e aplicar as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte;
- Em permanente colaboração com as forças da autoridade, assegurar a implementação das medidas necessárias para garantir a segurança dos clientes nos comboios e estações.

Regularidade:

- Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações da circulação, seja por motivos decorrentes da própria operação seja por fatores externos.

Informação e apoio ao cliente:

- Disponibilizar de uma forma clara, perceptível e rigorosa, em espaços próprios de estações e comboios e nos demais suportes de comunicação com o cliente, toda a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço.

Disponibilidade dos equipamentos:

- Assegurar que os equipamentos existentes nas estações – designadamente elevadores, escadas e tapetes rolantes, equipamentos de venda e canais de acesso – se encontram em perfeitas condições de funcionamento, promovendo, quando tal não aconteça, a respetiva reparação no menor espaço de tempo possível.



Limpeza e conservação:

- Garantir que as estações, comboios e equipamentos se encontram em bom estado de conservação e limpeza, sendo, para o efeito, regularmente vistoriados e limpos.

Recursos humanos:

- Garantir a formação inicial e contínua dos recursos humanos ao serviço do Metro, para que executem o seu serviço de forma competente e profissional, assegurando a condução dos comboios em condições de segurança conforto e atendendo os clientes com qualidade e rigor.

Acessibilidades:

- Em colaboração com as entidades competentes, assegurar que o serviço prestado possa ser facilmente utilizado por todos, implementando as medidas necessárias para permitir a acessibilidade daqueles clientes cuja mobilidade se encontre, por algum modo, reduzida; para estes últimos, está a ser desenvolvido um programa gradual de implementação de acessibilidades nas estações ainda não preparadas para o efeito.

Sugestões e reclamações:

- Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações;
- Assegurar a análise cuidadosa das reclamações, promovendo internamente as devidas medidas de correção e melhoria, providenciando em tempo útil a respetiva resposta.

A colaboração dos clientes é fundamental para atingir os índices de qualidade propostos. A utilização do Metro pressupõe o respeito por parte dos clientes de regras simples que permitirão uma melhor qualidade do serviço prestado, com benefícios para todos. Assim, os clientes devem:

- Viajar com título de transporte válido e apresentá-lo a um agente do Metro sempre que for solicitado;
- Validar sempre o título de transporte, à entrada e saída das estações. Se não o fizer, o cliente incorre numa situação de transgressão;
- Não fumar nas instalações e comboios do Metro. Se o fizer, o cliente estará a incorrer em infração prevista e punida por lei;
- Respeitar as normas existentes relativas ao transporte de animais, bicicletas e outros objetos particulares que, pelo seu volume ou conteúdo, possam causar incómodo ou constituir perigo;
- Passar os canais de acesso com cuidado, esperando que as portas se encerrem após a passagem do cliente anterior, antes de validar o seu título;
- Não entrar ou sair dos comboios após o aviso sonoro e luminoso de fecho de portas;



- Permitir que os canais de acesso às estações e lugares dos comboios destinados a clientes com mobilidade reduzida sejam utilizados apenas por aqueles a que se destinam;
- Ajudar a manter as estações e comboios limpos, utilizando os recipientes existentes para a recolha de lixo;
- Comportar-se de um modo responsável e cumpridor, seja relativamente a outros clientes, seja em relação aos agentes ao serviço do Metro, respeitando sempre as indicações que estes transmitam.

4.2 Estrutura de *Governance*

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E., enquanto operador de transporte estruturante para a mobilidade da área metropolitana de Lisboa, pretende contribuir para o desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados. A estrutura de *governance* do Metropolitano de Lisboa desenvolve-se de forma integrada.

A empresa dispõe de um Sistema de Gestão aplicando os seguintes princípios que traduzem a Política de Gestão em vigor:

- A satisfação do cliente como objetivo central;
- Uma liderança empenhada e comprometida;
- Responsabilidades partilhadas e claramente definidas;
- O envolvimento e qualificação das colaboradoras e dos colaboradores;
- A gestão da Organização como um sistema composto por processos interrelacionados;
- A melhoria contínua do desempenho;
- A tomada de decisões de forma sustentada;
- O estabelecimento de relações de parceria com os Fornecedores;
- A gestão dos impactes ambientais;
- O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis;
- O controlo dos perigos e riscos;
- A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado.

4.3 Órgãos Sociais

São órgãos sociais do Metropolitano de Lisboa o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o Conselho Consultivo, nos termos dos Estatutos da Empresa.

Os membros do Conselho de Administração são nomeados por Resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes (cf. n.º 1 do artigo



4.º dos seus Estatutos). O mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de três anos e é renovável, até ao máximo de três renovações e todos são membros executivos.

A fiscalização é constituída por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não seja membro daquele órgão. O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e um suplente, sendo um deles o Presidente.

Os membros do Conselho Fiscal são nomeados por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes, por um período de três anos, renovável até ao máximo de três vezes.

O Revisor Oficial de Contas tem um mandato com a duração de três anos, renovável por uma única vez. Decorrido o prazo mínimo de dois anos sobre o termo do prazo de renovação, pode voltar a ser designado o mesmo ROC.

A existência do Conselho Consultivo está prevista nos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, como opcional, mas não foi efetuada a sua nomeação.

A remuneração dos administradores do Metropolitano de Lisboa resulta da classificação prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro, com as alterações previstas no Decreto-Lei 18/2016, de 13 de abril.

O artigo 28º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro determina no seu ponto 1 que “A remuneração dos gestores públicos integra um vencimento mensal que não pode ultrapassar o vencimento mensal do primeiro-ministro”, acrescida de um abono mensal para despesas de representação no valor de 40% do respetivo vencimento, pago 12 vezes ao ano. Os administradores auferem apenas uma remuneração e não beneficiam de qualquer abono adicional em virtude da acumulação de funções.

Os membros executivos do Conselho de Administração auferem, ainda, as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a. Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
- b. O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro);
- c. Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 €.

A nomeação do Conselho Fiscal para o mandato 2017-2019, bem como o estatuto remuneratório dos seus elementos foram determinados pelo Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério do Ambiente, de 11 de janeiro de 2017, entrando em funções a 1 de janeiro de 2017.

A remuneração anual ilíquida do Revisor Oficial de Contas é a constante do contrato de prestação de serviços celebrado entre o Metropolitano de Lisboa e a Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, a qual cumpre o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da Empresa, de acordo com o estabelecido nos artigos 58.º e 59.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

A atual Sociedade de Revisores Oficiais de Contas decorreu de proposta apresentada pelo Conselho Fiscal ao membro do Governo responsável pela área das Finanças, tendo sido nomeada para o triénio 2019-2021 pelo



Despacho Conjunto entre o Secretário de Estado do Tesouro e o Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade em 15 de outubro de 2019.

O atual Conselho de Administração, para o mandato 2019-2021, foi nomeado pela R.C.M. n.º 56/2019, de 28 de fevereiro (D.R. 1.ª série – n.º 53, de 15 de março de 2019), entrando em funções a 1 de março de 2019.

Quadro 2 – Identificação dos Membros do CA do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (01-01-2019 a 28-02-2019)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Formação Académica	Pelouros
2017-2019	Presidente	Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	PADE – AESE - Escola de Negócios MBA em Gestão Internacional - Universidade Católica Portuguesa Licenciatura em Engenharia Civil - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Direção de Tecnologias de Informação (DTI) Direção de Capital Humano (DCH) Gabinete da Secretária Geral (GSG) Gabinete de Auditoria Interna (GAI) Gabinete de Valorização do Património (GVP) Grupo para a Inovação (GPI)
2017-2019	Vogal	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	- Mestrado em Gestão - Universidade Lusíada de Lisboa - Licenciatura em Gestão - Universidade Lusíada de Lisboa	Direção Financeira (DFI) Direção de Clientes (DCL) Direção de Operação (DOP) Gabinete Jurídico e Contencioso (GJC)
2017-2019	Vogal	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	- Doutoramento - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; - Mestrado - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; - Pós-Graduação - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães - Licenciatura em Engenharia Civil - Universidade de Coimbra, Fac. de Ciências e Tecnologia, Coimbra	Direção de Segurança e Vigilância (DSV) Direção de Ambiente e Qualidade (DAQ) Direção de Empreendimentos (DEM) Direção de Manutenção (DMT) Direção de Logística (DLO) Grupo para a Expansão da Rede (GER)

Quadro 3 – Identificação dos Membros do CA do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (01-03-2019 a 31-12-2019)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Formação Académica	Pelouros
2019-2021	Presidente	Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	PADE – AESE - Escola de Negócios MBA em Gestão Internacional - Universidade Católica Portuguesa Licenciatura em Engenharia Civil - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Gabinete da Secretaria Geral (GSG) Direção de Capital Humano (DCH) Direção de Tecnologias de Informação (DTI) Gabinete de Auditoria Interna (GAI) Gabinete de Valorização do Património (GVP) Gabinete Jurídico e Contencioso (GJC) Grupo para a Inovação (GPI)
2019-2021	Vogal	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	- Doutoramento - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; - Mestrado - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; - Pós-Graduação - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães - Licenciatura em Engenharia Civil - Universidade de Coimbra, Fac. de Ciências e Tecnologia, Coimbra	Direção de Coordenação (DC) Direção de Manutenção (DMT) Direção para a Expansão da Rede (DER) Direção de Empreendimentos (DEM) Direção de Logística (DLO) Direção de Segurança e Vigilância (DSV) Direção de Ambiente e Qualidade (DAQ)
2019-2021	Vogal	Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	- Licenciatura em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa - Pós-Graduação em Análise Financeira pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa - Especialização em Corporate Finance pela Cass Business School - Especialização em Leadership (essentials e transitions) pela Harvard Business School	Direção Financeira (DFI) Direção de Clientes (DCL) Direção de Operações (DOP)

Quadro 4 – Identificação dos Membros do Conselho Fiscal – Mandato 2017-2019

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma (1)	Data
2017-2019	Presidente	Dr. José Carlos Pereira Nunes	DC SETF e SEAMB	11/01/2017
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Cristina Maria Pereira Freire	DC SETF e SEAMB	11/01/2017
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	DC SETF e SEAMB	11/01/2017
2017-2019	Vogal Suplente	Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes	DC SETF e SEAMB	11/01/2017

(1) De acordo com o Despacho Conjunto de 11 de Janeiro de 2017 do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.

Quadro 5 – Membros da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Mandato 2019-2021

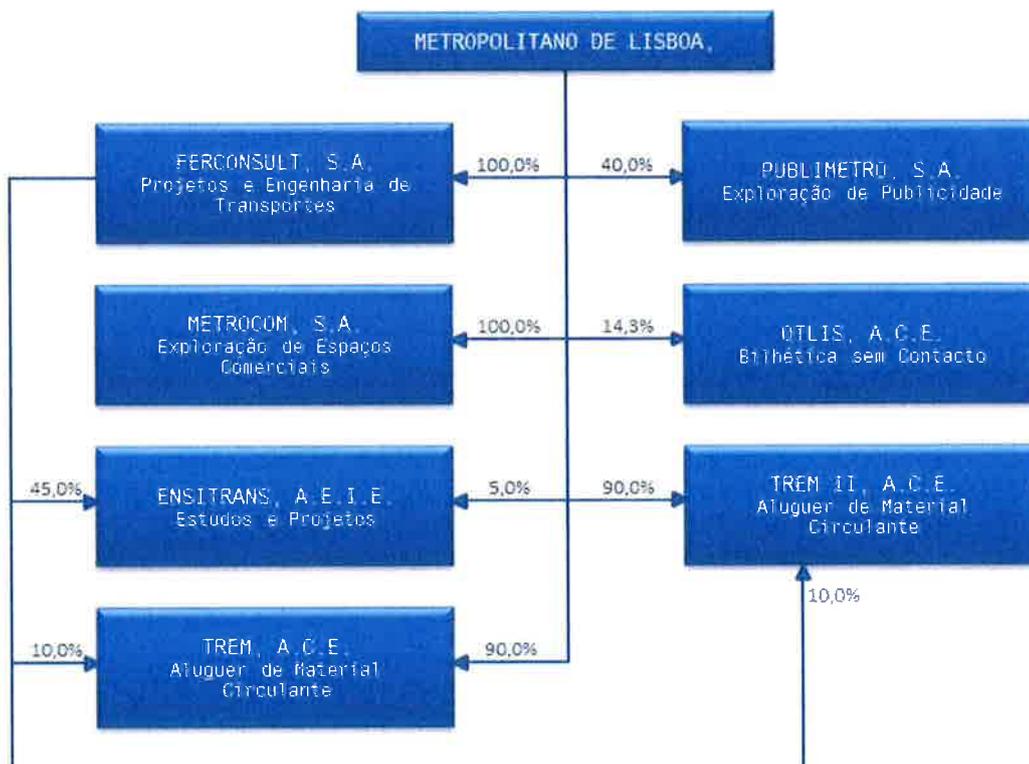
Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação	
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data
2019-2021	ROC Efetivo	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, representados por: Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	74 585	20161408 20160240	Despacho Conjunto do SE do Tesouro e Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade	15/10/2019
	ROC Suplente	Sociedade Oliveira, Reis & Associados, SROC, representada por: Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	23 1056	20161381 20160668		



4.4 Participações financeiras do Metropolitano de Lisboa

Diagrama de participações do Metropolitano de Lisboa em 31 de dezembro de 2019:

Ilustração 1 – Empresas do Grupo ML



O Grupo METRO é formado pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e pelas suas subsidiárias, entidades sobre as quais o Metropolitano de Lisboa exerce um controlo, que se consubstancia no poder de definir as políticas financeiras e operacionais dessas entidades, de forma a obter benefícios decorrentes das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto.

Assim, o Metropolitano de Lisboa detém a totalidade do capital da subsidiária FERCONSULT, S.A. – Projetos e Engenharia de Transportes, empresa especializada nas áreas de Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, que atua nos mercados nacional e internacional.

O Metropolitano de Lisboa detém direta e indiretamente, através da sua participada FERCONSULT, uma participação de 50% do capital da empresa ENSITRANS, A.E.I.E., cujo objeto principal consiste no desenvolvimento de estudos e projetos.

O Metropolitano de Lisboa detém direta e indiretamente, através da sua participada FERCONSULT, uma participação na TREM, ACE de (100% do capital da empresa) e na TREM II, ACE (100% do capital da empresa) cujo objeto principal consiste na aquisição e locação de equipamento ferroviário para o ML.

Pertence, também, ao Grupo METRO a empresa METROCOM, S.A. – Exploração de Espaços Comerciais, cujo objeto é promover e comercializar espaços adequados, existentes na rede de metro de Lisboa, gerir os contratos, nomeadamente no que respeita a lojas, escritórios, vitrinas, programar e organizar novas formas de comercialização de produtos nas estações e demais espaços da rede como eventos ocasionais (feiras de livros e outras) e ações promocionais.

O Metropolitano de Lisboa detém, ainda, participações no capital da PUBLIMETRO, S.A., (40%), empresa de exploração publicitária de meios, nos veículos e nos espaços Metro e na OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa (Agrupamento Complementar de Empresas), cujo objeto principal é o desenvolvimento, implementação e gestão de novas tecnologias na área da bilhética sem contacto. Responsável pelo Sistema VIVA, presta serviços a mais de duas dezenas de empresas nas áreas da mobilidade e transporte. A OTLIS é detida em partes iguais por Metropolitano de Lisboa, E.P.E., Companhia Carris de Ferro, S.A., CP – Comboios de Portugal, E.P.E., Transtejo/Soflusa, S.A., Barraqueiro Transportes, S.A., Transportes Sul do Tejo, S.A. e Rodoviária de Lisboa, S.A..



5. Análise de Contexto

5.1 Enquadramento macroeconómico

A análise anual ao contexto externo, elaborada no presente relatório, é efetuada com base na metodologia PESTAL (Política, Economia, Social, Tecnologia, Ambiental e Legal) e focada no levantamento de fatores macro ambientais para a atividade empresarial.

A. Política

No seguimento da aprovação da Resolução A/RES/70/1 – “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável” na Cimeira das Nações Unidas de setembro de 2015, os países e as organizações têm vindo a adotar algumas das 169 metas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Governo português definiu como prioridades estratégicas, na implementação da Agenda 2030, os seguintes ODS:

Ilustração 2 – Diagrama da rede atual do Metro



Na COP24, em Marraquexe, o Primeiro-ministro de Portugal comprometeu-se com o objetivo de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa para que o balanço entre os gases que emitimos e aqueles que são removidos ou capturados da atmosfera (por exemplo, aquando da fixação de carbono na fase de crescimento das árvores) seja nulo em 2050. A este objetivo deu-se o nome de “neutralidade carbónica”, uma vez que o dióxido de carbono é o gás de referência para a determinação do potencial de aquecimento global. Este objetivo está intrinsecamente ligado ao ODS 13 – Ação Climática.

No dia 4 de dezembro de 2018 foi apresentado publicamente pelo Ministro do Ambiente e da Transição Energética o Roteiro para a neutralidade carbónica, tendo entrado, de seguida, em fase de consulta pública.

Em 2019, no Conselho Europeu de 12 e 13 de dezembro, o compromisso para com a neutralidade carbónica foi assumido por 26 dos 27 Estados Membros, apenas ficando excluída a Polónia.

A nível global, vivemos, assim, um momento onde nunca, como agora, as questões ambientais estão na ordem do dia, sendo necessária a adoção de uma política global de promoção da utilização progressiva do transporte público, sobretudo do transporte com propulsão a energia elétrica.

B. Económica

O ano de 2019 deu continuidade à tendência de descida dos níveis da taxa de desemprego, situando-se a mesma nos 6,5% (7% em 2018), o nível mais baixo desde 2004.

A economia nacional continuou a registar algum crescimento, o que induz ao aumento da taxa de emprego, que cresceu 1,3% (2,3% em 2018), tendo alcançado os 76,1% (75,4% em 2018). Já a população ativa aumentou pelo terceiro ano consecutivo, evidenciando um acréscimo de 0,4%, face a 2018.

Em 2019, o PIB aumentou 2,2% em termos reais, menos 0,4 p.p. que o crescimento observado em 2018, atingindo 212,3 mil milhões de euros.

Em Portugal e especialmente em Lisboa, manteve-se a tendência de crescimento no setor do turismo fazendo com que este setor também contribuísse para o aumento da procura do transporte público, em 2019, registando um aumento de 8,2% (contra os 5% de 2018).

Para além do crescimento da procura, o impacto do turismo traduziu-se no facto de o cliente turista atenuar a disparidade da procura entre as horas de ponta e as horas de vazio e entre os dias úteis e os fins-de-semana, na medida em que as suas necessidades de mobilidade são distintas dos movimentos pendulares casa-trabalho ou casa-escola.

Ao nível da receita total, em 2019, do Metropolitano de Lisboa registou um decréscimo muito ligeiro de 0,2%, face a 2018, destacando-se, no entanto, o incremento de 10,5% nas receitas dos passes, em resultado da entrada em vigor do PART e de novos passes Navegante, em comparação com o ano de 2018.

C. Social

As consequências das alterações climáticas, bem como a opção por um estilo de vida mais saudável, a que se juntam novas tendências da economia como a *sharing economy*, podem ser fatores positivos para um maior impacto na atividade do Metropolitano de Lisboa.

Por um lado, constitui-se como uma oportunidade, na medida que é crescente a pressão social para o uso de soluções de mobilidade sustentável e mais amigas do ambiente. Por outro, a tendência social, especialmente, nas novas gerações, para conceitos como a partilha de recursos da comunidade, pode induzir o aumento do uso do transporte público, potenciando, igualmente, a utilização de outras formas de mobilidade alicerçadas na tecnologia, como o *car sharing* ou *bike sharing* e, inclusive, soluções de deslocações a pé.

De igual forma, os modos suaves, como as trotinetes e as bicicletas, têm vindo a ganhar cada vez mais adeptos e são uma opção para um segmento de clientes em deslocações curtas ou o denominado *last mile*.

A forte redução tarifária, por via da implementação do PART em abril de 2019, veio alterar os hábitos dos habitantes da AML, induzindo um forte aumento da procura, bem como de transferências intermodais.



No Inquérito Anual de Satisfação do Cliente, realizado em novembro de 2019, é bem visível a avaliação elevada conferida pelos clientes do Metropolitano de Lisboa ao serviço Metro (7,35, numa escala de 0 a 10), o que demonstra que os projetos implementados e as ações desenvolvidas por esta empresa têm vindo a ser perçecionadas pelos clientes.

D. Tecnológica

As novas tecnologias, principalmente ao nível do digital, têm provocado uma verdadeira disrupção nos diversos modelos de negócio, ao qual o setor dos transportes não é exceção. Neste contexto, foram disponibilizadas no mercado novas plataformas de promoção da mobilidade, designadamente a UBER, a BOLT ou a TeleTaxi, que têm vindo a conquistar quota de mercado, antes cativo dos táxis tradicionais.

As APP para *smartphones* generalizaram-se e servem, não apenas de suporte para modelos de mobilidade partilhada, mas, também, de suporte para informação em tempo real para os modos de transporte *tradicionais* e pesados, como o ML.

Também ao nível da bilhética, soluções de aquisição de títulos de transporte por multibanco, telemóvel ou *online* serão, cada vez mais frequentes, tornando-se cada vez mais necessário que o ML integre estas novas tecnologias na prestação dos seus serviços ao cliente.

A evolução tecnológica tem vindo a permitir, igualmente, evoluções relevantes ao nível da eficiência energética, possibilitando a otimização da gestão de recursos naturais.

E. Ambiental

As alterações climáticas provenientes do aumento global da temperatura já se começaram a fazer sentir, aumentando a frequência de fenómenos extremos, como secas, chuvas torrenciais, ventos ciclónicos, marmotos, terremotos, entre outros.

O Metropolitano de Lisboa possui uma estrutura resiliente para os impactos diretos destes fenómenos, tendo previsto a adoção de procedimentos adicionais que evitem potenciais riscos de inundação, pelas características de localização das suas estações no subsolo da cidade.

O Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas (PMMAC), cuja elaboração o Metropolitano de Lisboa acompanhou, sintetiza os riscos atuais e futuros em termos climatéricos para a AML, identificando zonas críticas importantes e eficazes medidas de mitigação desses riscos.

Para além do impacto direto que estes fenómenos podem ter no Metropolitano de Lisboa, há que considerar, igualmente, a sua influência indireta, visto que estes fenómenos climatéricos podem vir a tornar mais escassos os recursos essenciais, quer na energia elétrica, quer ao nível da água, o que obriga a uma gestão cada vez mais eficiente dos recursos naturais.

Também a preocupação com a redução da utilização de materiais descartáveis e o aumento de utilização de materiais recicláveis tornou-se uma medida imperativa aplicada no Metropolitano de Lisboa. A substituição de garrafas de água de plástico por garrafas de vidro, a substituição de copos de plástico por copos de papel ou a redução do consumo de impressões em papel, entre outras medidas, passaram a ser obrigações a cumprir escrupulosamente por esta empresa.



F. Legal

A evolução dos requisitos legais aplicáveis ao Metropolitano de Lisboa, quer da legislação nacional, quer da comunitária, tem vindo a tornar-se mais exigente em termos de obrigações, nomeadamente, a nível ambiental e na obrigatoriedade de reporte.

Ao nível da proteção de dados, a legislação, que entrou em vigor em 2018, criou desafios e obrigou as empresas a adaptarem-se às novas exigências legais. O Metropolitano de Lisboa passou a dispor de um DPO (*Data Protection Officer*) e introduziu todas as alterações necessárias para garantir o cumprimento cabal da legislação em vigor.

Por outro lado, a revisão do contrato de concessão, atualmente em curso, irá obrigar ao Metropolitano de Lisboa ao cumprimento, com um rigor ainda mais elevado, não só ao nível de reportes, mas, sobretudo, no controlo das exigências de qualidade do serviço público prestado. Acresce ainda que, a existência de um contrato de concessão adequado, mesmo que exigente, poderá ajudar a empresa a focar-se mais eficazmente nos seus objetivos, garantindo o alinhamento organizacional.

Em 3 de janeiro, o Decreto-Lei n.º 1-A/2020, dá continuidade ao Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos estabelecendo o seu regime jurídico.

5.2 Linhas Estratégicas

O projeto mais relevante do Metropolitano de Lisboa para os próximos anos consiste no prolongamento da atual rede do Metro desde a estação Rato até à estação Cais do Sodré, cerca de 2 km em túnel, e na construção de dois novos viadutos no Campo Grande, com cerca de 500 m, garantindo as novas ligações das linhas Amarela e Verde.

Serão, também, construídas duas novas estações de metro em áreas consolidadas da cidade – Estrela e Santos – e será remodelada a estação Cais do Sodré, que constitui uma das mais importantes interfaces de Lisboa, cuja área de influência será alargada com a construção de um novo átrio e de novos acessos à superfície e de ligação com o comboio. Todas as estações terão acessibilidade plena, assegurada através de elevadores que ligarão os cais à superfície.

A desconexão das atuais linhas Amarela e Verde vai permitir uma oferta e uma distribuição dos clientes na rede do Metropolitano de Lisboa mais equilibrada.

Associado ao projeto, e com financiamento nacional já garantido, encontra-se a aquisição de novo material circulante e a implementação do novo sistema de sinalização do tipo CBTC (*Communications Based Train Control*) em ATO (*Automatic Train Operation*).

A instalação de um novo sistema de sinalização aumentará o nível de segurança da operação pelo controlo contínuo da velocidade e pela localização mais precisa do comboio, introduzindo eficiências no sistema, reduzindo-se o consumo de energia de tração, através da otimização da gestão de deriva, energia de travagem regenerativa e gestão da frequência permitindo também o aumento da velocidade comercial.

O projeto de expansão da rede tem como principais objetivos:



- Promover a transferência modal para modos de transporte menos poluentes, contribuindo para a descarbonização do setor dos transportes;
- Melhorar a integração das redes de transporte público metropolitanas e urbanas, com impacto na mobilidade no centro da cidade e de quem acede a Lisboa, com destaque para a linha de Cascais e para a margem sul do rio Tejo, promovendo a multimodalidade e permitindo uma rápida distribuição em Lisboa;
- Alargar a cobertura territorial da rede de metro e melhorar o atual serviço, aumentando a capacidade/oferta e a procura do metro e permitindo uma circulação mais cómoda e rápida por anulação da necessidade de transbordo na rede numa parte significativa das viagens;
- Reestruturar a rede, unindo os eixos que registam a maior procura na rede ML e com características semelhantes, consolidando o serviço no núcleo central da cidade e possibilitando futuras expansões da rede sem comprometer o serviço sustentável no centro;
- Reduzir a poluição atmosférica e o congestionamento rodoviário e melhorar a saúde pública e a qualidade de vida de quem vive e trabalha em Lisboa;
- Tornar a Área Metropolitana de Lisboa mais competitiva ao proporcionar uma melhor mobilidade a todos os cidadãos, incluindo os que têm mobilidade condicionada – a força motriz para se aceder a direitos fundamentais e possibilidades diversas.

Os projetos de infraestruturas de transportes têm um potencial de desenvolvimento socioeconómico com vários efeitos multiplicadores que extrapolam, em larga medida, os lucros financeiros diretamente a imputáveis aos mesmos. A garantia de acessibilidade congrega questões de equidade territorial, mas também de posicionamento do município em termos de atratividade para o investimento privado e criação de emprego.

O impacto deste projeto de expansão da rede do Metropolitano de Lisboa e infraestruturas não se cinge às zonas urbanas que serão servidas por novas estações Estrela e Santos. Trata-se de um projeto que trará grandes vantagens e que se estende, igualmente, por toda a Área Metropolitana de Lisboa.

Efetivamente, quem beneficia diretamente do projeto é a população que reside, trabalha ou estuda na área de influência das futuras estações Estrela e Santos, de todas as estações da rede atual que farão parte da futura linha circular (19 estações) e ainda aqueles que acedem à rede ML, nomeadamente através das principais interfaces desta mesma linha (Cais do Sodré, Entrecampos e Campo Grande). Assim, beneficiam também as pessoas que se deslocam dos concelhos de Oeiras, Cascais, Cacilhas, Seixal e Montijo, até ao Cais do Sodré e das linhas de Sintra/Azambuja e do Sul/Setúbal, até Entrecampos.

Este Plano de Expansão irá contribuir estrategicamente para o desenvolvimento socioeconómico na medida em que todo o sistema de transportes terá uma melhoria, ao desenvolver-se uma forte conectividade assente numa eficaz multimodalidade, com um serviço na área central da cidade de melhor qualidade e com mais capacidade.

Para além disso, tratando-se de um serviço público, promove a inclusão social, a utilização da rede por pessoas com mobilidade condicionada e a conseqüente melhoria da sustentabilidade do sistema.

Com o aumento da procura verificado no início de 2019, incrementado com a entrada em vigor do PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, o Metropolitano de Lisboa aumentou a velocidade de circulação na hora de ponta para aumentar a oferta de transporte dando, assim, resposta ao aumento da procura verificada. Em 2019 o Metropolitano de Lisboa transportou 173 milhões de passageiros



em 2019, tendo em conta as validações de títulos de transporte realizadas. Este indicador corresponde a mais 15 milhões de passageiros, um crescimento de 9%, face ao período homólogo, em que foram transportados 158 milhões de passageiros.

Após a implementação do PART, o Metropolitano de Lisboa introduziu novos horários de comboios nas linhas Amarela, Vermelha e Azul, às horas de ponta da manhã e da tarde, situação que possibilitou o aumento da velocidade para 60 km/h, com o conseqüente aumento da frequência dos comboios e a inerente redução dos tempos de espera.

Com esta medidas o Metropolitano de Lisboa viu reconhecido o esforço que tem vindo a desenvolver, desde 2017, para dar resposta adequada às exigências e às expectativas dos seus clientes, reforçando a sua posição como transportador estruturante na Área Metropolitana de Lisboa, o que se traduz numa melhoria do seu desempenho global, designadamente na qualidade do serviço que diariamente presta, contribuindo para a consolidação de formas de mobilidade urbana mais sustentáveis, com efeitos positivos na descarbonização, na redução do congestionamento e na sinistralidade.

Relativamente ao surto do Covid-19, classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e que alastrou também ao nosso País, a Empresa tem vindo a atualizar os seus planos de contingência e a implementar medidas para responder, nomeadamente, às recomendações e práticas adequadas no âmbito da prevenção e controlo da infeção pelo Covid-19, correspondendo às orientações da Direção-Geral da Saúde, de modo a diminuir os respetivos efeitos sociais e económicos. Na presente data, face à informação disponível, não é possível estimar com um grau de precisão mínima os impactos da pandemia do Covid-19 na esfera da atividade da Empresa. No entanto podemos perspetivar uma retração geral da atividade económica, que será tanto mais intensa quanto mais duradouras forem as restrições à mobilidade de pessoas e ao normal desenvolvimento das diferentes atividades. Por outro lado, estando a ser realizado um levantamento dos respetivos impactos financeiros e operacionais, que neste momento não se podem ainda estimar face à recente evolução deste surto, a Empresa tem em curso um plano de resposta relativamente às suas atividades com vista a assegurar a continuidade das operações.



6. Desempenho

6.1 Modelo de Negócio

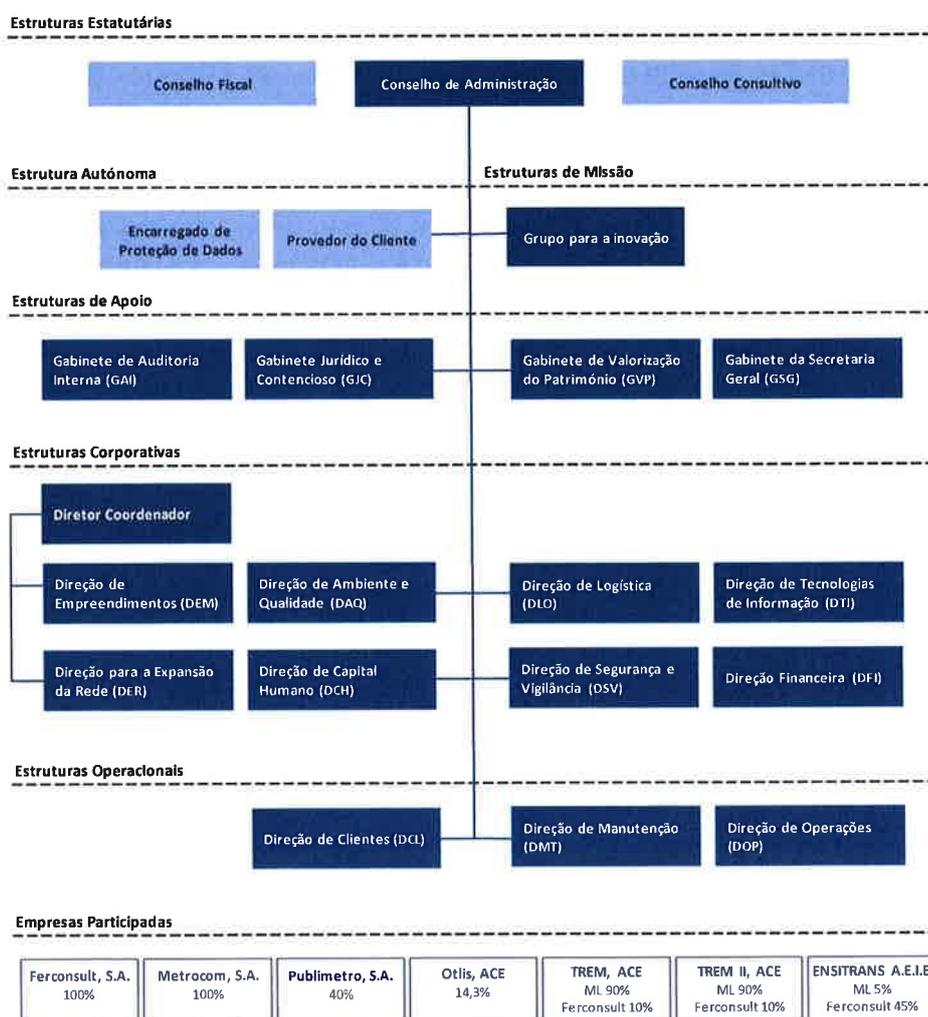
O Metropolitano de Lisboa presta serviços de transporte público de passageiros por metropolitano na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes em regime de concessão. Para o efeito desenvolve atividades conexas como sejam a construção e a manutenção da infraestrutura.

Explora, ainda, de forma comercial, os espaços existentes na rede, através da cedência de espaços para lojas, máquinas de *vending* e outros, através da Metrocom, S.A. e venda de produtos e serviços de publicidade, através da Publímetro, S.A..

Detém a Ferconsult, S.A., com uma participação de 100%. Esta empresa presta serviços de consultoria e de apoio técnico nomeadamente sob a forma de elaboração de projetos ou preparação de peças concursais.

Através da nomeação do Conselho de Administração para o mandato 2019–2021 pela R.C.M. n.º 56/2019, de 28 de fevereiro (D.R. 1ª série – nº 53, de 15 de março de 2019), o atual Conselho de Administração entrou em funções a 01 de março de 2019.

Ilustração 3 - Organograma



6.2 Gestão de risco

Na sequência da análise ao contexto externo e interno é feita uma análise de riscos e oportunidades estratégicos que se encontram traduzidos na seguinte análise SWOT:

Ilustração 4 – Análise SWOT



Relativamente aos riscos de corrupção e infrações conexas, encontra-se em vigor a 5.ª edição do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) do Metropolitano de Lisboa.

No PPRCIC são identificadas as Áreas que podem estar sujeitas à prática de atos de corrupção, os principais riscos daí decorrentes, os controlos internos implementados que visam a mitigação e prevenção desses riscos, os respetivos impactos e a probabilidade de ocorrência.

A metodologia seguida para a identificação dos riscos elencados no PPRCIC que englobam a corrupção, conflitos de interesse, manipulação de informação e apropriação indevida de ativos, é a recomendada pela *Association of Certified Fraud Examiners (ACFE)* no "*Fraud Risk Manual*", adaptada à realidade do Metropolitano de Lisboa.

No ano de 2019 foi elaborado e devidamente publicitado o Relatório de Execução do PPRCIC referente ao ano de 2018. Para além dos riscos relacionados com corrupção e infrações conexas, identificados no PPRCIC e referidos supra, foram identificados, ainda, durante o ano de 2019, os 16 riscos mais relevantes do Metropolitano de Lisboa, a saber:

- Gestão de relações laborais;
- Absentismo;
- Gestão de talentos;
- Fraude de passageiros;
- Fraude e corrupção;
- Concorrência;
- Gestão do conhecimento;
- Segurança da informação;
- Segurança de pessoas e bens;
- Segurança física das instalações, rede e equipamentos;
- Sistema de bilhética;
- Capacidade tecnológica;
- Capacidade técnica e humana;
- Frequência e pontualidade do transporte;
- Gestão da expansão e remodelação da rede;
- Fornecedores.

No âmbito do projeto de expansão do Metropolitano de Lisboa foi, também, elaborado, um sistema de gestão de risco para o projeto de prolongamento entre a estação Rato (linha Amarela) e a estação Cais do Sodré (linha verde), incluindo as novas ligações nos viadutos do Campo Grande.

No exercício de 2019, destaca-se a realização dos seguintes trabalhos de auditoria no Metropolitano de Lisboa:

- Auditoria ao controlo de acessos em locais de trabalho: PMO II e III e edifícios da Av. Sidónio Pais e da Av. Fontes Pereira de Melo;
- Auditoria à execução do contrato de fornecimento de serviços de refeição: controlo do número de refeições consumidas e efetivamente pagas;



- Auditoria às MAVT (em curso).

Foram ainda efetuadas ações de acompanhamento (*follow-up*) à implementação de recomendações de relatórios de auditoria aprovados pelo Conselho de Administração, nomeadamente a auditoria aos Recursos Humanos, a auditoria ao contrato celebrado com a Publímetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A., a auditoria aos fornecedores únicos no âmbito da manutenção, a auditoria aos fundos fixos (de maneiio, fixos de caixa e de devolução), a auditoria ao controlo de acessos em locais de trabalho: PMO II e III e edifícios da Av. Sidónio Pais e da Av. Fontes Pereira de Melo e a auditoria à execução do contrato de fornecimento de serviços de refeição: controlo do número de refeições consumidas e efetivamente pagas.

Neste contexto, 14 direções de estrutura foram objeto das ações de auditoria e/ou de *follow-up* acima indicadas, num universo de 17, representando um total de 82% de direções alvo de análise de riscos de corrupção.

Quadro 6 – Análise de riscos à corrupção

GRI 205-1	Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção		
	2017	2018	2019
Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	75%	71%	82%
	12	12	14
Nº de casos de corrupção identificados	0	0	0
Direções da estrutura (n.º)	16	17	17

O Metropolitano de Lisboa deu cumprimento das seguintes obrigações legais:

A. Relatório anual sobre prevenção da corrupção, gestão de conflito de interesses, *whistleblowing* e *Compliance*

Como referido anteriormente, o Metropolitano de Lisboa possui um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) desde 2009, encontrando-se em vigor a 5.ª edição (2018), dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) de 1 de julho de 2009. O PPRCIC de 2019 está disponível na página da Internet da empresa.¹

Anualmente é elaborado e devidamente publicitado um Relatório de Execução do PPRCIC, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE, onde é indicado o grau de implementação no ano transato das medidas elencadas no mesmo Plano. Em 2019, tal como anteriormente referido, foi elaborado e aprovado o Relatório de Execução do PPRCIC referente a 2018, tendo sido remetido para o CPC bem como para os órgãos de tutela,

¹ https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2019/01/MetropolitanodeLisboa_PPRCIC2018.pdf



superintendência e controlo, nos termos da Lei. O referido Relatório encontra-se disponível na página da Internet do Metropolitano de Lisboa.

Ainda relacionado com o CPC, foi divulgada internamente a Recomendação n.º 4/2019, de 02.10.2019, sobre prevenção de riscos de corrupção na contratação pública.

No sentido de reforçar a cultura organizacional de prevenção e gestão de conflito de interesses no Metropolitano de Lisboa foi dado seguimento ao projeto de subscrição voluntária de declarações de inexistência de conflito de interesses (DICI), tendo sido monitorizadas as DICI subscritas entre 2017 e 2019, incluindo novas comissões de serviço.

Por outro lado, a Empresa dispõe de um mecanismo de *whistleblowing* (Canal de Ética), que tem como objetivo contribuir para promover a transparência da organização. Trata-se de um canal direto de comunicação de suspeitas de fraudes, de conflitos de interesse e/ou de práticas de corrupção, de acordo com as boas práticas de GRC (*Governance, Risk Management & Compliance*). Vai, assim, ao encontro do previsto na recente Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União. A este respeito, não foram recebidas quaisquer comunicações em 2019.

Por último, no âmbito do *Compliance*, destaca-se a existência de uma ferramenta informática desenvolvida internamente (otimizada em 2019), que permite monitorizar o cumprimento legal, tendo-se verificado, em 2019, uma elevada taxa de cumprimento.

B. Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)

O Regulamento relativo à Proteção de Pessoas Singulares no que diz respeito ao Tratamento de Dados Pessoais e à Livre Circulação desses Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27.04.2016), doravante RGPD, mereceu, desde a sua entrada em vigor, uma atenção especial por parte do Metropolitano de Lisboa. Com efeito, foi nomeado um Grupo de Trabalho interno, com representantes das Áreas com maior impacto na proteção de dados (em particular, de Clientes e de Trabalhadores), bem como um Encarregado de Proteção de Dados (DPO), em *outsourcing*.

O Plano de implementação do RGPD teve o devido seguimento em 2019, com as adaptações decorrentes da sua Lei de execução (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto). Neste âmbito, foi promovido *network* com outras empresas do Setor Público Empresarial para balanço dos trabalhos desenvolvidos e procura de melhores práticas.

C. Global Reporting Initiative (GRI)

Relativamente às *Global Reporting Initiative* (GRI) na vertente da prevenção do risco e da corrupção, o Metropolitano de Lisboa desenvolveu ações para os seguintes indicadores:



Quadro 7 – Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção

GRI 205-1	2017	2018	2019
Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	75% 12	71% 12	82% 14
Nº de casos de corrupção identificados	0	0	0
Direções da estrutura (n.º)	16	17	17

Quadro 8 – Comunicação e formação acerca de políticas e procedimentos anticorrupção

GRI 205-2	2017		2018		2019	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Membros do órgão de governança que receberam formação no combate à corrupção	11	45,8%	0	0,0%	1	4,55%
Colaboradores que receberam formação no combate à corrupção	78	5,6%	16	1,1%	0	0%
Membros dos órgãos de governança (n.º)	24		23		22	
Efetivo médio (n.º)	1397		1414		1435	

Quadro 9 – Incidentes confirmados e ações tomadas

GRI 205-3	2017	2018	2019
Incidentes de corrupção	0	0	0

6.3 Desempenho da Atividade

A. Expansão da Rede

A expansão da rede em curso corresponde ao projeto de ligação das linhas Amarela e Verde Rato/Cais do Sodré e viadutos do Campo Grande do Metropolitano de Lisboa. Dos desenvolvimentos ocorridos em 2019, destacam-se:

- Candidatura POSEUR: Aprovada a candidatura para o financiamento comunitário pelo POSEUR em 20/12/2019.
- Estudos geológicos / Geotécnicos: Concluídos os estudos de potencial arqueológico e de avaliação dos solos contaminados.
- Aquisição de serviços para a execução e condução de processo de expropriação e servidão administrativa por utilidade pública:
- Obtida a DUP para os terrenos privados a ocupar (declaração de utilidade pública), que foi publicada em DR no dia 13/8/2019,
- Foram realizadas as vistorias ad perpetuum rei memoria entre 2 e 6/12/2019, com os peritos nomeados pelo Tribunal de Contas,
- Para os terrenos públicos, a ocupar, prosseguiram as negociações com as entidades envolvidas – CML, IP, CP, ISEG, DGRDN, APL, Parque Escolar.
- Empreitada de Projeto e Construção dos Toscos no âmbito da concretização do Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa – Prolongamento das Linhas Amarela e Verde (Rato – Cais do Sodré) – Lotes 1 e 2:
 - Concluída a organização do processo de concurso, que foi lançado em 9/1/2019;
 - Concluído o processo de pré-qualificação, em 19/09/2019;
 - Entrega de propostas em 18/1/2020;
 - Assinatura de contrato do Lote 1 em 6 de maio de 2020;
 - Empreitada de Projeto e Construção relativo ao Lote 2, em fase de análise de propostas.
- Empreitada de Projeto e Construção dos Toscos, Acabamentos e Sistemas no âmbito da concretização do Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa –Prolongamento das Linhas Amarela e Verde – Viadutos do Campo-Grande – Lote 3:
- Foi concluído o projeto e o processo de concurso, que foi lançado em 2/1/2020, entrega de candidaturas 8/02/2020 – prazo para a recepção de propostas: 21 de agosto de 2020. Aquisição de serviços de revisão de projeto:
 - Concluído o processo de concurso, lançado em 6/11/2019, entrega de propostas ocorreu a 13/01/2020, encontram-se em fase de análise e avaliação.



B. CBTC e Novo Material Circulante

No que respeita ao projeto de modernização da rede foram selecionados os candidatos para o fornecimento do novo material circulante e do novo sistema automático de comboios. Em março de 2019, o Metropolitano de Lisboa pode anunciar publicamente que procedeu à qualificação de quatro candidatos, no âmbito do concurso limitado por prévia qualificação para a «Aquisição de material circulante e de sistema automático de comboios para a rede do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (1.ª Fase)», procedimento que prevê a aquisição de material circulante e o fornecimento de um sistema destinado à modernização do Metropolitano de Lisboa.

O concurso limitado por prévia qualificação foi lançado no final de setembro de 2018, em cerimónia presidida pelo Senhor Primeiro Ministro e o prazo para apresentação de candidaturas decorreu até 14 de novembro desse ano. No dia 08 de fevereiro de 2020 o Metropolitano de Lisboa celebrou o contrato para a aquisição de um novo sistema de sinalização ferroviária e a aquisição de novas unidades triplas ao Agrupamento Stadler Rail Valencia, S.A.U./ Siemens Mobility Unipessoal, Lda., pelo valor de 114,5 milhões de euros.

Este projeto prevê a aquisição de 14 novas unidades triplas (42 carruagens) e a contratação de um sistema internacionalmente designado de CBTC - *Computer Based Train Control*. Estas novas aquisições representam um profundo salto qualitativo na operação, na programação e na gestão da rede do Metro. A aquisição do novo material circulante proporcionará:

- Melhoria da oferta de comboios e serviços do ML;
- Supervisão técnica do comboio em linha com a tecnologia do séc. XXI.
- Sistemas de segurança e vídeo vigilância mais modernos;
- Maior conforto para os clientes e maior ergonomia para o maquinista;
- Melhoria da acessibilidade para clientes de mobilidade condicionada;
- Sistema de comunicação com os clientes com informação variável e flexível;

O sistema CBTC previsto neste investimento irá permitir:

- Controlo contínuo do movimento dos comboios, garantindo a não ultrapassagem de pontos de paragem e dos limites de velocidade em cada ponto da rede;
- Substituição do sistema de controlo de passagem de sinais proibitivos, instalado nos anos 70 e já obsoleto e sem fabrico;
- Registos técnicos e operacionais que facilitem o diagnóstico de avarias e análise de incidentes.

Este sistema, associado aos novos comboios, permitirá, igualmente, um aumento da frequência e da regularidade do serviço público de transporte prestado pelo Metropolitano de Lisboa, garantindo, de um modo mais eficaz, a oferta de comboios, em número e frequências mais adaptados às necessidades do serviço público e com segurança acrescida.

O Metropolitano de Lisboa prevê como data limite da entrada em funcionamento do novo equipamento o ano de 2024.



C. Inspeção, diagnóstico e manutenção da superestrutura

No âmbito da manutenção da superestrutura, em 2019 foram executados os seguintes trabalhos:

- Inspeções de diagnóstico do estado de conservação da estrutura metálica das guardas do viaduto de Odivelas e das coberturas de policarbonato;
- Inspeções de diagnóstico do estado de conservação das guardas em betão dos viadutos do Campo Grande, e da estrutura metálica da cobertura da trincheira de acesso a Telheiras;
- Inspeções de diagnóstico do estado de conservação da estrutura e elaboração dos projetos dos edifícios de via e refeitório do PMOII, do muro de estabilização do talude do PMOII, da laje do arquivo da Ferconsult, S.A., na Estação Laranjeiras e do edifício sede do Metropolitano de Lisboa, sito na Avenida Fontes Pereira de Melo, em Lisboa;
- Acompanhamento da empreitada de reabilitação da estação dos Olivais;
- Acompanhamento das interferências das obras de terceiros com as infraestruturas do Metropolitano de Lisboa;
- Gestão do processo de monitorização do sistema de monitorização automático do troço 61º no Terreiro do Paço;
- Elaboradas as peças do procedimento para elaboração dos projetos de execução das guardas do viaduto de Odivelas e do Campo Grande;
- Refrescamento da estação Intendente.

D. Sistemas e equipamentos

Relativamente aos sistemas e equipamentos da empresa, em 2019 foram desenvolvidos os seguintes projetos e lançados os respetivos concursos públicos:

- Sistema Automático de Detecção de Incêndios (SADI) para nove estações da rede do Metropolitano de Lisboa;
- Substituição do ascensor nº 3 da estação Rato;
- Modernização das escadas mecânicas nºs 1, 3 e 6 da estação Baixa-Chiado;
- Remodelação do Sistema de AVAC do Auditório do Metropolitano de Lisboa sito na estação Alto dos Moinhos;
- Substituição das escadas mecânicas nº 1 e 2 da estação Avenida;
- Disponibilização do tempo de espera dos próximos 3 comboios numa infraestrutura externa ao sistema de sinalização. Implementação e disponibilização da informação no Site da empresa;



- Implementação de um sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho: O projeto incluiu a implementação do sistema, migração de dados e interfaces com outros sistemas, nomeadamente com o SAP e com a aplicação de receituário;
- Implementação da plataforma SAP BW/4HANA: O projeto contemplou a implementação de alguns indicadores do anterior sistema considerados relevantes para organização, bem como a implementação de novos indicadores na vertente bilhética (indicadores de passageiros e vendas);
- Implementação da segunda fase do sistema PLAGO: Foi efetuada a renovação de toda a infraestrutura tecnológica desta plataforma e, simultaneamente, introduzidas novas funcionalidades que permitiram dar resposta a requisitos de negócio da Direção de Operação;
- Substituição dos terminais Multibanco das MAVT (já preparados para pagamento *contactless*);
- Implementação de duas provas de conceito nas estações Reboleira e Cais do Sodré no âmbito da temática controlo de fraude.

E. Desempenho operacional do material circulante

O ano de 2019 foi caracterizado pela consistente recuperação dos valores de disponibilidade do material circulante. A 31 de dezembro desse ano, a disponibilidade atingiu valores próximos do objetivo de qualidade (90%), condição de operação que não ocorria desde novembro de 2015.



A fiabilidade do material circulante reflete a inflexão da linha de decrescimento, ocorrido desde Maio de 2016, evidente demonstração do esforço desenvolvido ao longo de todo o ano de 2019 de recuperação das condições de manutenção e de funcionamento do material circulante.

O gráfico que se segue representa a evolução da fiabilidade (MKBF – *Mean Kilometers Between Failures*) medida em quilómetros percorridos entre qualquer falha da composição, quer tenha ou não consequência no seu serviço comercial.



Gráfico 2 - Fiabilidade de material circulante, considerando todas as ocorrências (média 12 meses)



Mais expressivo do impacto da fiabilidade na operação diária, o intervalo médio entre falhas com supressão de comboios revelou, ao longo de 2019, a estabilização desse indicador operacional, fortemente dependente do comportamento técnico dos equipamentos de portas. No final do período de análise, a fiabilidade média (com supressão de comboios) foi de 40.352 km.

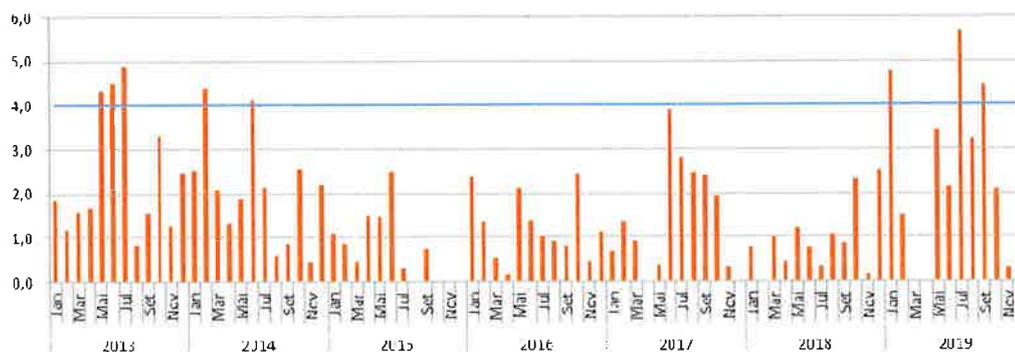
F. Desempenho operacional da infraestrutura principal

O ano de 2019 foi caracterizado pelo registo de valores anormais de perturbações na exploração principalmente motivado pelos sistemas de sinalização e via-férrea.

Evidenciam-se três dos principais fatores que motivaram a perturbação na exploração: i) a acumulação de limalha em juntas isoladas e falhas de deteção de posição de motores de agulha em janeiro; ii) a instabilidade no posicionamento do aparelho de via de São Sebastião da linha Azul ocorrido entre maio e agosto; iii) a ocorrência de um problema intermitente de comunicações no encravamento de sinalização de Odivelas ocorrido em setembro.

A indisponibilidade da infraestrutura, em julho e setembro, ultrapassou o valor objetivo estabelecido para o sistema de gestão de qualidade.

Gráfico 3 - Indisponibilidade média mensal da infraestrutura principal (valores em horas)

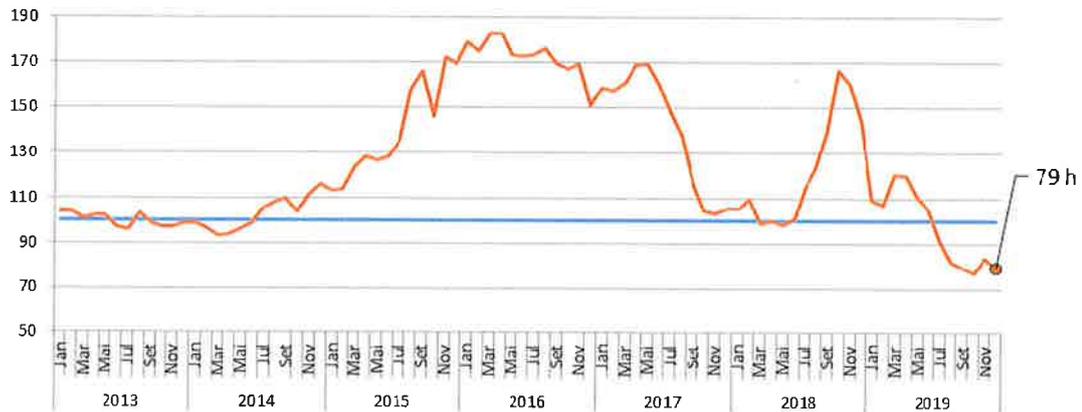


Reflexo das três principais causas acima enumeradas, a fiabilidade da infraestrutura principal apresentou uma tendência de decréscimo ao longo de 2019, originando, no final desse ano, um valor inferior ao objetivo



estabelecido para o sistema de gestão de qualidade. A figura seguinte representa a evolução da fiabilidade (MTBF – Mean Time Between Failures) medida em horas de utilização a infraestrutura principal entre qualquer falha com perturbação da circulação de comboios.

Gráfico 4 – Fiabilidade de infraestrutura principal (média de 12 meses)



G. Clientes

No contexto da implementação do PART- Programa de Apoio à Redução Tarifária e considerando o consequente aumento da procura, foi necessário garantir um conjunto de medidas na componente de Apoio ao Cliente e Colaboradores, com vista a reforçar o atendimento, mantendo os níveis de qualidade de serviço que a empresa presta habitualmente aos seus clientes.

Assim, para o Centro de Atendimento, Espaços Cliente, Centro de Apoio Interno e para a área das Reclamações, foram ministradas ações de formação aos trabalhadores com especial enfoque no novo modelo tarifário e nos procedimentos de pós-venda a aplicar aos novos títulos que foram implementados com o PART.

Foi, igualmente, necessário providenciar o reforço da equipa dos Espaços Cliente, de modo a garantir o atendimento com qualidade de um maior número de clientes por cada um desses espaços.

Para implementar a componente “Passe Família” do referido PART, foi necessário criar novos postos de atendimento, designados “Espaços Navegante”. Estes postos garantem as funções de venda com componentes de pós-venda, asseguram a receção dos processos de pedido de passes “Navegante Família”, compra e carregamento destes passes e, também, oferecem apoio pós-venda para todos os assuntos relacionados com os passes Navegante (exceto processos Social+).

Esta estratégia, tendo em conta os constrangimentos de tempo, permitiu ao Metropolitano de Lisboa ultrapassar as dificuldades de integração do “Passe Família” no sistema de bilhética da empresa, tendo, adicionalmente, alargado a oferta na componente de venda e serviço pós-venda.

Com impacto menos significativo nas receitas, mas contribuindo para a notoriedade da marca Metro, manteve-se, em 2019, o esforço na concretização de ações que beneficiam a imagem da Empresa, nomeadamente através da dinamização das suas estações, na angariação de eventos e filmagens para a sua infraestrutura, bem como no apoio logístico aos principais eventos da cidade, destacando-se a participação nos eventos dos Santos Populares e no Web Summit 2019. Foram, ainda, desenvolvidas durante o ano de 2019, ações específicas nas



estações, com o objetivo de informar, criar uma relação com o cliente, dinamizar os espaços e gerar uma relação de proximidade com os clientes, das quais se destacam:

- Campanhas da marca (Lembre-se, o Metro é de todos; Esteja alerta);
- Ações de ativação de marca e dinamização das estações (71.º Aniversário de constituição do Metropolitano de Lisboa; Ano Internacional da Tabela Periódica; Festival Next Stop; Campanha Universidades “A tua mobilidade na universidade começa com o sub23”; Concurso de música “Uma mão cheia de bandas”; Natal no Metro; 60º Aniversário de exploração do Metropolitano de Lisboa);
- Site e redes sociais (lançamento da página oficial de Instagram, reformulação da página de Facebook, Lançamento da API “Próximos comboios”);
- Eventos especiais (prolongamento de serviço Festas de Lisboa na noite de Santo António; WebSummit; noite de passagem de Ano);
- Novos serviços (abertura do Espaço Bebê na estação Alameda).

Das atividades organizacionais desenvolvidas no ano de 2019, destaca-se, igualmente, a realização do estudo de satisfação do cliente (ISC 2019), tendo o mesmo decorrido de acordo com os critérios de qualidade definidos na EN 13816 e NP 4415. A Satisfação Global, obtida através das várias componentes de serviço foi pontuada com 7,35 pontos, numa escala de 1 a 10), evidenciando uma melhoria da satisfação dos clientes, sendo este o melhor resultado da última década.

Merecem, ainda, destaque outras atividades também de especial relevância na perspetiva do serviço ao cliente, das quais se destacam:

- Abertura, em junho, de três novos espaços “Espaços Navegante”, nas estações Alameda, Entre Campos, Jardim Zoológico, tendo em vista o apoio ao cliente, na sequência da implementação dos novos “Passes Navegante”;
- Implementação dos novos tarifários, com os títulos Navegante 30/40, bem como dos “Navegante Família”, no âmbito do PART, nas MAVT e MSAV;
- Disponibilização do carregamento dos “Navegante Família” nas MAVT;
- Substituição dos terminais Multibanco das MAVT (já preparados para pagamento “contactless”);
- Implementação de duas provas de conceito nas estações Reboleira e Cais do Sodré no âmbito da temática controlo de fraude conforme já referido;
- Reforço do quadro de pessoal das estações, com a admissão de 41 novos Agentes de Trafego, permitindo, assim, uma maior visibilidade e apoio efetivo ao cliente nas estações de metro;
- Recondicionamento de 20 Máquinas de Venda Automática de Títulos (MAVT) para pagamento exclusivo com cartões bancários;
- Operacionalização de grupo de trabalho, tendo em vista a digitalização da informação ao cliente;
- Reabilitação de mobiliário de estações;



- Alteração da lógica de contratação dos serviços de limpeza das estações, através do reforço dos serviços de limpeza noturna por estação e agilização dos serviços de piquetes.

No âmbito do Programa de Desfibrilhação Automática Ativo (PADE), o Metropolitano de Lisboa conta, em 2019, com 32 estações equipadas com aparelhos de Desfibrilhação Automática Externa (DAE) que podem ser manuseados por 300 operacionais de DAE formados da empresa, disponíveis sete dias por semana em dez estações da linha Azul, oito estações das em cada uma das linhas Verde e Amarela, estações com mais de 10.000 passageiros diários. A aquisição destes equipamentos ocorreu no âmbito de um processo de certificação junto do INEM. Todas as estações certificadas estão devidamente identificadas através de sinalética específica.

H. Inovação e Sistemas de Informação

No que respeita à inovação, o Metropolitano de Lisboa desenvolveu uma atividade e os estudos conducentes à posterior implementação de algumas das medidas consideradas de especial importância para a empresa, das quais de destacam:

- Conclusão do Upgrade do sistema de Comando e controlo de energia nas vertentes de Comunicações de par telefónico para rede de dados, de substituição de equipamentos em obsolescência e de colocação do equipamento para telemetria;
- Elaboração das especificações de novos bancos de cortiça para o material circulante, com incorporação de cortiça nas zonas do assento e do encosto, com materiais resistentes ao vandalismo;
- Projeto de criação de uma infraestrutura para disponibilização, em locais estratégicos, de informação e conteúdos para os clientes;
- Acompanhamento e participação nos trabalhos da RedeMOV (Rede Temática Interdisciplinar da Mobilidade Urbana Inteligente).

No que respeita à componente informática e na sequência de alguns estudos efetuados pela inovação, as principais atividades desenvolvidas em 2019 prenderam-se com os seguintes ações:

- Conclusão do projeto para a disponibilização do tempo de espera dos três próximos comboios no sítio da empresa. Este projeto estava integrado nos projetos do SIMPLEX, o que possibilitou a implementação e disponibilização da informação sobre o tempo de espera dos três próximos comboios na plataforma do Site do Metropolitano de Lisboa (infraestrutura externa ao sistema de sinalização);
- Implementação de um sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, através de migração de dados e interfaces com outros sistemas, nomeadamente com o SAP e com a aplicação de receituário médico;
- Projeto de desenvolvimento e renovação do sistema central de Bilhética para a nova plataforma tecnológica, disponibilizada pela INDRA e designada por "Core2", incluindo a renovação das máquinas semiautomáticas de venda de títulos;



- Implementação da plataforma SAP BW/4HANA cujo projeto contemplou a implementação de alguns indicadores do anterior sistema considerados relevantes para organização, bem como a implementação de novos indicadores na vertente bilhética (indicadores de passageiros e vendas);
- Implementação do sistema PLAGO (fase 2), através da renovação de toda a infraestrutura tecnológica desta plataforma e, simultaneamente, da introdução de novas funcionalidades que permitiram dar resposta a requisitos de negócio da Direção de Operações.

Em 2019 o Metropolitano de Lisboa foi galardoado com Prémio de Inovação, atribuído pela SAP Portugal, como resultado do importante programa de transformação digital desenvolvido pelo Metropolitano de Lisboa, para melhoria do nível de serviço prestado aos seus clientes. Concebido e construído em estreita parceria com a SAP e num forte compromisso de inovação empresarial, este programa materializou a visão do Metropolitano de Lisboa, através da melhoria da eficiência operacional e do aumento da rentabilidade da sua oferta de serviços.

I. Segurança de pessoas e bens

Ainda no exercício de 2019, o Metropolitano de Lisboa deu cumprimento a um plano de ação conjunta com o Regimento de Sapadores Bombeiros, através da realização de simulacros (4 grandes exercícios e 2 evacuações) e exercícios semanais ocorridos em 35 estações, com o objetivo de treinar a estrutura de Emergência da Rede na emissão de alarme, alerta e receção aos meios de socorro nas estações.

Foi, igualmente, elaborado, o Programa Normativo das Estações para apresentação à ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, bem como um procedimento exaustivo relativo à ventilação e evacuação, em situação de emergência, para as todas as estações do Metropolitano de Lisboa.

Na vertente da vigilância, foi implementado um novo tipo de rondas nas estações e interior dos comboios, com vista a manter os níveis de segurança dos nossos clientes.

O Metropolitano de Lisboa e a PSP entenderam por prioritário o lançamento de uma campanha de segurança e de alerta destinada aos clientes utilizadores dos transportes públicos, campanha comportamental que ocorreu ao longo de 2019.

Através da implementação das metodologias referenciadas, o Metropolitano de Lisboa deu cumprimento a 100% do requisito legal SCIE no que respeita à manutenção anual dos Extintores e das Bocas-de-incêndio, bem como dos simulacros anuais acordados com a ANEPC.

J. Património

Na atividade desenvolvida em 2019, um dos objetivos centrais da Valorização do Património do Metropolitano de Lisboa centrou-se na valorização dos terrenos de Sete-Rios, antigas instalações do Parque de Material e Oficinas, denominadas de PMO I.

Com efeito, o ano de 2019 caracterizou-se pelo avanço do processo da Unidade de Execução dos terrenos de Sete-Rios, tendo por objetivo a sua aprovação. Deste modo, foram efetuados e concluídos, quer os estudos de tráfego, quer os estudos de ruído, os quais constituem peças essenciais na conclusão da referida Unidade de Execução, a apresentar para aprovação da Câmara Municipal de Lisboa.



Paralelamente, no processo de valorização das instalações da antiga sede social, localizada na Avenida Fontes Pereira de Melo, foi concluído o Estudo Volumétrico para a alteração do uso e o aumento da área de construção, estando este processo a ser tratado junto da Direção Geral do Património e Cultura e da Câmara Municipal de Lisboa.

Ainda na componente de Valorização do Património Imobiliário, foi celebrado o contrato de arrendamento com o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. relativamente às frações que ainda se encontravam por arrendar no edifício da Barbosa du Bocage.

De referir que, durante o ano de 2019, foram dados passos importantes no objetivo de se conseguir o emparcelamento dos vários artigos matriciais do Parque de Materiais e Oficinas da Pontinha (PMO III), tendo, para o efeito, sido concluído o levantamento cadastral de todos os terrenos que constituem aquele Parque de Material e Oficinas.

K. Comunicação

O Metropolitano de Lisboa conseguiu, de forma estratégica e planificada, proporcionar uma maior visibilidade da sua marca, garantindo o fortalecimento da imagem externa da empresa, fomentando progressivamente o relacionamento com a imprensa e com os seus *stakeholders* institucionais, em matérias genéricas e respeitantes à modernização e à expansão da rede, designadamente a Tutela, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Associações de comerciantes das zonas de influência de algumas estações, Comissão de Utentes dos Transportes Públicos, entre outros.

Foram, igualmente, organizadas diversas cerimónias institucionais que contaram com a presença da Tutela, das quais se destacam as comemorações do 60.º aniversário de entrada em circulação do ML, que se assinalou em dezembro de 2019 e, ainda, reuniões periódicas de Diretores e de Quadros, com vista à atualização e partilha de informação, no âmbito da estratégia da empresa.

L. Relações Internacionais

Sublinha-se o esforço de aprofundamento progressivo, sem acréscimo de investimento, da participação da empresa nas atividades desenvolvidas pelas entidades internacionais de que o Metropolitano de Lisboa é membro associado, designadamente a integração nos órgãos de governo das principais associações internacionais do setor, decorrente de uma análise sistemática das oportunidades de partilha de experiências, de boas práticas e de informação relevante.

Neste contexto, em 2019, o Metropolitano de Lisboa passou a integrar o *Policy Board* da União Internacional dos Transportes Públicos (UITP), órgão de cúpula daquela associação, sendo representado pelo Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Vitor Domingues dos Santos, ocupando o lugar a que Portugal tem direito, em função do montante de quotizações atualmente pagas pelos membros portugueses da UITP.

De relevar, ainda, a decisão tomada em 2019, entre a UITP e o Metropolitano de Lisboa, para a realização da reunião dos órgãos de governo da UITP – o *Executive Board*, o PresCom (presidentes de comités) e o referido *Policy Board* – em Lisboa, no mês abril de 2021, de forma a coincidir com a Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia.



Concretizou-se, também, em 2019, a integração do ML no Comité União Europeia, órgão da UITP que representa os interesses dos operadores europeus e que exerce influência sobre o processo legislativo e decisório nas instituições comunitárias, na qualidade de membro efetivo, participação assegurada atualmente pelo Vogal do Conselho de Administração, Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga Costa.

Cumpre, igualmente, relevar, em 2019, a eleição interpares do Eng.º António Valente, Diretor de Segurança e Vigilância do Metropolitano de Lisboa, para as funções de Presidente do Comité de Segurança da UITP, para um mandato de dois anos, renovável, com representação nos principais órgãos de gestão da UITP. Durante o ano de 2019, o ML participou, também, em 14 reuniões dos órgãos de governo e de trabalho da UITP, com destaque para a representação do Metropolitano de Lisboa no Congresso Mundial (Estocolmo), na Assembleia de Metros (Madrid), no *Policy Board* (Bruxelas) e nas reuniões do PresCom (Barcelona e Bruxelas).

Sublinha-se, ainda, a organização pelo Metropolitano de Lisboa de um módulo do Curso de Formação da UITP *Training Programme for Managers in Public Transport*, que decorreu em junho, nas instalações do Alto dos Moinhos e que contou com a participação de 28 quadros de empresas de transportes de todo o mundo, incluindo quatro representantes desta empresa. No âmbito desta iniciativa, o Metropolitano de Lisboa teve a oportunidade de inscrever um participante, sem custos, nos outros dois módulos deste curso realizados.

Em 2019, o Metropolitano de Lisboa participou, também, na 34.ª reunião dos Comités Técnicos da Associação Latino-Americana de Metros e Subterrâneos (ALAMYS), realizada de 30 de junho a 2 de julho, no Porto, onde se fez representar pelo Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Vítor Domingues dos Santos, que participou na cerimónia de abertura do evento, acompanhado pela Vogal do Conselho de Administração, Eng.ª Maria Helena Campos, que ocupa o cargo de 5.º Vogal do Comité de Direção da referida associação em representação da empresa e, ainda, pelos Diretores de Manutenção e de Expansão da Rede, que apresentaram comunicações sobre o Metropolitano de Lisboa.

O Metropolitano de Lisboa manteve, ainda, durante o ano de 2019, um elevado nível de participação nas atividades de *benchmarking* de metros, tendo estado representado na reunião anual do Grupo NOVA de Benchmarking de Metros pelo Vogal do Conselho de Administração, Dr. Pedro Costa e na reunião de gestão do referido grupo e, ainda, na reunião anual do grupo CoMET de benchmarking dos grandes metros, na sequência de convite dirigido ao ML pela RATP.

O Metropolitano de Lisboa deu, também, continuidade à participação nos temas da coesão social, no âmbito do CEEP Portugal – Serviços de Interesse Geral, secção nacional do Centro Europeu de Empresas de Serviços de Interesse Geral, sediado em Bruxelas e reconhecido pela União Europeia como parceiro social.

Em 2019, o Metropolitano de Lisboa acolheu visitas de delegações estrangeiras oriundas do Chile, da Finlândia, da França, do Japão, da Noruega, de Praga e da Rússia, que mobilizaram cerca de uma centena de visitantes.

M. Organização Interna

A empresa desenvolveu, igualmente, um conjunto de projetos com o objetivo de aumentar progressivamente os níveis de eficiência no domínio da gestão documental e da preservação do acervo documental e informativo da empresa, sublinhando-se os seguintes projetos:

- **Projeto de Gestão Documental:** Constituído um grupo de trabalho encarregado de preparar a proposta de lançamento do projeto, o qual será responsável pelo desenvolvimento e posterior implementação do mesmo, envolvendo todas as áreas da empresa;



- **Digitalização dos livros de atas do CA:** Realizada a digitalização de todos os livros de atas entre os anos de 1948 e 2019 e dos livros da Assembleia Geral, entre os anos de 1948 a 1975, do Conselho Fiscal, de 1948 a 1974 e os livros de termos de posse dos corpos sociais do Metropolitano de Lisboa, de 1948/1949, com indexação dos ficheiros e constituição de um *backup*.
- **Digitalização dos documentos de apoio às reuniões do Conselho de Administração:** Iniciados os trabalhos tendo em vista a preparação do processo de digitalização dos documentos de apoio às reuniões do CA, desde 1948 até 2019, com indexação dos ficheiros e constituição de um *backup*, precedendo o processo de transferência do arquivo do Conselho de Administração da Sede Social para o Complexo de Carnide (PMO III).
- **Digitalização dos relatórios e contas do ML:** Também, em 2019, foi realizado o levantamento na empresa dos relatórios históricos, tendo em vista a preparação do processo de digitalização dos relatórios e contas, desde 1948 até 2003, com indexação dos ficheiros e constituição de um *backup*, para complementar os documentos oficiais atualmente publicados no sítio da empresa.

No âmbito da vertente museológica do Metropolitano de Lisboa, tendo em consideração as intervenções artísticas e arquitetónicas existentes nas estações, a empresa encontra-se a desenvolver um projeto de criação de um museu virtual que possa ser publicamente acedido *online*, com indicação de todos os arquitetos e artistas plásticos com intervenção nas estações, temáticas e denominação dos trabalhos existentes. Assim, merece destaque o lançamento, no ano em apreço, de um projeto piloto para um protótipo de um guia virtual explicativo das obras de arte constantes nas estações do Metropolitano de Lisboa.

N. Ambiente e Mobilidade

Na vertente da sustentabilidade ambiental, 2019 foi um ano em que o Metropolitano de Lisboa viu consolidada a sua posição como empresa ambientalmente responsável, assumindo diversos compromissos com instituições da especialidade e outras parcerias de especial relevância. Assim, o Metropolitano de Lisboa aderiu à declaração “UM PLANETA, UM PLANO”, da Associação Internacional de Transportes Públicos – UITP, da qual o Metropolitano de Lisboa é membro associado há 61 anos, ainda antes de iniciar a exploração do seu serviço público.

A empresa assume o compromisso para enfrentar os desafios da mobilidade urbana, garantindo cidades verdes, saudáveis e sustentáveis. Esta declaração foi assinada em Barcelona, no Fórum de Líderes e contou com a participação dos responsáveis de 40 organizações de transporte público de 23 países, para um debate sobre temas relacionados com a mobilidade urbana sustentável, do qual resultou a declaração comum sobre o combate às alterações climáticas e o compromisso, por parte destes operadores de transporte, em fornecer soluções sustentáveis de mobilidade urbana a milhões de passageiros de todo o mundo, com o objetivo urgente de redução de gases de efeito estufa em 45% na próxima década e a compensação de emissões zero até 2050.

A preocupação do Metropolitano de Lisboa pelas causas ambientais não é recente. A empresa tem implementado um Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente, que se rege por um conjunto de pressupostos, comprometendo-se, desde há vários anos, a identificar e avaliar os aspetos e impactos ambientais e a implementar medidas, com vista a minimizar os aspetos ambientais significativos negativos e maximizando os impactos ambientais positivos.



O Metropolitano de Lisboa é, também, certificado em Qualidade e Ambiente, pelas normas NP EN ISO 9001:2015 e NP EN ISO 14001:2015, adotando todas as práticas sustentáveis com que se comprometeu, implementando outras medidas que contribuem para a sua atuação sustentável.

Ainda em 2019 o Metropolitano de Lisboa subscreve, também, o Pacto de Mobilidade Empresarial para a Cidade de Lisboa, juntando-se ao World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), à Câmara Municipal (CML), ao BCSD Portugal e a 53 outras empresas para criar soluções mais ecológicas e eficientes para responder às necessidades e desafios da mobilidade e, ao mesmo tempo, de conservação e proteção do planeta.

O Pacto de Mobilidade Empresarial para a Cidade de Lisboa tem como objetivo contribuir para uma mobilidade mais sustentável em Lisboa, através da promoção, divulgação e implementação de uma série de medidas internas e externas, destinadas aos seus colaboradores, mas também aos clientes, público em geral e fornecedores.

As 54 empresas subscritoras deste Pacto, liderado pelo WBCSD, BCSD Portugal e CML, comprometem-se a implementar mais de 200 ações para transformar Lisboa numa cidade mais verde, segura, eficiente e de mobilidade mais sustentável.

No âmbito da estratégia adotada pelo Metropolitano de Lisboa de reforço da promoção da sustentabilidade ambiental, o Metropolitano de Lisboa encontra-se, igualmente, a melhorar a eficiência energética da iluminação das estações. Com vista à racionalização e redução do consumo de energia na rede, encontra-se em curso um plano de alteração e substituição da iluminação existente nas estações por tecnologia LED, cujo baixo consumo, durabilidade e período de vida útil permite reduzir custos com energia até 60%, já que cerca de 22 % da energia consumida na rede do Metro de Lisboa é proveniente do sistema de iluminação das estações.

A empresa tem vindo, da mesma forma, a implementar uma série de medidas e projetos que visam a redução progressiva dos consumos de água, energia e emissões de CO₂ (estas indiretas, por via do consumo de energia), bem como uma gestão racional desses mesmos recursos, sendo publicamente reconhecida como agente promotora de sustentabilidade ambiental.

O Metropolitano de Lisboa assume, portanto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como parte integrante da sua estratégia de sustentabilidade. Enquanto empresa socialmente responsável e vocacionada para a promoção da sustentabilidade assume publicamente o seu compromisso para com o Desenvolvimento Sustentável, integrando na sua estratégia três dos Objetivos (ODS) da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU - Igualdade de Género, Indústria, Inovação e Infraestruturas e Ação Climática - comprometendo-se, igualmente, com o cumprimento de metas para cada objetivo.

O Metropolitano de Lisboa contribui, assim, de forma efetiva, para a sustentabilidade da área metropolitana em que se insere, ao proporcionar níveis adequados e com qualidade do serviço de transporte público que diariamente presta aos seus clientes, com um reduzido impacto ambiental, otimizando, de forma adequada, os recursos disponíveis e contribuindo para a manutenção de um planeta mais verde.



O. Capital Humano

A política do Metropolitano de Lisboa ao nível do capital humano desenvolveu-se em cinco ações principais:

1. **Manutenção do recrutamento externo**, especialmente dedicado às áreas comercial e manutenção, com vista, respetivamente, à reposição progressiva do efetivo necessário ao cumprimento do modelo de guarnecimento de estações e do cumprimento dos Planos de Manutenção, quer do material circulante, quer das infraestruturas. Início do Plano de rejuvenescimento de Técnicos Superiores em várias valências, muito especialmente nas que permitem o acompanhamento do Processo de Modernização. A 31 de dezembro de 2019 o efetivo do Metropolitano de Lisboa ascendia a 1452 trabalhadores.
2. **Reforço da formação**, com o objetivo de ajustar as competências técnicas identificadas como mais relevantes para a atividade da empresa, assim como o desenvolvimento de competências comportamentais indispensáveis na gestão de equipas. Ligação com as universidades através da concessão de vários estágios curriculares, permitindo aos alunos uma primeira aproximação com o mercado de trabalho e as empresas. Preparação do processo de criação da Academia ML, com vista à criação de projetos especiais e passagem do conhecimento em áreas chave da empresa.
3. **Redução do absentismo**, através do desenvolvimento de um projeto dedicado que envolveu toda a estrutura da empresa (cargos dirigentes e chefias intermédias) em ações formativas destinadas a capacitar os formandos com as melhores ferramentas de combate ao absentismo, que a 31 de dezembro de 2019 atingiu a taxa média de 8,13%.
4. **Aposta na digitalização**, consolidando a informatização da assiduidade, efetuando a digitalização de toda a documentação integrante nos processos individuais dos trabalhadores, lançando a base para a tramitação da avaliação do desempenho correspondente ao ano de 2019 e da formação via plataforma SAP Success Factors.
5. **Desenvolvimento de diversos projetos no âmbito da responsabilidade social**, estendendo o projeto Build up às áreas operacionais, renovando o compromisso com o Fórum IGEN em matérias de igualdade de género, integrando o Guia dos CEOs sobre Direitos Humanos, participando em projetos de âmbito internacional, como o *Girl Move* e o *Giving Tuesday*, entre muitos outros.

6.4 Desempenho do negócio

A. Procura

O exercício de 2019 caracterizou-se pela existência de alterações profundas no modelo tarifário dos vários operadores de transporte da AML, que influenciaram o comportamento da procura no Metropolitano de Lisboa, quer na sua estrutura, quer no seu crescimento. Coexistiu, também, um conjunto de acontecimentos, na envolvente interna e externa da empresa, com impacto no comportamento da procura. Destacam-se os principais eventos, com impacto na procura de passageiros, verificada em 2019:

- Implementação do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART), a 1 de abril de 2019;



- A ocorrência do Congresso Internacional de Testemunhas de Jeová nos dias 28 a 30 de junho;
- Na noite de 12 para 13 de junho (Festas de Sto. António) e na noite de passagem de ano foi prolongado o serviço em algumas linhas;
- A ocorrência do evento Web Summit em 2019, no período 4 a 7 de novembro;
- Continuação da tendência de crescimento da mobilidade na AML.

O Despacho n.º 1234-A/2019 estatuiu o Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART). Este programa, com a implementação de um novo sistema tarifário, para o Metropolitano de Lisboa implicou o descontinuar de mais de oito centenas de passes, às quais a empresa participava, sendo substituídos pelos seguintes:

- Navegante Metropolitano (normal, 4-18 A, 4-18 B, Social+ A, Social+ B);
- Navegante Municipal de Lisboa (normal, 4-18 A, 4-18 B, Social+ A, Social+ B);
- Navegante Municipal de Amadora (normal, 4-18 A, 4-18 B, Social+ A, Social+ B);
- Navegante Municipal de Odivelas (normal, 4-18 A, 4-18 B, Social+ A, Social+ B);
- Navegante 12 (gratuito);
- Navegante +65;
- Navegantes Família (desde agosto de 2019).

Estes novos passes, ao apresentarem preços de venda ao público significativamente mais reduzidos face ao anterior tarifário, induziram a um aumento da procura e o conseqüente aumento de clientes. Constatou-se, igualmente, na estrutura da procura, uma nítida transferência de títulos ocasionais para os novos passes que apresentam custos inferiores ao tarifário e às modalidades anteriores.

À semelhança do que se tem constatado nos últimos anos, a mobilidade na AML aumentou, sendo este aumento passível de ser justificado pelos seguintes fatores:

- Diminuição da taxa de desemprego acumulada ao 4º trimestre de 2019 cifrou-se em 6,5%, menos 0,5 p.p., face ao mesmo período de 2018;
- Aumento do turismo na cidade de Lisboa, traduzido pelo aumento de mais 5,3% do número de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros e mais 7,1% de passageiros desembarcados no Aeroporto de Lisboa (fonte INE- Instituto Nacional de Estatística). Portugal ganhou o 'óscar' de melhor destino do mundo, pelo terceiro ano consecutivo, na cerimónia dos *World Travel Awards* (WTA).

A conjugação dos diversos elementos descritos contribuiu para a entrada de novos passageiros no sistema, sendo que o impacto na procura se traduziu num acréscimo de 8,2% no total de passageiros transportados, ou seja, o Metropolitano de Lisboa transportou mais 13,9 milhões de passageiros em 2019 comparativamente ao período homólogo de 2018.

Destaca-se a redução das validações em títulos ocasionais em 11,9%, sendo que as validações de passes incrementaram 17,9%, face a 2018.



Quadro 10 – Evolução da procura

Passageiros		2019	2018	2017	Var. 2019/18	
					Abs.	%
Títulos ocasionais	10 ³	39 698	45 077	43 582	(5 379)	(11,93)
Bilhete Viagem Carris Metro	10 ³	18 754	22 178	21 843	(3 425)	(15,44)
Zapping	10 ³	13 816	15 746	14 633	(1 930)	(12,26)
Outros títulos ocasionais	10 ³	7 129	7 154	7 107	(24)	(0,34)
Passes	10 ³	127 173	107 907	103 238	19 266	17,85
Navegante Metropolitano	10 ³	65 815	-	-	-	-
Navegante Lisboa	10 ³	20 826	-	-	-	-
Outros Navegantes	10 ³	6 561	-	-	-	-
Navegante urbano e rede	10 ³	19 121	57 684	55 254	(38 563)	(66,85)
Intermodais	10 ³	5 793	22 159	20 246	(16 366)	(73,86)
Combinados	10 ³	9 057	28 064	27 738	(19 007)	(67,73)
Total com títulos pagos	10 ³	166 872	152 984	146 820	13 887	9,08
Transporte gratuito e fraude	10 ³	16 202	16 166	14 670	36	0,23
Total transportados	10 ³	183 074	169 150	161 490	13 924	8,23
Percurso médio por passageiro	km	4,793	4,867	4,816	(0,074)	(1,52)
Passageiro x km transportados	10 ³	877 513	823 308	777 684	54 206	6,58

B. Oferta

No ano em análise, o Metropolitano procedeu ao reforço e incremento da oferta, seja através do aumento da velocidade de circulação comercial dos comboios, seja através da introdução de mais comboios, através dos novos planos de operações que foram delineados:

- Em abril de 2019 com a entrada em vigor do PART – Plano de Apoio à Redução Tarifária, foi preparado um novo plano de operação para entrar em vigor na mesma data. O novo plano de operação previa um aumento de oferta durante as horas de ponta da manhã e da tarde, aos dias úteis, nas linhas Azul, Amarela e Vermelha, que se materializou, essencialmente, no aumento da velocidade máxima de circulação dos comboios para 60km/h;
- Em setembro de 2019, já com dados objetivos da procura originada pelo PART, em abril e maio de 2019 (meses do período de “inverno”), entrou em vigor um novo plano de operação, que previa um novo aumento de oferta. Este aumento de oferta materializou-se com a circulação de mais comboios, durante as horas de ponta da manhã e da tarde, aos dias úteis, nas linhas Azul e Amarela;
- Em 2019 foi reforçada, pontualmente, a oferta na noite de Santo António, WebSummit, noite de Fim do Ano, bem como em outros eventos desportivos e culturais na Cidade de Lisboa.

O valor médio do aumento de carruagens x km e respetivos lugares x km produzidos na rede neste período foi de 6,38%.



Quadro 11- Evolução da oferta

Evolução da oferta (serviço público)		2019	2018	2017	Var. 2019/18	
					Abs.	%
Carruagens x km						
Linha Azul	10 ³	9 139	8 599	8 485	540	6,3
Linha Amarela	10 ³	6 415	5 961	5 939	454	7,6
Linha Verde	10 ³	5 687	5 269	4 285	418	7,9
Linha Vermelha	10 ³	6 383	6 124	6 116	259	4,2
Total	10³	27 623	25 953	24 825	1 670	6,4
Lugares x km						
Linha Azul	10 ³	1 169 848	1 100 706	1 086 061	69 142	6,3
Linha Amarela	10 ³	821 060	762 982	760 229	58 078	7,6
Linha Verde	10 ³	727 874	674 480	548 525	53 394	7,9
Linha Vermelha	10 ³	817 005	783 892	782 808	33 113	4,2
Total	10³	3 535 787	3 322 060	3 177 623	213 727	6,4
Circulações						
Linha Azul	n.º	118 463	114 347	111 222	4 116	3,6
Linha Amarela	n.º	122 583	115 020	112 819	7 563	6,6
Linha Verde	n.º	116 340	115 924	121 234	416	0,4
Linha Vermelha	n.º	111 176	110 064	107 186	1 112	1,0
Total	n.º	468 562	455 355	452 461	13 207	2,9

O número de circulações produzidas no mesmo período, em toda a rede, aumentou em média 2,9%. O aumento do número de circulações produzidas foi mais relevante nas linhas Azul e Amarela, com valores de 3,6% e 6,6% respetivamente. Este aumento deveu-se, especificamente, ao incremento do número de comboios em circulação durante as horas de ponta da manhã e da tarde nestas duas linhas, com o objetivo de cobrir a procura verificada.

Quadro 12 - Taxa de realização da oferta

		2019	2018	2017	Var. 2019/18
Taxa de realização de lugares x km					
Linha Azul	%	100,65	105,46	94,58	(4,81) p.p.
Linha Amarela	%	102,66	100,30	102,85	2,36 p.p.
Linha Verde	%	112,11	102,73	90,84	9,38 p.p.
Linha Vermelha	%	101,98	106,62	88,09	(4,64) p.p.
Na rede	%	103,61	103,94	94,31	(0,33) p.p.
Taxa de realização de circulações					
Linha Azul	%	98,44	98,04	104,75	0,40 p.p.
Linha Amarela	%	98,40	98,20	105,03	0,20 p.p.
Linha Verde	%	98,82	98,09	105,16	0,73 p.p.
Linha Vermelha	%	99,27	98,93	102,56	0,34 p.p.
Na rede	%	98,67	98,31	104,41	0,36 p.p.

C. Receitas tarifárias e complementares

Os principais fatores que influenciaram as receitas tarifárias em 2019 foram:



- Aumento tarifário, no dia 01 de janeiro, dos títulos ocasionais;
- No âmbito do PART, foi implementado um novo sistema tarifário a 1 de abril;
- Diminuição das quantidades de vendidas de títulos ocasionais, na rede de vendas do Metropolitano de Lisboa, em -8,4%;
- Redução da receita de títulos ocasionais em -8,1%;
- Acréscimo das quantidades de passes vendidos na rede do Metropolitano de Lisboa, em 16,3%, sendo que a receita com estes títulos aumentou 10,5%;
- Atribuição de pagamentos por conta, no âmbito do PART.

A implementação do PART levou a fortes mudanças na dinâmica que existia no anterior modelo de repartição da receita. Após 01 de abril, o Metropolitano de Lisboa passou a reter o valor das suas vendas, nos novos títulos. Nesta nova repartição, passaram, apenas, a ser sujeitos a repartição, os títulos ocasionais e um número reduzido de passes que transitaram do anterior modelo tarifário.

Verificaram-se, nos títulos ocasionais, fortes decréscimos na receita (-8,1%) causados, na sua maioria, pela transferência da sua utilização para os passes face aos preços mais atrativos para os clientes. Sendo os títulos ocasionais os que conferem uma maior receita média por passageiro, um decréscimo na procura nestes títulos tem impactos significativos e diretos na receita esperada. Paralelamente, o elevado aumento da procura nos Passes originou um incremento dos gastos de operação, que não são compensados pelo ligeiro acréscimo verificado das receitas tarifárias (+0,5%).

Para obviar ao decréscimo da receita, a AML assegurou uma verba a disponibilizar ao Metropolitano de Lisboa, a título de pagamento por conta, que, no acumulado a dezembro, se cifrou em 4 milhões de euros. Considerando esta verba, a variação na receita tarifária de 2019 foi de +4,3%, face ao ano transato.

Para implementar a componente “Passe Família” do referido PART, foi necessário criar novos postos de atendimento designados “Espaços Navegante”. Estes postos garantem as funções de venda com componentes de pós-venda, asseguram a receção dos processos de pedido de passes “Navegante Família”, compra e carregamento destes passes e oferecem, também, apoio pós-venda para todos os assuntos relacionados com os passes Navegante (exceto processos Social+).

Esta estratégia, tendo em conta os constrangimentos de tempo, permitiu ao Metropolitano de Lisboa ultrapassar as dificuldades de integração do “Passe Família” no sistema de bilhética da empresa e, adicionalmente, alargou a oferta na componente de venda e serviço pós-venda.

Com impacto menos significativo nas receitas, mas contribuindo para a notoriedade da marca Metro, manteve-se o esforço na concretização de ações que beneficiam a imagem da empresa, nomeadamente através da dinamização das suas estações, na angariação de eventos e de filmagens para a sua infraestrutura, bem como no apoio logístico para os principais eventos da cidade, destacando-se a participação nos eventos Santos Populares e WebSummit 2019.

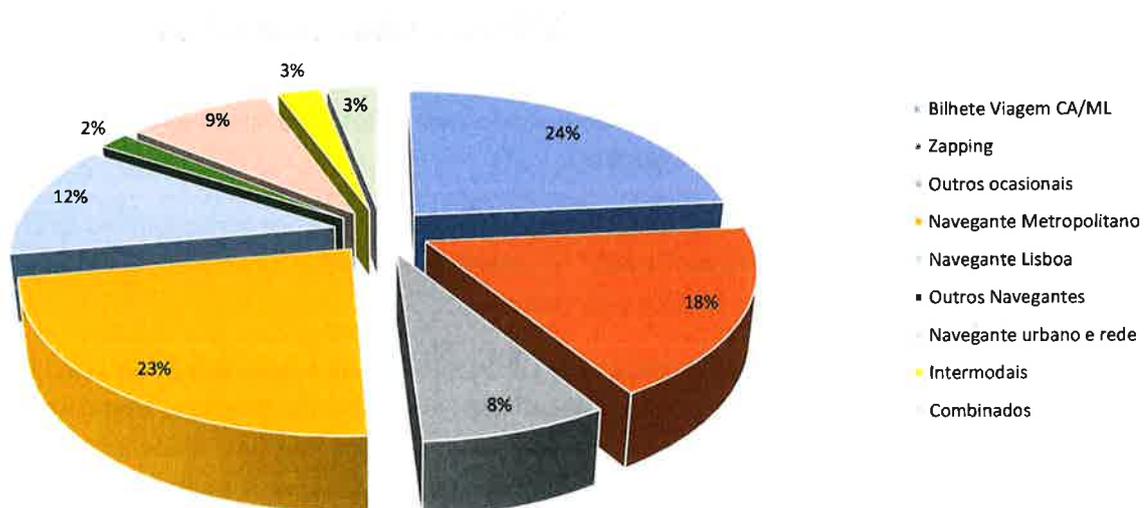


Quadro 13 – Evolução das receitas de transporte

Receitas de títulos de transporte (sem IVA)	10 ³ €	2019	2018	2017	Var. 2019/18	
					Abs.	%
Títulos ocasionais	10³€	51 167	55 651	53 178	(4 484)	(8,1)
Bilhete Viagem Carris Metro	10 ³ €	24 591	27 622	27 198	(3 032)	(11,0)
Zapping	10 ³ €	18 448	20 558	18 990	(2 109)	(10,3)
Outros títulos ocasionais	10 ³ €	8 127	7 471	6 990	656	8,8
Passes	10³€	53 026	47 977	45 664	5 049	10,5
Navegante Metropolitano	10 ³ €	24 072	-	-	-	-
Navegante Lisboa	10 ³ €	12 423	-	-	-	-
Outros Navegantes	10 ³ €	1 870	-	-	-	-
Navegante urbano e rede	10 ³ €	8 916	27 337	26 080	(18 421)	(67,4)
Intermodais	10 ³ €	2 648	10 220	9 467	(7 572)	(74,1)
Combinados	10 ³ €	3 096	10 420	10 117	(7 324)	(70,3)
Total das receitas	10³€	104 193	103 629	98 842	565	0,5
Comparticipações 4-18 / sub23 / social + *	10 ³ €	3 121	3 159	2 444	(38)	(1,2)
Total das receitas com participações	10³€	107 314	106 788	101 285	526	0,5
Pagamentos por Conta (AML)**	10 ³ €	4 014	-	-	-	-
Total das receitas com participação	10³€	111 329	106 788	101 285	4 541	4,3

* Em termos contabilísticos, foi considerado um valor inferior em aproximadamente 620 mil euros em participações tarifárias, devido à regularização de valores reconhecidos em excesso em anos anteriores.

** Do total de receita relativa à compensação do PART do período em análise, o ML em 2019 apenas recebeu um valor parcial de 2,93 M€, tendo o saldo remanescente sido recebido já em 2020.

Gráfico 5 – Receitas acumuladas – Ano 2019


A receita não tarifária apurada em 2019, obtida a partir dos negócios geridos pela área comercial, incluindo contratos permanentes, totalizou cerca de 8 milhões de euros, verificando-se um acréscimo de 5% face ao exercício de 2018, conforme se poderá observar no quadro infra:

Quadro 14 – Evolução das receitas complementares

Un: €

Receitas Complementares (sem IVA)	2019	2018	Var. 2019/18	
			Abs.	%
Receitas Complementares Tarifárias	4 010 814	3 875 529	135 285	3,5
Taxa de Urgência	509 375	384 429	124 946	32,5
Cartões Viva Viagem	2 971 454	3 069 447	(97 993)	(3,2)
Taxa de Entrega (prod. Backoffice)	557	n.d.	-	-
Fee de Personalização	383 159	274 839	108 320	39,4
Comissões	146 270	146 814	(544)	(0,4)
- Comissão venda Bilhete Viagem CA/ML	77 741	83 971	(6 230)	(7,4)
- Comissão venda Zapping	67 871	60 571	7 300	12,1
- Comissão venda títulos sem quota ML	658	2 272	(1 614)	(71,0)
Receitas Complementares não Tarifárias	3 974 540	3 732 323	242 217	6,5
Património	420 288	406 047	14 241	3,5
Aluguer de Espaços	74 278	60 697	13 581	22,4
Aluguer de Fibra Ótica e Telecomunicações	346 010	345 350	660	0,2
Frota - Estações - Meios diversos	88 951	38 971	49 980	128,3
Filmagens	54 100	3 700	50 400	1362,2
Diversos (Inserção PUB, Merchandising/Publicações, R	15 351	13 771	1 580	11,5
Serviço Especial	19 500	21 500	- 2 000	(9,3)
Subconcessões	3 465 301	3 287 305	177 996	5,4
Metrocom	2 060 546	2 037 305	23 241	1,1
Publimetro - MOP	1 404 755	1 250 000	154 755	12,4
Total das receitas com participação *	7 985 354	7 607 851	377 503	5,0

* A presente análise de receitas complementares, não corresponde ao total das receitas não tarifárias expressas no quadro 18, ponto 6.5 *Análise Económica-financeira*, por as mesmas considerarem valores das contas SNC 71* (Vendas), e outros rendimentos, cuja gestão não é da responsabilidade da Direção de Clientes (DCL).

Os negócios relativos à rentabilização dos espaços e infraestruturas afetos às estações, bem como as subconcessões dos espaços comerciais e dos meios publicitários, contribuíram com uma receita de cerca de 4 milhões de euros. Registou-se, ainda, uma evolução no valor das receitas obtidas com a venda de cartões, serviços associados e comissões de venda, que se cifra em mais 4 milhões de euros.

Destaca-se, também, as subconcessões dos espaços comerciais (Metrocom, S.A.) e dos meios publicitários (Publimetro, S.A./MOP) que, em 2019, geraram uma receita comercial aproximadamente de 3,5 milhões de euros.

O aluguer de espaços temporários e o aluguer de fibra ótica atingiram um valor superior a 420 mil euros, incluindo-se, nesta última, o contrato com as três operadoras de telecomunicações, que asseguram a cobertura



de rede móvel e, ainda, o aluguer de fibra ótica com a Go-Wifi, empresa que garante o sinal de Wi-fi nos cais das estações.

Com impacto positivo nas receitas e beneficiando a imagem e marca do Metropolitano de Lisboa e a dinamização das suas estações, manteve-se o plano de prospeção para a angariação de eventos e filmagens nas suas infraestruturas, bem como o apoio logístico aos principais eventos da cidade.

Em 2019, destaca-se, ainda, a realização, nas instalações da empresa, de várias produções/ativações nacionais e internacionais, bem como rodagem de anúncios publicitários para marcas multinacionais e produções musicais.

Relativamente aos Cartões Lisboa Viva, no ano em apreço, o Metropolitano de Lisboa personalizou cerca de 217 mil cartões, dos quais 63% foram Lisboa Viva urgentes.

Quadro 15 – Produção de cartões Lisboa Viva

Produção cartões LV 2019	Transtejo	Carris	Metro	TOTAL
Normal	3 029	13 759	43 741	60 529
10 dias				
4_18	176	1 627	4 335	6 138
Sub23	29	762	2 962	3 753
CML	0	0	7 263	7 263
Total	3 234	16 148	58 301	77 683
Normal	0	17 039	92 507	109 546
Urgentes				
4_18	0	3 245	7 544	10 789
Sub23	0	2 852	12 383	15 235
Total	0	23 136	112 434	135 570
Portal Viva	34	276	427	737
Trabalhadores	0	1 593	1 147	2 740
TOTAL	3 268	41 153	172 309	216 730

Do exercício de 2019, há ainda a destacar os indicadores de atividade infra, relacionados com o serviço ao cliente:

Quadro 16 – Indicadores de atividade - estações

Indicadores de Atividade	2019
Índice de Satisfação do Cliente	7,35
Absentismo Operacional (média mensal)	% 8,18
Taxa de cumprimento do plano de guarnecimento das estações	% 74,84
Nível de serviço do Centro de Atendimento Telefónico	% 80,50
Número de chamadas atendidas	un. 5 889
Númer de chamadas recebidas	un. 7 315
Site ML - n.º visitas (páginas visitadas)	un. 4 169 715
Site ML - n.º visualizações/campanha (média mensal)	un. 3 395
Reclamações	un. 4 813
Resposta no prazo de 30 dias (média mensal)	% 86,90
Fiscalização - n.º abordagens	un. 132 747
Fiscalização - Coimas	un. 8 064



6.5 Análise Económico-financeira

Resultados Globais da Empresa

O ano de 2019 caracterizou-se por uma evolução favorável no que respeita aos resultados globais da empresa, face a 2018:

- O **Resultado Operacional** apresentou um acréscimo de 6,8 milhões de euros face ao ano anterior;
- O **EBITDA corrigido** de um conjunto de rubricas não-cash (especialização de subsídios ao investimento, ajustamentos e imparidades, aumentos/reduções de justo valor, equivalência patrimonial/subsidiárias, provisões, trabalhos para a própria entidade, entre outras) apresentou uma melhoria de cerca de 5 milhões de euros face a 2018, principalmente em resultado do aumento dos rendimentos de vendas e serviços prestados (4,3 milhões de euros) e da redução dos consumos de materiais (-2,5 milhões de euros);
- O **Resultado Financeiro** registou uma evolução favorável de 4,2 milhões de euros, devido à redução de pagamento de cupões de swap cujo leasing financeiro subjacente atingiu a maturidade (-3,5 milhões de euros);
- Em consequência, o **Resultado antes de Impostos** melhorou cerca de 11 milhões de euros.

Quadro 17 - Resultados

Resultados (valores em milhares de euros)	2019	2018	2017	Var. 2019/2018	
				Abs.	%
Rendimento do Serviço Público*	110 708	106 919	101 692	3 789	3,5
Outros rendimentos	44 289	45 576	53 605	(1 287)	(2,8)
Total de Rendimentos Operacionais	154 997	152 495	155 297	2 502	1,6
Total de Gastos Operacionais	144 903	149 224	145 913	(4 321)	(2,9)
Resultado Operacional	10 094	3 271	9 384	6 823	208,6
EBITDA Corrigido **	(225)	(5 211)	379	4 986	95,7
Resultado Financeiro	(26 926)	(31 122)	(33 124)	4 196	13,5
Resultado antes de Impostos	(16 833)	(27 852)	(23 740)	11 019	39,6

* Inclui receita de venda de bilhetes, passes e compensações tarifárias. Valores de anos anteriores reexpressos de forma a serem comparáveis.

** EBITDA corrigido (sem provisões, ajustamentos, imparidades e aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento e equiv. patrimonial / subsidiárias, e outras rubricas não-cash).

No que respeita aos **Rendimentos Operacionais**, verifica-se um aumento de 1,6% na sua globalidade, devido essencialmente ao aumento das receitas de serviço público (+3,8 milhões de euros), das receitas não tarifárias (+475 mil euros) e de reversões de imparidade de ativos (1,3 milhões de euros). O aumento dos rendimentos de serviço público decorre do crescimento da procura principalmente pelas compensações tarifárias obtidas na sequência da implementação do PART (cerca de 4 milhões de euros).



Quadro 18 – Rendimentos Operacionais

Rendimentos Operacionais (valores em milhares de euros)	2019	2018	2017	Var. 2019/2018	
				Abs.	%
Vendas de Passes e bilhetes*	104 192	103 766	98 875	426	0,4
Compensação 4_18/sub_23/Social+ e Compensação PART (AML)	6 515	3 152	2 817	3 363	106,7
Receita Serviço público	110 708	106 919	101 692	3 789	3,5
Receitas não tarifárias	8 087	7 612	7 708	475	6,2
Trabalhos p/ Própria Empresa	3 102	3 214	2 310	(112)	(3,5)
Aumentos justo valor	24 536	27 726	38 333	(3 190)	(11,5)
Outros rendimentos e ganhos	6 784	6 592	5 032	192	2,9
Imparidade de ativos (Reversões)	1 780	433	223	1 347	311,5
Outros rendimentos	44 289	45 576	53 605	(1 287)	(2,8)

*Receitas de bilhetes e passes. Os anos anteriores foram reexpressos de forma a serem comparáveis.

Os **Gastos Operacionais** inverteram a tendência crescente dos últimos anos, com uma redução de cerca de 4,3 milhões de euros face a 2018. Destaca-se a redução do consumo de materiais (-2,5 milhões de euros), na sequência da retoma do plano regular de manutenção de carruagens (Plano periódico e preventivo de manutenção de material circulante), depois do esforço de recuperação do atraso de cumprimento do plano de manutenção nos últimos anos, que teve a sua maior expressão em 2018.

Merecem, ainda, referência a redução de amortizações (-4,2 milhões de euros), devido ao fim do período de amortização de ativo de Edifícios e Construções, não tendo a atividade de investimento nestes últimos anos sido suficiente para inverter a tendência de decréscimo deste tipo de amortizações, e a redução de perdas registadas com subsidiárias (-2,6 milhões de euros), essencialmente pelo decréscimo de imparidades reconhecidas com os TREM e Ferconsult.

Quadro 19 – Gastos Operacionais

Gastos Operacionais (valores em milhares de euros)	2019	2018	2017	Var. 2019/2018	
				Abs.	%
Gastos com o pessoal	80 057	78 806	71 667	1 251	1,6
Fornecimentos e serviços externos	36 879	34 799	32 164	2 080	6,0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 596	6 068	4 409	(2 472)	(40,7)
Perdas imputadas subsidiárias	2 412	5 008	3 957	(2 597)	(51,8)
Imparidades	-	54	123	(54)	(100,0)
Outros gastos e perdas	2 908	1 277	10 151	1 631	127,7
Provisões	-	-	30	0	-
Amortizações	19 052	23 212	23 411	(4 160)	(17,9)
TOTAL	144 903	149 224	145 913	(4 321)	(2,9)

Os Gastos com Pessoal apresentam um incremento de 1,6% em relação ao período homólogo, o que representou cerca de 1,3 milhões de euros.



Quadro 20 – Gastos com Pessoal

Gastos com Pessoal (valores em milhares de euros)	2019	2018	2017	Var. 2019/2018	
				Abs.	%
Remunerações	56 232	55 556	50 253	676	1,2
Complemento de Pensões	12 523	12 704	12 522	(180)	(1,4)
Responsabilidades c/ Pensões	7 770	7 484	7 365	286	3,8
Outros gastos	3 531	3 062	1 527	469	15,3
TOTAL	80 057	78 806	71 667	1 251	1,6
Massa salarial	55 926	55 156	49 812	770	1,4

A principal causa desta variação está relacionada com novas contratações (+36 efetivos) e com o impacto da reposição dos direitos previstos em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (AE I e AE II), de acordo com o cumprimento do n.º 1 do art.º 145 do DL 33/2018 e da aplicação das Leis de Orçamento de Estado de 2017 a 2019, que se traduz no aumento das remunerações decorrente do processo de avaliação e respetivas progressões de carreira, bem como, a reposição do pagamento de anuidades.

Os Resultados Financeiros registaram uma variação positiva na ordem dos 4,2 milhões de euros, de acordo com a justificação já dada no início deste ponto do Relatório.

Quadro 21 – Resultados Financeiros

Resultados financeiros (valores em milhares de euros)	2019	2018	2017	Var. 2019/2018	
				Abs.	%
Aplicações financeiras	-	-	-	0	-
Outros ganhos financeiros	-	-	2 715	0	-
Gastos financeiros de exploração	(26 926)	(31 122)	(35 839)	4 196	(13,5)
Juros suportados c/ financ. banc./DGTF	(8 132)	(9 722)	(8 615)	1 590	(16,4)
Juros a liquidar	(18 795)	(21 401)	(27 224)	2 606	(12,2)
TOTAL	(26 926)	(31 122)	(33 124)	4 196	(13,5)

Os Gastos Totais tiveram uma redução de 8,5 milhões de euros, -4,7% do que no ano anterior.

Gráfico 6 – Evolução dos Gastos Totais



Fluxos Financeiros

Em 2019, os *cash-flows* gerados pela atividade operacional mantiveram a trajetória positiva, registando um valor de 17,3 milhões de euros, fruto do crescimento da receita tarifária, com especial destaque da comparticipação do PART, e da redução de pagamentos a fornecedores. Efetivamente, esta redução deveu-se ao volume de faturas relacionadas com despesa de investimento de 2019 liquidadas apenas em janeiro de 2020.

O fluxo da atividade operacional, em conjunto com o recebimento de 27,3 milhões relativamente a subsídios ao investimento (Fundo Ambiental e PIDDAC), libertou tesouraria suficiente para cobrir as despesas de investimento, tendo esta atividade registado um excedente de 15,5 milhões de euros. Por outro lado, o excedente de tesouraria operacional permitiu ainda financiar uma pequena parcela de despesas relativas à amortização de financiamentos e pagamento de juros, coberta também por aumentos de capital e empréstimos DGTf.

Quadro 22 – Variação de caixa e seus equivalentes

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (valores em milhares de euros)	2019	2018	2017	Var. 2019/2018	
				Abs.	%
Fluxo Atividades Operacionais	17 324	3 666	692	13 658	372,6
Fluxo das Atividades Investimento	15 510	(12 114)	(5 524)	27 624	228,0
Fluxo das Atividades Financiamento	(19 342)	2 662	1 891	(22 004)	(826,6)
Variação de caixa e seus equivalentes	13 492	(5 786)	(2 941)	19 278	333,2
Caixa e seus equivalentes no início do período	16 238	22 024	24 965	(5 786)	(26,3)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	29 730	16 238	22 024	13 492	83,1

Desde 2011 que o ML está incluído na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas, EPR – Entidades Públicas Reclassificadas, equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, decorrendo para a empresa impactos relevantes em matéria de enquadramento orçamental, reporte de informação e observância de legislação específica aplicável, designadamente sujeição à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso¹, Lei do Enquadramento Orçamental² e obrigatoriedade de preparação de Propostas Orçamentais a submeter à Direção Geral do Orçamento (DGO) para inscrição direta no Orçamento de Estado (OE).

No ano em análise, o Estado manteve a política de financiamento às Empresas Públicas Reclassificadas, através da concessão de empréstimos e de dotações de capital, através de entradas em numerário, sempre que os fundos se destinam ao serviço da dívida ou investimento.

O Metropolitano obteve financiamentos no valor de 681,7 milhões de euros (131,9 milhões de euros através de financiamentos obtidos e 550 milhões de euros de realização de capital), tendo amortizado 471,5 milhões de euros de empréstimos bancários e 229,5 milhões de euros afetos a gastos e perdas de financiamento. Deste modo, as atividades de financiamento geraram um *cash-flow* negativo de 19,3 milhões de euros.

¹ Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

² Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, alterada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho, e mais recentemente, alterada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, implicando obrigações de reporte à Direção Geral do Orçamento / Ministério das Finanças.



Quadro 23 – Atividade de Financiamento

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (valores em milhares de euros)	2019	2018	2017	Var. 2019/2018	
				Abs.	%
Recebimentos respeitantes a:					
Aumentos de Capital	549 784	175 196	192 051	374 589	213,8
Empréstimos Bancários - IGCP/DGTF	131 885	421 974	32 584	(290 089)	(68,7)
Cobertura de prejuízos	0	0	27 809	0	-
Financiamento	681 669	597 170	252 444	84 499	14,1
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos Bancários	71 503	71 503	71 587	(0)	(0,0)
Operações de leasing	0	24 954	15 314	(24 954)	(100,0)
Empréstimos obrigacionistas	400 000	0	0	400 000	-
Juros e gastos similares	229 508	498 051	163 652	(268 543)	(53,9)
Pagamentos	701 011	594 508	250 553	106 503	17,9
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(19 342)	2 662	1 891	(22 004)	(826,6)

Investimento realizado

Em 2019, a Formação Bruta de Capital Fixo registou um valor de cerca de 13,9 milhões de euros, compreendendo o montante de investimentos que foi capitalizado nas contas do Ativo Fixo da Empresa. Face a 2018, verificou-se um aumento de 7,3% no valor de investimentos realizados, desagregados de acordo com o detalhado abaixo:

Infraestruturas de Longa Duração (ILD)

- **Prolongamento Rato / Cais do Sodrê:** 1,5 milhões de euros, relativos a assistência técnica – estudo prévio e anteprojecto, acompanhamento de estudos de estruturas geotecnia e expropriações;
- **Remodelação da Linha Azul:** 1,3 milhões de euros, com intervenção em várias estações, com destaque para Colégio Militar (428 mil euros) e Terreiro do Paço (185 mil euros);
- **Remodelação da linha Verde:** 1,2 milhões de euros, principalmente nas estações Areiro (507 mil euros) e Arroios (371 mil euros);
- **Remodelação da linha Vermelha:** 4 milhões de euros, sobretudo para a intervenção na estação Olivais (3,5 milhões de euros).

Metropolitano de Lisboa

- **Equipamento Básico:** 1,9 milhões de euros, dos quais 950 mil euros alocados ao projeto de bilhética e telemática e 778 mil euros ao projeto de reabilitação de carruagens das várias séries ML;
- **Equipamento Administrativo:** 1,4 milhões de euros, destacando-se a verba destinada a *software* e *hardware* (1,2 milhões de euros);
- **Edifícios e Outras Construções:** relativo a intervenções no Parque de Material e Oficinas II e III.



Quadro 24 – Despesa de investimento

Despesa de Investimento (valores em euros)	FBCF	ICT	DI
	Formação Bruta de Capital Fixo	Investimento a Custos Técnicos	Despesa de Investimento
ILD	9 666 676	12 694 162	12 694 162
Plano Nacional para as Acessibilidades	775 315	1 013 643	1 013 643
Prolongamento Rato / Cais do Sodré	1 495 452	1 955 144	1 955 144
Remodelação da Linha Azul	1 286 053	1 681 378	1 681 378
Remodelação da Linha Amarela	18 436	133 408	133 408
Remodelação da Linha Verde	1 180 254	1 486 580	1 486 580
Remodelação da Linha Vermelha	4 043 615	5 289 781	5 289 781
Remodelação da Rede Global	867 550	1 134 230	1 134 230
Autoinvestimento	0	0	0
ML	4 118 421	4 118 421	4 118 421
Edifícios e outras Construções	639 267	639 267	639 267
Equipamento Básico	1 934 859	1 934 859	1 934 859
Ferramentas e Utensílios	158 494	158 494	158 494
Equipamento Administrativo	1 385 802	1 385 802	1 385 802
Autoinvestimento	0	0	0
Investimento por Conta de Terceiros	143 622	187 771	187 771
Investimento por Conta de Terceiros	143 622	187 771	187 771
Investimento total	13 928 719	17 000 354	17 000 354

* Investimentos por conta do ML e integrados nos Empreendimentos.

Quadro 25 – Evolução do Investimento

Investimento (valores em euros)	2019	2018	2017	Var. 2019/2018	
				Abs.	%
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	13 928 719	12 982 703	4 951 992	946 016	7,3
Investimentos a Custos Técnicos (ICT)	17 000 354	16 109 060	7 147 029	891 294	5,5
Despesas de Investimento (DI) - inclui custos financeiros	17 000 354	16 681 656	7 422 547	318 698	1,9

Estrutura Patrimonial

Ativo

O ML manteve o critério indicado pela tutela, de apresentar no Balanço os valores da atividade de construção de infraestruturas de longa duração (ILD), evidenciando o impacto do investimento realizado em infraestruturas por conta do Estado e as responsabilidades correspondentes.

O valor do ativo totalizou 5.517 milhões de euros, com a seguinte distribuição:

Quadro 26 - Ativo Total

Ativo (valores em milhões de euros)	2019	2018	2017	Var. 2019/2018	
				Abs.	%
Não corrente	5 250	5 112	5 020	138	2,7
Corrente	0	0	0	0	-
ILD	5 250	5 112	5 020	138	2,7
Não corrente	188	198	215	(10)	(5,1)
Corrente	79	68	77	11	16,0
ML	267	266	293	1	0,3
Ativo Total	5 517	5 378	5 313	139	2,6

O acréscimo do Ativo em ILD resulta principalmente dos encargos financeiros relativos a ILD (+133,8 milhões de euros), e de novos investimentos ILD (+12,8 milhões de euros, dos quais 9,9 M€ respeitantes a imobilizado em curso). Contribui ainda para a variação do Ativo ILD, o reconhecimento de uma perda relativa ao justo valor dos derivativos associados a ILD (-5,3 milhões de euros), e a redução dos subsídios do Estado (-2,8 milhões de euros).

Passivo e Capital Próprio

Quadro 27 - Passivo e Capital Próprio

Passivo e Capital Próprio (valores em milhões de euros)	2019	2018	2017	Var. 2019/2018	
				Abs.	%
Não corrente	2 079	2 326	2 707	(247)	(10,6)
Corrente	1 041	1 206	900	(165)	(13,6)
ILD	3 120	3 532	3 607	(412)	(11,7)
Não corrente	553	582	482	(30)	(5,1)
Corrente	593	521	621	72	13,7
ML	1 146	1 104	1 103	42	3,8
Passivo total	4 266	4 636	4 709	(370)	(8,0)
Capitais próprios	1 251	742	603	509	68,6
Total do passivo e capitais próprios	5 517	5 378	5 313	139	2,6

A redução de 8% (-370 milhões de euros) do Passivo total tem como principal justificação a amortização de um empréstimo obrigacionista de 400 milhões de euros que decorreu em 2019. De salientar igualmente a redução do valor reconhecido em passivo relacionado com instrumentos financeiros derivados (-67 milhões de euros). Por outro lado, registou-se um aumento de novos financiamentos (131,9 milhões de euros). Merece ainda referência o aumento do saldo de fornecedores face ao ano anterior, que registou uma variação de 8,4



milhões de euros, decorrente, por um lado, do aumento do investimento, cujos prazos médios de pagamento são entre os 60 e 90 dias, e da redução de disponibilidades, dado a utilização de 15 milhões do saldo de gerência para pagamento de derivados financeiros, conforme autorização da tutela, através do Despacho SEO/322/2019.

Os Capitais Próprios, totalizando 1.251 milhões de euros, continuam a sua tendência ascendente, fruto do apoio do Estado através de reforços de Capital.

É de salientar que, em 2019, o ML deu continuidade à recuperação dos indicadores de estrutura, que se traduziu no aumento de 8,9 pontos percentuais no rácio de Autonomia Financeira e 13,3 pontos percentuais no rácio de Solvabilidade, através do aumento do Capital Próprio suportado pelo acionista, conforme já referido.

Gestão do Risco Financeiro

O ML tem vindo a consolidar a sua estrutura de capitais através do permanente reforço que o acionista tem promovido, com a conseqüente redução do endividamento.

Rating do Metropolitano de Lisboa

Quadro 28 - Rating do ML

Rating Metro	Standard & Poor's	
	Rating	Outlook
19 de fevereiro de 2018	BBB-	Estável
18 de março de 2019	BBB	Estável
16 de setembro de 2019	BBB	Positivo
26 de fevereiro de 2020	BBB	Positivo

A classificação do ML como Empresa Pública Reclassificada, em finais de 2011, fez com que a Standard & Poor's tivesse revisto a partir de 2012, os seus critérios de análise de risco da Empresa. Em consequência, o Rating do ML passou a seguir a evolução do Rating da República Portuguesa.

O racional para esta avaliação foi o seguinte:

- Continuação do apoio financeiro prestado pelo Estado, a que acresce o facto da maioria da dívida detida pelo ML ser garantida pela República Portuguesa;
- O apoio e comprometimento, demonstrado pelo Estado, na satisfação dos compromissos de serviço da dívida, com verbas previstas para este efeito, no orçamento de 2019.

Evolução do Passivo Remunerado

O Metropolitano de Lisboa amortizou dívida no valor de 471,5 milhões de euros, tendo contratado novos financiamentos no valor de 131,9 milhões de euros, reduzindo o passivo remunerado em cerca de 9%.

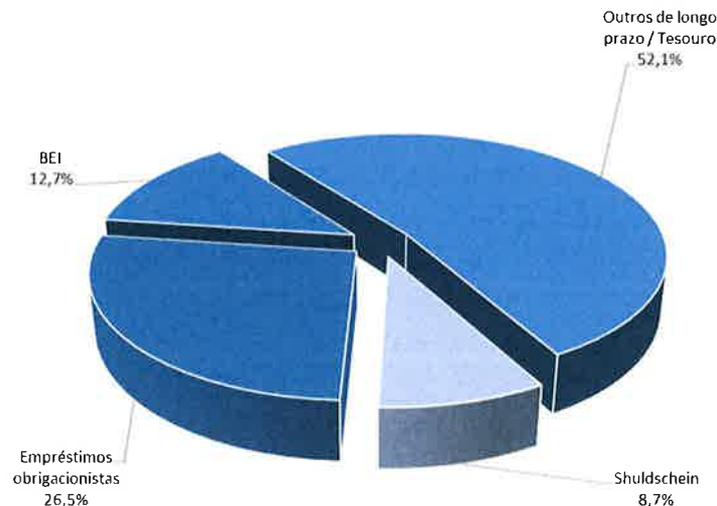


Quadro 29 – Estrutura do Passivo Remunerado

Passivo remunerado (Valores em milhares de euros)	2019	2018	2017	Var. 2019/2018	
				Abs.	%
Empréstimos obrigacionistas	910.000	910.000	1.310.000	0	0,0
BEI	220.826	437.341	508.844	(216 515)	(49,5)
Outros de longo prazo / Tesouro	505.253	517.937	170.204	(12 685)	(2,4)
Shuldschein	300.000	300.000	300.000	0	0,0
Leasing financeiro	0	0	0	0,0	-
Dívida de médio e longo prazo	1 936 079	2 165 279	2 289 048	(229 200)	(10,6)
Empréstimos obrigacionistas	0	400.000	0	(400 000)	(100,0)
BEI	216.515	71.503	71.503	145 012	202,8
Outros de curto prazo / Tesouro	1.287.453	1.142.883	1.068.642	144 570	12,6
Leasing financeiro	0	0	11.470	0	-
Descobertos	0	0	0	0	-
Dívida de curto prazo	1 503 967	1 614 386	1 151 615	(110 418)	(6,8)
Total	3 440 046	3 779 664	3 440 663	(339 618)	(9,0)

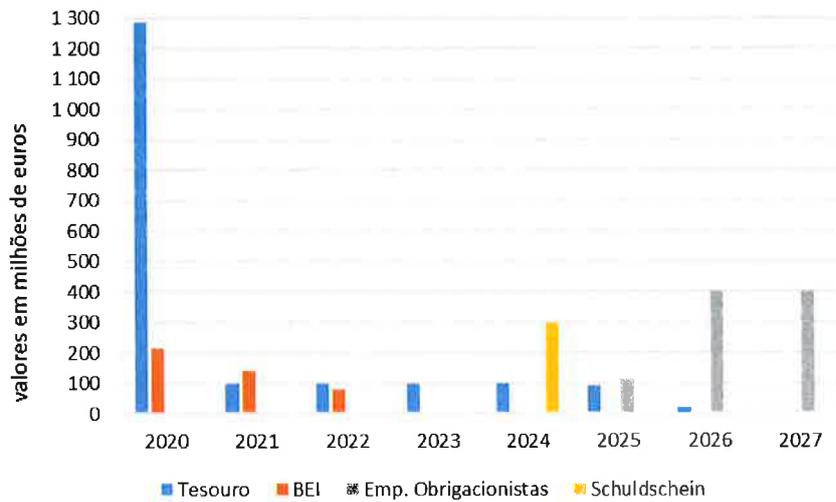
Na estrutura da dívida, as dívidas ao Tesouro (52,1%) e os empréstimos obrigacionistas (26,5%) são os financiamentos com maior peso face ao total da dívida do ML.

Gráfico 7 – Distribuição do endividamento



Estima-se para 2020 a amortização de boa parte da dívida ao Tesouro, na sequência da operação prevista de conversão da dívida corrente (ILD e ML) por incorporação em ativo do Estado – Conta a Receber.

Gráfico 8 – Maturidade do Financiamento



Evolução da taxa de juro implícita

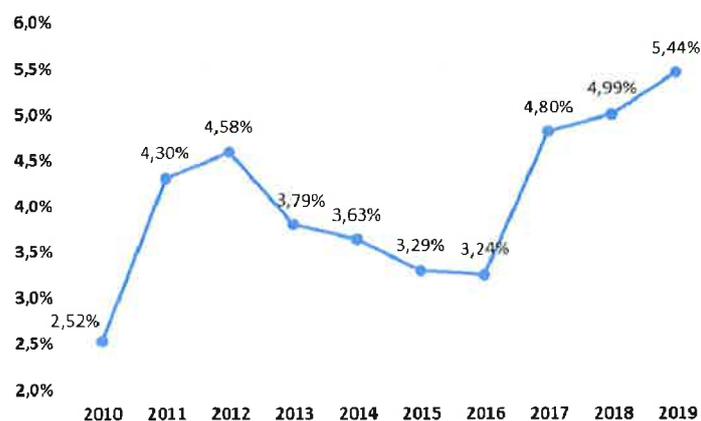
O Gráfico 9 mostra a evolução da taxa de juro implícita, no endividamento, desde 2010.

As taxas de juro tiveram uma evolução desfavorável entre 2010 e 2012. Com a descida das taxas de juro de referência, os *cash-flows* gerados pelos instrumentos de cobertura de risco iniciam uma trajetória acelerada de perdas, agravando significativamente a taxa de juro implícita.

A inversão desta tendência, a partir de 2012, é consequência do menor custo dos empréstimos contraídos junto do Tesouro, conjugada com o efeito do cancelamento dos derivados com maior risco de perdas e, a partir de 2013, com o não pagamento dos derivados relativos ao processo judicial intentado pelo Banco Santander Totta, S.A. contra as Empresas Públicas de Transporte em Londres.

Desde 2017, na sequência do acordo alcançado entre o Banco Santander Totta, S.A. e a República, foi retomado, a partir de maio, o pagamento dos *swaps* Santander, anteriormente em contencioso, facto que contribuiu para que a taxa de juro implícita venha a registar uma trajetória ascendente, desde esse período.

Gráfico 9 – Taxa de juro implícita



Assinaturas manuscritas em azul.

Produtividade

Da análise ao quadro abaixo, verifica-se que o ML mantém a tendência de crescimento da oferta, em resposta ao aumento do número de passageiros transportados, prosseguindo o objetivo de melhorar os níveis de serviço.

Quadro 30 - Indicadores de Produtividade

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE	2019	2018	2017	Var. 2019/2018	
				Abs.	%
Ckm (Carruagens x km)/Efetivo Médio	19 251	18 360	17 770	891	4,9
LKO (Lugares x km)/Efetivo Médio	10 ³ 2 464	2 350	2 275	114	4,9

Importa ainda referir que a variação dos indicadores base para o cálculo dos indicadores de produtividade acima identificados foi de:

- Ckm (Carruagens x km) e LKO (Lugares x km): +6,4%;
- Efetivo Médio: +1,5%



7. Proposta de Aplicação de Resultados

Para efeitos do cumprimento da alínea e) do n.º 2 do art.º 7.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o Conselho de Administração propõe que o prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de 16.873.276,72 euros, seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

As demonstrações financeiras anexas a este relatório evidenciam a perda de metade do capital social, nos termos referidos no art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração irá submeter a deliberação do acionista a adoção de medidas que visem a reposição do capital social da Sociedade, nomeadamente, através de aumento de capital.

O Conselho de Administração



Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos



Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos



Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

Lisboa, 28 de julho de 2020



8. Anexos

8.1 Cumprimento de Orientações Legais

1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

Quadro 31 – Objetivos de Gestão

	ANO 2019		Grau de Execução	Observações/Justificação desvios
	REAL	PAO		
Princípios Financeiros de Referência				
Eficiência Operacional (rácio dos gastos operacionais sobre volume de negócios igual ou inferior ao estimado para 2018)	100,5%	97,4%		O volume de negócios considerado no PAO 2019 para o cálculo deste rácio não inclui perda de receitas devido à aplicação do PART. Se por um lado, obtivemos -1 M€ de VN, por outro, os gastos operacionais foram superiores em 2,6 M€.
PRC (1) - manutenção ou redução de gastos com pessoal face à estimativa de 2018	9,2%	1,0%		O crescimento dos Gastos com Pessoal face a 2018 foi superior ao previsto devido à sobrevalorização destes gastos no total estimado para 2018 considerado no PAO 2019.
PRC (2) - manutenção ou redução de encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, face à estimativa de 2018	-51,9%	-36,2%		A redução de gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento foi superior à prevista no PAO 2019.
PRC (3) - manutenção ou redução de encargos com a frota automóvel, face à estimativa de 2018	1,6%	-7,2%		Apesar de se prever um decréscimo de gastos com a frota no PAO 2019, tal não foi possível devido à renovação da frota e a subvalorização dos gastos de leasing operacional estimados.
PRC (4) - manutenção ou redução de encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	37,9%	-0,9%		Aumento justificado por estudos, pareceres, projetos e consultoria no âmbito dos projetos de expansão da rede e modernização do ML.
Investimento				
Infraestruturas de Longa Duração	9 666 676 €	48 645 765 €	19,9%	Devido a atrasos/problemas no processo de contratação pública, nomeadamente, atrasos nas autorizações de despesas plurianuais, não foi possível realizar todos os investimentos previstos.
Renovação e Beneficiação de Frota	777 610 €	2 066 667 €	37,6%	
Outros Investimentos	3 484 433 €	18 904 870 €	18,4%	
TOTAL	13 928 719 €	69 617 302 €	20,0%	
Indicadores de Recursos Humanos				
N.º de efetivos a 31 Dez.	1 452	1 512	96,0%	Apenas foi autorizado pela Tutela o aumento do efetivo em 36 trabalhadores, conforme informação constante no ponto 13. <i>Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais</i>
Endividamento				
Variação do endividamento	3,30%	-7,33%		Não foi concretizada a operação de conversão da dívida corrente DGTF respeitante a ILD, por incorporação em ativo do Estado, conforme previsto no PAO 2019. Ver ponto 3 do presente capítulo (pág. 69).

Quadro 32 – Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE

Rubrica	Orçamento	Realização	Grau de execução	Justificação	
R05.07	07-REM. CAPITAIS - RECEITAS GERAIS	131.220 €	131.220 €	100,0%	
R06.03	03-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	43.394.200 €	30.275.463 €	69,8%	Apesar de ter sido orçamentado a atribuição de Compensações Tarifárias em 17,1 M€, só foi transferido aprox. 4 M€ - RCM 156/2019
R07.02	02-SERVIÇOS	143.071.565 €	126.915.426 €	88,7%	Esta rubrica considera 15 M€ como remuneração do contrato de concessão: este modelo de remuneração só seria aplicado se e quando a atualização do contrato de concessão for aprovada, tal não ocorreu até final de 2019, pelo que, teremos de considerar que o valor foi sobreorçamentado.
R08.01	01-OUTRAS	5.730.987 €	5.730.987 €	100,0%	
R09.03	03-EDIFÍCIOS	500.000 €	0 €	0,0%	O valor orçamentado refere-se a rendimentos provenientes de rendas de imóveis, cujo item financeiro de realização foi o R07.02.
R09.04	04-OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	2.800 €	2.800 €	100,0%	
R10.03	03-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.300.000 €	968.212 €	74,5%	Apesar de prevista dotação de 1,3 M€ no PIDACC, não foi transferida o valor total da mesma.
R10.09	09-UNIÃO EUROPEIA	14.035.800 €	0 €		Se por um lado, existiu um atraso na adjudicação da empreitada do RA/CS, por outro lado, não existiu qualquer transferência de verba pelo POSEUR, dado o processo de candidatura deste projeto apenas de ter concluído no final de 2019.
R12.06	06-APOIO FINANCEIRO	148.941.847 €	131.884.780 €	88,5%	Reajuste dos valores de dotação e financiamento inicialmente previstos e aprovados no OE 2019, pela autorização concedida por despacho n.º 322/2019/SEO de utilização parcial do saldo de gerência de 2019 (15 M€).
R12.07	07-OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	568.654.706 €	549.784.212 €	96,7%	
R15.01	01-REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	717.066 €	717.065 €	100,0%	
R16.01	01- SALDO GERÊNCIA	16.237.585 €	16.237.585 €	100,0%	
R17.02	00 - OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA	0 €	172.143 €	-	Receita extra-orçamental

Rubrica	Orçamento	Realização	Grau de execução	Justificação	
D01.01	01-REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	51.548.879 €	51.099.873 €	99,1%	A rubrica D.01 foi objeto de cativação de cerca de 0,4 M€.
D01.02	02-ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	4.313.499 €	4.170.964 €	96,7%	
D01.03	03-SEGURANÇA SOCIAL	25.952.023 €	25.855.946 €	99,6%	
D02.01	01-AQUISIÇÃO DE BENS	5.657.436 €	4.704.836 €	83,2%	O desvio deve-se essencialmente à redução de venda de títulos ocasionais, que permitiu reduzir a necessidade de aquisição deste tipo de bens.
D02.02	02-AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	54.442.564 €	40.758.564 €	74,9%	Apesar de ter existido reforço por contrapartida do investimento (1,4 M€), manteve-se cativação no montante de 11,2 M€.
D03.05	05-OUTROS JUROS	236.422.713 €	218.173.380 €	92,3%	No orçamento está incluído 16,2 M€ de saldo de gerência de 2018.
D03.06	06-OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	1.062.795 €	198.625 €	18,7%	Deve-se essencialmente ao atraso de processos de empreitadas que se encontram em contencioso, que resultou numa baixa realização de pagamento de juros de mora.
D06.02	02-DIVERSAS	14.534.039 €	3.983.152 €	27,4%	O baixo grau de execução de investimento não acompanhou as estimativas orçamentais de cálculo de pagamento de imposto. O valor orçamentado considera ainda 9,2 M € de Reserva.
D07.01	01-INVESTIMENTOS	23.780.790 €	3.412.915 €	14,4%	Se por um lado, a aprovação do PAO 2019, em 28 de Junho, limitou a realização de investimento a 45 Milhões de euros, por outro, o desvio está essencialmente relacionado com a falta de realização do projeto de Modernização (CBTC), pelo atraso da adjudicação que ocorreu já em 2020. Complementarmente, contribuiu ainda para este desvio, o atraso da empreitada de remodelação do edifício administrativo (PMO III), a falta de execução do projeto de substituição de portas das carruagens, e o atraso do procedimento para a contratação do up-grade do sistema de gestão de escalas (PLAGO).
D07.02	02-LOCAÇÃO FINANCEIRA	25.000 €	0 €	0,0%	
D07.03	03-BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	53.440.462 €	9.057.169 €	16,9%	Se por um lado, a aprovação do PAO 2019, em 28 de Junho, limitou a realização de investimento a 45 Milhões de euros, por outro, o desvio deve-se principalmente à falta de execução do projeto RA/CS (-27,5 M€), pelo atraso no procedimento de contratação da empreitada, cuja adjudicação do Lote 1 foi realizada já no 2.º trimestre de 2020. Por outro lado, verificaram-se atrasos na execução das principais empreitadas de remodelação de rede do ML: Olivais, Areeiro e Arroios.
D10.06	06-EMPRÉSTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZOS	471.537.576 €	471.502.576 €	100,0%	
D12.02	00-OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA	0 €	172.143 €	-	Despesa extra-orçamental

2. Gestão do Risco Financeiro

Quadro 33 – Evolução da taxa média anual de financiamento e juros suportados

Anos	2019	2018	2017	2016	2015
Encargos Financeiros (€)	218 372 006	498 051 303	163 652 365	116 271 878	91 461 531
Taxa Média de Financiamento (%)	5,44	4,99	4,80	3,24	3,29

3. Limite de crescimento do endividamento

Quadro 34 – Passivo remunerado e variação do endividamento

Un: €

Passivo Remunerado	2019	2018	Variação 2019/2018	
	Valores (€)		Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	3 440 046 437	3 779 664 233	-339 617 796	-9,0
- do qual concedido pela DGTF	1 792 705 367	1 660 820 587	131 884 780	7,9
Aumentos de Capital por dotação	549 784 212	175 195 680	374 588 532	213,8
Aumento de Capital por conversão de créditos	0	0	0	-
Capital Social	3 093 575 218	2 543 791 006		
Novos Investimentos	1 498 032	2 687 953		
Variação do endividamento			3,30%	

Não foi possível ao ML cumprir o limite da variação do endividamento (2,0%), devido essencialmente à não concretização da conversão de passivo ILD (dívida corrente DGTF), por incorporação em ativo do Estado (operação prevista no PAO 2019), cujo valor previa a redução do financiamento remunerado em 671,8 M€.

4. Prazo Médio de Pagamentos

Quadro 35 – Prazo Médio de Pagamentos

PMP	2019	2018	Variação 2019/2018	
			Valor	%
Prazo (dias)	47	12	35	291,7

Quadro 36 – Dívidas Vencidas

Dívidas Vencidas (valores em euros)	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	3.712.140	1.102.242	4.581	0	4.898
Aquisições de Capital	90.084	0	0	0	36.044
Total	3.802.224	1.102.242	4.581	0	40.942

Os valores indicados como vencidos a mais de 90 dias referem-se a encontro de contas com outros operadores.



5. Recomendações do Acionista

No cumprimento dos deveres especiais de informação e das recomendações periodicamente remetidas pelo acionista, o Metropolitano de Lisboa procura reportar atempadamente toda a informação e esclarecimentos solicitados.

Considerando que as contas de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 desta entidade, ainda não foram aprovadas pelo Acionista, não foram transmitidas à Empresa recomendações específicas que mereçam referência neste ponto.

6. Remunerações

a) Órgãos Sociais

Conselho de Administração – 01-01-2019 a 28-02-2019

Quadro 37 – Identificação dos membros do Conselho de Administração (01-01-2019 a 28-02-2019)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Sim/Não	OPRLO		N.º de mandatos
			Forma	Data		Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2017-2019	Presidente	Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	RCM n.º 16/2017	16/01/2017	Não	n.d.	D	1
2017-2019	Vogal 1	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	RCM n.º 16/2017	16/01/2017	Não	n.d.	D	1
2017-2019	Vogal 2	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	RCM n.º 16/2017	16/01/2017	Não	n.d.	D	1

Quadro 38 – Acumulação de Funções (01-01-2019 a 28-02-2019)

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	FERCONSULT	Presidente	Público
	METROCOM	Presidente	Público
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	METROCOM	Administrador	Público
	FERCONSULT (desde 21/11/2018)	Administrador	Público
	TREM A.C.E. (desde 30/03/2018)	Presidente	Público
	TREM II A.C.E. (desde 30/03/2018)	Presidente	Público
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	OTLIS A.C.E. (desde 02/04/2018)	Administrador	Público
	FERCONSULT	Administrador	Público
	METROCOM (desde 14/05/2018)	Administrador	Público

Quadro 39 – Estatuto do Gestor Público (01-01-2019 a 28-02-2019)

Membro do CA (Nome)	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	EGP	
			Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	S	B	4.864,34	1.945,74
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	S	B	3.891,47	1.556,59
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	B	3.891,47	1.556,59

Quadro 40 – Remuneração Anual (01-01-2019 a 28-02-2019)

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual - 2019 (€)				
	Fixa	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Valor Bruto Final
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)=(3)-(4)
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	13 620,16	0,00	13 620,16	681,02	12 939,14
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	10 896,12	0,00	10 896,12	540,80	10 355,32
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	10 896,12	0,00	10 896,12	540,80	10 355,32
			35 412,40	1 762,62	33 649,78

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Quadro 41 – Benefícios Sociais (01-01-2019 a 28-02-2019)

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual	Encargo Anual	Outros
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual	Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Identificar Valor
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	10,35	372,60	SNS	3 120,75	93,72		Seguro de acidentes de trabalho 191,69
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	10,35	403,65	CGA SAMS CGD	2 458,44 723,04 90,96	93,72		Seguro de acidentes de trabalho 154,87
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	10,35	382,95	CGA	2 458,44	93,72		Seguro de acidentes de trabalho 154,58
		1 159,20		8 851,63	281,16	0,00	501,14

Quadro 42 – Encargos com Viaturas (01-01-2019 a 28-02-2019)

Membro do CA	Encargos com Viaturas - 2019								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (n.º)
	[S/N]	[S/N]							
Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos	S	S	45.353,00 €	AOV	2017	2021	617,95 €	1.853,85 €	24
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	S	S	41.401,00 €	AOV	2017	2021	555,23 €	1.665,69 €	24
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	S	42.072,00 €	AOV	2017	2021	558,55 €	1.675,65 €	24

Quadro 43 – Gastos Anuais associados a Deslocações em Serviço (01-01-2019 a 28-02-2019)

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos	189,00	444,17	187,65	-	0,00	820,82
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
						820,82

Conselho de Administração – 01-03-2019 a 31-12-2019

Quadro 44 – Identificação dos membros do Conselho de Administração (01-03-2019 a 31-12-2019)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO			N.º de mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2019-2021	Presidente	Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	RCM n.º 56/2019	15/03/2019	Não	n.d.	D	1
2019-2021	Vogal 1	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	RCM n.º 56/2019	15/03/2019	Não	n.d.	D	1
2019-2021	Vogal 2	Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	RCM n.º 56/2019	15/03/2019	Não	n.d.	D	1



Quadro 45 – Acumulação de Funções (01-03-2019 a 31-12-2019)

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	FERCONSULT	Presidente	Público
	METROCOM	Presidente	Público
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	FERCONSULT	Administrador	Público
	METROCOM (desde 14/05/2018)	Administrador	Público
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	METROCOM (desde 01/03/2019)	Administrador	Público
	TREM A.C.E. (desde 01/03/2019)	Presidente	Público
	TREM II A.C.E. (desde 01/03/2019)	Presidente	Público

Quadro 46 – Estatuto do Gestor Público (01-03-2019 a 31-12-2019)

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	S	B	4 864,34	1 945,74
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	B	3 891,47	1 556,59
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	S	B	3 891,47	1 556,59

Quadro 47 – Remuneração Anual (01-03-2019 a 31-12-2019)

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual - 2019 (€)				
	Fixa	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Valor Bruto Final
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)=(3)-(4)
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	77.829,48	0,00	77.829,48	3.907,75	73.921,73
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	62.263,54	0,00	62.263,54	3.113,14	59.150,40
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	60.966,38	0,00	60.966,38	3.048,28	57.918,10
	201.059,40		201.059,40	10.069,17	190.990,23

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Quadro 48 – Benefícios Sociais (01-03-2019 a 31-12-2019)

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Outros	
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual		Identificar	Valor
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	10,35	1 728,45	SNS	17 854,75	468,60	Seguro de acidentes de trabalho	956,50
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	10,35	2 101,05	CGA	14 048,22	468,60	Seguro de acidentes de trabalho	775,55
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	10,35	1 852,65	SNS	13 992,77	468,60	Seguro de acidentes de trabalho	771,98
		5 682,15		45 895,74	1 405,80		2 504,03

Quadro 49 – Encargos com Viaturas (01-03-2019 a 31-12-2019)

Membro do CA	Encargos com Viaturas - 2019								
	Viatura atribuída [S/N]	Celebração de contrato [S/N]	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (n.º)
Eng.º Vítor Manuel Domingues dos Santos	S	S	45.353,00€	AOV	2017	2021	618,20€	5.563,80€	15
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	S	42.072,00€	AOV	2017	2021	558,80€	5.029,20€	15
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	S	S	41.401,00€	AOV	2017	2021	555,48€	4.999,32€	15



Quadro 50 – Gastos Anuais associados a Deslocações em Serviço (01-03-2019 a 31-12-2019)

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos	2.628,01	2.362,00	1.414,35	-	0,00	6.404,36
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos			225,90	-	0,00	225,90
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	5.378,22	2.343,00	650,60	-	0,00	8.371,82
						15.002,08

Conselho Fiscal

Quadro 51 – Identificação do Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de mandatos
			Forma (1)	Data		
2017-2019	Presidente	Dr. José Carlos Pereira Nunes	DC SETF e SEAMB	11/01/2017	1.362,01	2 ⁽²⁾
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Cristina Maria Pereira Freire	DC SETF e SEAMB	11/01/2017	1.021,51	1
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017	1.021,51	1
2017-2019	Vogal Suplente	Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017	-	2

(1) De acordo com o Despacho Conjunto de 11 de Janeiro de 2017 do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.

(2) O 1.º mandato do Dr. José Carlos Pereira Nunes foi cumprido como vogal efetivo.

Quadro 52 – Remuneração Anual do Conselho Fiscal (2019)

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto	Reduções Remuneratórias	Valor Final
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)
Dr. José Carlos Pereira Nunes	19 068,14	0,00	19 068,14
Dra. Cristina Maria Pereira Freire	14 301,14	0,00	14 301,14
Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	14 301,14	0,00	14 301,14
Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	0,00	0,00	0,00
			47 670,42

Revisor Oficial de Contas

Quadro 53 – Identificação do Revisor Oficial de Contas (mandato em vigor até 14-10-2019)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade	
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data			Data do contrato
2015-2017	SROC	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda. representada por:	74	20161409	Despacho	18/03/2015	18/03/2015	4	4
	ROC Efetivo	Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	585	20160240					
	ROC Suplente	Dr. Abílio Ançã Henriques	413	20160121					

(1) Apesar do fim de mandato, o ROC manteve-se em funções no exercício em análise até ao início do novo mandato.



Quadro 54 – Identificação do Revisor Oficial de Contas (novo mandato)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data	Data do contrato		
2019-2021	SROC	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda., representada por:	74	20161409					
	ROC Efetivo	Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	585	20160240	Despacho	15/10/2019	15/10/2019	5	5
	SROC	Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., representada por:	23	20161381					
	ROC Suplente	Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	1056	20160668					

Quadro 55 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas

Nome (ROC/FU)	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2019 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2019 (€)			
	Valor	Reduções	Valor Final	Identificação do Serviço	Valor	Reduções	Valor Final
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)		(1)	(2)	(3)=(1)-(2)
Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC	27.360,00	0,00	27.360,00		0,00	0,00	0,00

Auditor Externo

Quadro 56 – Identificação do Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	N.º de anos de funções exercidas	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	N.º OROC	N.º CMVM				
BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA. representada por:	29	20161384	05/12/2019	1 ano	4	4
Dr. Rui Carlos Lourenço Helena	923	20160541				

Quadro 57 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Auditor Externo

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2019 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2019 (€)			
	Valor	Reduções	Valor Final	Identificação do Serviço	Valor	Reduções	Valor Final
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)		(1)	(2)	(3)=(1)-(2)
BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.	29 780,00	0,00	29 780,00		0,00	0,00	0,00

7. Estatuto do Gestor Público

- Em 2019, nos termos dos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, não houve lugar à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento pelos membros do Conselho de Administração, tendo por objetivo a realização de despesas ao serviço da Empresa;
- Não houve lugar a qualquer reembolso de despesas no âmbito do conceito de representação pessoal;
- Valor de despesas associadas a comunicações:



Conselho de Administração – 01-01-2019 a 28-02-2019

Quadro 58 – Gastos com Comunicações (01-01-2019 a 28-02-2019)

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos	80,00	21,32	
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	80,00	31,35	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	80,00	23,84	
		76,51	

Conselho de Administração – 01-03-2019 a 31-12-2019

Quadro 59 – Gastos com Comunicações (01-03-2019 a 31-12-2019)

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos	80,00	205,63	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	80,00	170,53	
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	80,00	143,37	
		519,53	

d) Valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Conselho de Administração – 01-01-2019 a 28-02-2019

Quadro 60 – Gastos anuais associados a viaturas (01-01-2019 a 28-02-2019)

Membro do CA	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos	462,11 €	527,84 €	277,45 €	805,29 €	
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	369,69 €	521,54 €	54,80 €	576,34 €	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	369,69 €	683,92 €	507,70 €	1.191,62 €	Ver nota (1)
				2.573,25	

Conselho de Administração – 01-03-2019 a 31-12-2019

Quadro 61 – Gastos anuais associados a viaturas (01-03-2019 a 31-12-2019)

Membro do CA	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos	462,11 €	1.785,96 €	1.011,33 €	2.797,29 €	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	369,69 €	2.237,32 €	1.582,49 €	3.819,81 €	Ver nota (1)
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	369,69 €	808,10 €	107,14 €	915,24 €	
				7.532,34	

(1) A vogal do CA Eng.ª Maria Helena Campos regularizou o *plafond* excedido em 2019 (575,15€) por transferência a 28-02-2020.



8. Despesas não documentadas ou confidenciais

O Metropolitano de Lisboa cumpriu o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, RJSPE, e do artigo 11.º do EGP, não tendo realizado despesas não documentadas.

9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

O Metropolitano de Lisboa, elaborou e divulgou internamente e disponibilizou na página da internet o “Relatório sobre Remunerações por Género 2018” conforme determina a referida Resolução do Conselho de Ministros, visando diagnosticar e prevenir qualquer diferença remuneratória injustificada que se comprovasse existir na estrutura remuneratória da empresa e nas remunerações pagas a mulheres e a homens.

Este Relatório surgiu igualmente como mais uma medida de promoção da igualdade de género na empresa, de eliminação definitiva de qualquer forma de discriminação e para alcançar a plena igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.

O Metropolitano de Lisboa obriga-se à promoção de uma política remuneratória transparente, assente na avaliação das componentes dos postos de trabalho e com base em critérios objetivos. Simultaneamente, repudia a desvantagem generalizada e estrutural das mulheres no mercado de trabalho em matéria de remunerações assente num contexto mais abrangente de desigualdades entre os géneros.

Neste Relatório o Metropolitano de Lisboa concluiu que não se verificam situações de discriminação salarial por motivos de género. Os critérios de retribuição são comuns a mulheres e a homens, e as diferenças de remuneração não constituem discriminação por se considerarem assentes em critérios objetivos, comuns a mulheres e a homens, nomeadamente, baseados no desenvolvimento de carreira, desempenho, produtividade, assiduidade ou antiguidade.

10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

O Metropolitano de Lisboa possui um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) desde 2009, encontrando-se em vigor a 5.ª edição (2018), dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) de 1 de julho de 2009. O PPRCIC de 2019 está disponível na página da Internet da empresa.

Anualmente, é elaborado e devidamente publicitado um Relatório de Execução do PPRCIC, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE, onde é indicado o grau de implementação no ano transato das medidas elencadas no mesmo Plano. Em 2019, tal como anteriormente referido, foi elaborado e aprovado o Relatório de Execução do PPRCIC referente a 2018, tendo sido remetido para o CPC bem como para os órgãos de tutela, superintendência e controlo, nos termos da Lei. O referido Relatório encontra-se disponível na página da Internet do Metropolitano de Lisboa.

11. Contratação pública

Em 2019, o ML aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.



O ML respeitou igualmente as orientações constantes da Recomendação n.º 1/2015, de 7 de janeiro, do Conselho de Prevenção contra a Corrupção (Tribunal de Contas), transmitidas através do ofício circular n.º 4766, de 10 de Agosto, bem como do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitidas através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010.

A Empresa cumpriu ainda todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de Maio, na redação dada pela Lei n.º 83-C/2014, de 31 de Dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de Agosto, bem como nos pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de Março e pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, deu ainda cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 61.º da LOE 2019, conjugado com artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, referente ao pedido de parecer prévio à Parpública - Participações Públicas, SGPS, S. A. e, ainda, à comunicação da contratação de serviços jurídicos externos à JurisAPP e ao pedido prévio à Parpública - Participações Públicas, SGPS, S. A.

Internamente, o ML cumpriu o previsto no Manual do Processo de Compras, tendo ainda sido tramitadas, de forma a promover maior transparência, as pequenas aquisições através de uma aplicação web desenvolvida para o efeito que assegura a confidencialidade das propostas até ao termo do prazo para a sua apresentação.

Foi desenvolvida, no sistema de informação da Empresa, uma Plataforma de registo e gestão dos procedimentos de contratação. Esta plataforma permite o acompanhamento efetivo do estado e o registo das informações relevantes dos procedimentos de contratação tramitados pelo ML (excluindo as pequenas aquisições). Foi igualmente desenvolvido um relatório que permite a consulta e o reporte de indicadores de gestão e de cumprimento de obrigações desses procedimentos.

Para além do cumprimento das regras de contratação, procedeu-se ainda à elaboração e envio de relatórios estatísticos sobre esta matéria para as entidades competentes e outros relatórios de contratação no âmbito de auditorias.

Adicionalmente, foi celebrado em 2019 um único contrato com valor superior a 5.000.000€, para aquisição de serviços de revisão de portas de passageiros das unidades triplas ML95, ML97 e ML99, que em cumprimento do CCP e do art.º 47 da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), obteve o visto prévio desta entidade com a referência S-DECOP-UAT.2/32589/2019, de 22 de outubro.

De salientar, por último, que o Metropolitano de Lisboa em 2019 promoveu a contratação de fornecimento de energia elétrica com agregação de entidades adjudicantes com a CARRIS, da qual resulta uma redução de custos.

12. Sistema Nacional de Compras Públicas

Nesta matéria, desde 2010 que o Metropolitano de Lisboa implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

De referir que, no âmbito do novo modelo organizacional, a área de Gestão Corporativa responsável pela Logística passou a centralizar os procedimentos de contratação, procurando, sempre que possível, obter as



melhores condições na aquisição de bens e serviços, procedendo à contratação com recurso à modalidade de agregação de entidades adjudicantes.

13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

Quadro 62 – Otimização de gastos operacionais

PRC	Un.: €					
	2019 Exec.	2019 Orç.	2018 Exec.	2017 Exec.	2019/2018 Δ Absol.	2019/2018 Var. %
(0) EBITDA	-225 028	1 800 907	-5 210 989	378 706	4 985 961	2 215,7
(1) CMVMC	3 596 083	5 374 335	6 067 798	4 408 604	-2 471 715	-68,7
(2) FSE	36 878 739	31 220 325	34 798 822	32 163 996	2 079 917	5,6
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	78 883 121	80 174 476	72 211 716	70 386 333	6 671 405	8,5
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	0	250 000	179 830	62 244	-179 830	-
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2019			3 977 347	0	-3 977 347	-
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	1 173 821		2 437 322	1 218 661	-1 263 501	-107,6
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	119 357 944	116 769 136	113 078 336	106 958 933	6 279 608	5,3
(5) Volume de negócios (VN) ^{b)}	118 794 598	119 841 933	114 530 094	109 400 211	4 264 504	3,6
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	100%	97%	99%	98%	1,7 p.p.	
(i) Gastos com Deslocações (FSE)	40 013	55 531	84 220	45 300	-44 207	-110,5
(ii) Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	6 857	5 200	13 249	5 448	-6 393	-93,2
(iii) Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	292 344	275 308	287 846	191 416	4 498	1,5
Total = (i) + (ii) + (iii)	339 213	336 039	385 316	242 164	-46 102	-13,6
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	1 614 032	1 124 811	1 164 824	1 133 607	449 208	27,8
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	1 458	1 519	1 422	1 415	36	2,5
N.º Órgãos Sociais (OS)	6	7	6	7	0	0,0
N.º Cargos de Direção (CD)	17	17	17	16	0	0,0
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1 435	1 495	1 399	1 392	36	2,5
N.º Trabalhadores/N.º CD	84	88	82	87	2	2,5
N.º de viaturas	39	42	42	47	-3	-7,7

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na LOE 2019.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Relativamente às medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais previstas no artigo 158.º da DLEO 2019:

- Não foi possível ao ML dar cumprimento à redução do rácio dos gastos operacionais face ao verificado em 2018, tendo este indicador verificado um aumento de 1,7 pontos percentuais. Efetivamente, o aumento do Volume de Negócios (+4,3 M€) não foi suficiente para cobrir o aumento dos gastos operacionais (+6,3 M€), por um lado, pelo aumento dos gastos com pessoal já explicado no ponto 6.4. *Análise Económico-financeira*, conjugado com o efeito de + 5,2 M€ retirados do custo global deste tipo de gastos em 2018, e por outro, pelo aumento dos gastos com fornecimentos e serviços externos (+2,1 M€), valor para o qual contribui o aumento dos gastos decorrentes do esforço que o ML tem vindo a desenvolver no sentido de melhorar a qualidade do serviço público, nomeadamente, despesas de conservação e reparação de equipamento básico (+678 mil€: manutenção de material circulante, telecomunicações, acessos mecânicos, sistema de bilhética, etc), serviços de vigilância e serviços de



limpeza (aproximadamente +863 mil€). Adicionalmente, os trabalhos especializados tiveram um aumento de cerca de 450 mil€, decorrente de apoio técnico e jurídico para os projetos de expansão do Rato/Cais do Sodré e de Modernização.

- O aumento de 36 efetivos em 2019 decorreu, por um lado, da conclusão do processo de recrutamento iniciado em 2018, no seguimento da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2018, conforme Despacho n.º 343/18 – SET, e por outro, no contexto da aprovação do PAO 2019, através do Despacho n.º 573/19 – SET, onde é indicado: “Relativamente às exceções identificadas no ponto B do presente relatório, autorizo: A) A contratação de até 36 trabalhadores, dos quais, um mínimo de 6 e máximo de 9 técnicos para áreas técnicas diversas”;
- O aumento de gastos com a frota face a 2018, decorre essencialmente da subavaliação dos gastos totais com a substituição da frota por viaturas em *leasing* operacional.

14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria

Em 2019, o ML aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

O ML respeitou igualmente as orientações constantes da Recomendação n.º 1/2015, de 7 de janeiro, do Conselho de Prevenção contra a Corrupção (Tribunal de Contas), transmitidas através do ofício circular n.º 4766, de 10 de Agosto, bem como do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitidas através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010.

A empresa cumpriu ainda todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de Maio, na redação dada pela Lei n.º 83-C/2014, de 31 de Dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de Agosto, bem como nos pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de Março e pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, deu ainda cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 61.º da LOE 2019, conjugado com artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, referente ao pedido de parecer prévio à Parpública – Participações Públicas, SGPS, S. A. e, ainda, à comunicação da contratação de serviços jurídicos externos à JurisAPP e ao pedido prévio à Parpública – Participações Públicas, SGPS, S. A. .

15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Quadro 63 – Disponibilidades no IGCP

UTE	2019
Disponibilidades em 31-12-2019	87.812.434 €
Depositadas no IGCP	28.457.831 €
Outras	59.354.603 €
Disponibilidades no IGCP [%]	32,4%



Quadro 64 – Disponibilidades na Banca Comercial

Banca Comercial	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
	€	€	€	€
Wilmington Trust	25.220.545	25.220.545	25.220.545	26.501.456
Wells Fargo	30.197.168	30.197.168	30.197.168	31.593.901
Banco Português de Investimento	1.064.379	1.012.974	1.231.661	1.228.451
Banco Santander Totta	263	1.581	1.158	896
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	82.841	7.482	1.727	16.403
Caixa Banco Investimento	20.430	20.430	20.430	4.246
Millennium BCP	111.454	54.233	29.405	7.565
Caixa Geral de Depósitos	3.109	5.899	4.794	1.685
Haitong Bank (antigo BES Investimento)	1.871	0	0	0
Total	56.702.061	56.520.312	56.706.888	59.354.603
Juros auferidos	0	0	0	0

16. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos

Nos últimos três anos (2017–2019), não foi realizada nenhuma auditoria pelo Tribunal de Contas ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E. .

17. Divulgação de informação no sítio da internet do SEE
Quadro 65 – Informação divulgada *site* do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data atualização	
Estatutos	S	fev/2020	
Caraterização da Empresa	S	jan/2020	
Função de tutela e acionista	S	jan/2020	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S		
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	jan/2020	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	jan/2020	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	jan/2020	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	jan/2020	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	jan/2020	
Esforço Financeiro Público	S	jan/2020	
Ficha Síntese	S	jan/2020	
Informação Financeira histórica e atual	S	ago/2017	As contas dos anos de 2014 a 2018 aguardam aprovação pelo Acionista.
Princípios de Bom Governo	S		
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	nov/2018	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	nov/2018	
- Outras transações	S	nov/2018	
- Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	nov/2018	
Económico	S	nov/2018	
Social	S	nov/2018	
Ambiental	S	nov/2018	
- Avaliação do cumprimento dos Princípios do Bom Governo	S	nov/2018	
- Código de ética	S	nov/2018	



18. Quadro resumo – Cumprimento de Orientações Legais

Quadro 66 – Quadro resumo – Cumprimento de Orientações Legais I

Cumprimento das Orientações Legais – 2019	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S/N/N.A.		
Objetivos de gestão			
Objetivos de gestão definidos para 2019			Pág. 67
Metas a atingir constantes no PAO 2019			
Princípios Financeiros de Referência			
Eficiência Operacional (rácio dos gastos operacionais sobre volume de negócios igual ou inferior ao estimado para 2018)	N	100,5%	Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento – Pág. 67
PRC (1) – Gastos c/ Pessoal	N	9,2%	Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento – Pág. 67
PRC (2) – Encargos com deslocações	S	-51,9%	Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento – Pág. 67
PRC (3) – Frota automóvel	N	1,6%	Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento – Pág. 67
PRC (4) – Estudos/Pareceres/Consultoria	N	37,9%	Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento – Pág. 67
Investimento	N	20%	Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento – Pág. 67
Endividamento	N	3,30%	Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento – Pág. 67
Grau de execução do orçamento carregado em SIGO/SOE	S	Receita: 91,5% Despesa: 88,4%	67Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento – Pág. 68
Gestão do Risco Financeiro	S	Taxa média financiamento: 5,44%	Gestão do Risco Financeiro – Pág. 69
Limites de Crescimento do Endividamento	N	Variação endividamento: 3,30%	Limite de crescimento do endividamento – Pág. 69
Evolução do PMP a fornecedores	S	47 dias	Prazo Médio de Pagamentos – Pág. 69
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	Arrears: 1.147.765€	Prazo Médio de Pagamentos – Pág. 69
Recomendações do acionista na última prestação de contas	N.A.		Recomendações do Acionista – Pág. 70
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	S		Órgãos Sociais – Pág. 70
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2019 (se aplicável)	S		Órgãos Sociais – Pág. 70
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2019 (se aplicável)	N.A.		Órgãos Sociais – Pág. 73
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2019 (se aplicável)	N.A.		Auditor Externo – Pág. 74
EGP – artigo 32.º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		Estatuto do Gestor Público – Pág. 74
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Estatuto do Gestor Público – Pág. 74
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		Estatuto do Gestor Público – Pág. 74
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		Estatuto do Gestor Público – Pág. 75

19. Cumprimento de Orientações Legais II

Quadro 67 – Cumprimento de Orientações Legais II

Cumprimento das Orientações Legais – 2019	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S/N/N.A.		
Despesas não documentadas ou confidenciais – n.º 2 do art.º 16.º do RJSPE e art.º 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Despesas não documentadas ou confidenciais – Pág. 76
Promoção da igualdade entre mulheres e homens – n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2019/02/Plano-para-a-Igualdade-entre-Mulheres-e-Homens-2018-2021-site-ML.pdf	Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens – Pág. 76
Elaboração de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2019/01/MetropolitanodeLisboa_PPRCIC2018.pdf	Relatório anual sobre prevenção da corrupção – Pág. 76
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela Empresa	S		Contratação pública – Pág. 76
Aplicação das normas de contratação pública pelas Participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S		Sistema Nacional de Compras Públicas – Pág. 76
Auditorias do Tribunal de Contas	N.A.		Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos – Pág. 80
Parque automóvel			
N.º de viaturas	S	Redução de 3 viaturas face a 2018	Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais – Pág. 78 Quadro 62 – Otimização de gastos operacionais
Gastos Operacionais das Empresas Públicas			
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49.º do DLEO 2019)	N		Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais – Pág. 78 Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – Pág. 79
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	N	32,4% das disponibilidades totais depositadas no IGCP	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado – Pág. 79
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	N	59.354.603€	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado – Pág. 79
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.		Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado – Pág. 79



8.2 Declarações Finais

Nos termos da Lei, cumpre ao Conselho de Administração declarar que:

- a. Para além dos factos acima referidos, e daqueles que, em maior detalhe, constam da documentação que acompanha as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício de 2019, não tem conhecimento da ocorrência, após o termo do exercício, de outras situações que, pela sua especial relevância, mereçam ser destacadas;
- b. Nos termos do artigo 21º do Decreto-lei n.º 441/91, não existem dívidas em mora à Segurança Social;
- c. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, não houve movimento de compras e vendas de ações próprias ou outras no corrente exercício;
- d. Não ocorreram quaisquer negócios entre os administradores e a sociedade no período em análise.

O Conselho de Administração



Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos



Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos



Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

Lisboa, 28 de julho de 2020



8.3 Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho de Administração, n.º 5, art.º 447 do Código das Sociedades Comerciais)

Cumprindo o disposto no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração não eram, à data de 31 de Dezembro de 2019, detentores de quaisquer ações representativas do capital social da sociedade.

O Conselho de Administração



Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos



Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos



Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

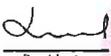
Lisboa, 28 de julho de 2020



8.4 Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho Fiscal, n.º 5, art.º 447 CSC)

Cumprindo o disposto no n.º5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Fiscal não eram, à data de 31 de Dezembro de 2019, detentores de quaisquer ações representativas do capital social da sociedade.

O Conselho Fiscal


Digitally signed by VÍTOR
MANUEL JACINTO
DOMINGUES DOS
SANTOS
Presidente
Date: 2020.07.30 16:01:58
+01'00'

Dr. José Carlos Pereira Nunes

Assinado por : **CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE**
Num. de Identificação: B110415151
Data: 2020.07.29 23:14:11+01'00'

Dra. Cristina Maria Pereira Freire



Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda

Assinado por : **MARGARIDA CARLA CAMPOS
FREITAS TABORDA**
Num. de Identificação: B109504700

Lisboa, 28 de julho de 2020

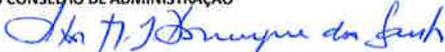
8.5 Demonstrações Financeiras e respetivo Anexo para o período findo em 31-12-2019 e 31-12-2018

Balanço individual em 31 de dezembro de 2019

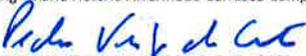
RUBRICAS	Notas	31-12-2019	31-12-2018
Un:€			
Ativo			
Ativo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	6	5.249.978.288	5.111.618.059
Ativos fixos tangíveis	7	112.510.800	126.986.144
Propriedades de investimento	9	13.495.310	12.176.217
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10	3.789.301	3.350.018
Derivados	11	-	81.966
Outros ativos financeiros	12	58.096.755	55.418.340
Total do ativo não corrente		5.437.870.454	5.309.630.743
Ativo corrente			
Inventários	13	7.737.745	7.134.976
Clientes	14	1.298.272	1.031.813
Estado e outros entes públicos	22	3.049.503	5.230.197
Outros créditos a receber	14	6.939.794	7.008.736
Diferimentos	15	30.434.644	31.339.224
Caixa e depósitos bancários	5	29.729.749	16.237.584
Total do ativo corrente		79.189.707	67.982.531
Total do ativo em investimentos de Infraestruturas de Longa Duração		5.249.978.288	5.111.618.059
Total do ativo afeto à operação (ML)		267.081.873	265.995.215
Total do ativo		5.517.060.161	5.377.613.273
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	16	3.093.575.218	2.543.791.006
Reserva legais		21.597	21.597
Outras reservas		1.501.878	1.501.878
Resultados transitados		(1.796.686.034)	(1.768.793.599)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	17,20	(30.575.339)	(6.834.714)
		1.267.837.320	769.686.168
Resultado líquido do período		(16.873.277)	(27.892.435)
Total do capital próprio		1.250.964.043	741.793.733
Passivo			
Passivo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	6	2.078.989.938	2.326.298.242
Provisões	18	55.807.026	52.920.819
Financiamentos obtidos	19	167.145.382	194.179.525
Derivados	11	58.618.131	81.623.896
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	20	271.350.648	253.711.461
Total do passivo não corrente		2.631.911.125	2.908.733.943
Passivo corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	6	1.041.099.776	1.205.630.052
Fornecedores	21	10.118.432	1.765.542
Estado e outros entes públicos	22	3.030.076	3.017.415
Financiamentos obtidos	19	522.801.395	472.210.525
Outras dívidas a pagar	24	56.894.446	44.259.228
Diferimentos	25	240.867	202.837
Total do passivo corrente		1.634.184.993	1.727.085.598
Total do passivo em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração		3.120.089.714	3.531.928.293
Total do passivo afeto à operação (ML)		1.146.006.403	1.103.891.247
Total do passivo		4.266.096.118	4.635.819.540
Total do capital próprio e do passivo		5.517.060.161	5.377.613.273

O anexo faz parte integrante do balanço Individual em 31 de Dezembro de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos


Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos


Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota



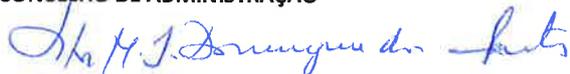
Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2019

Un:€

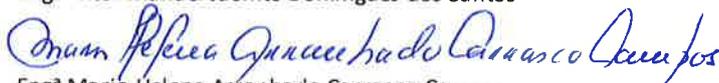
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2019	2018
Vendas e serviços prestados	26	118 794 598	114 530 094
Subsídios à exploração	27	516 729	-
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10,18	(2 411 668)	(5 008 337)
Trabalhos para a própria entidade		3 102 102	3 213 739
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(3 596 083)	(6 067 798)
Fornecimentos e serviços externos	28	(36 878 739)	(34 798 822)
Gastos com o pessoal	29	(80 056 942)	(78 806 214)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	14,15	128 641	(53 678)
Provisões (aumentos / reduções)	18	-	-
Aumentos / reduções de justo valor	11,12	24 535 909	27 726 370
Outros rendimentos	30	6 138 668	6 591 834
Outros gastos	31	(2 907 862)	(1 277 146)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		27 365 353	26 050 041
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7,9	(19 051 536)	(23 211 671)
Imparidade de investimentos depreciáveis/a mortizáveis (perdas/reversões)	7,9	1 779 952	432 570
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		10 093 768	3 270 940
Juros e rendimentos similares obtidos	32	-	-
Juros e gastos similares suportados	32	(26 926 463)	(31 122 480)
Resultado antes de impostos		(16 832 694)	(27 851 540)
Imposto sobre o rendimento do período	23	(40 582)	(40 895)
Resultado líquido do período		(16 873 277)	(27 892 435)

O anexo faz parte integrante da demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo a 31 de dezembro de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos



Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos



Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota




Demonstração Individual das alterações no capital próprio no período de 2018 e 2019

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio	Un:€
Posição em 1 de Janeiro de 2018		2.368.595.326	21.597	1.501.878	(1.744.292.684)	1.976.908	(24.500.916)	603.302.110	
Alterações no período:									
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2017		-	-	-	(24.500.916)	-	24.500.916	-	
Subsídios de investimento		-	-	-	-	(2.542.158)	-	(2.542.158)	
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais		-	-	-	-	(6.269.465)	-	(6.269.465)	
Resultado líquido do período							(27.892.435)	(27.892.435)	
Resultado Integral							(36.704.057)	(36.704.057)	
Operações com detentores de capital no período									
Subscrições de capital		175.195.680	-	-	-	-	-	175.195.680	
Cobertura de prejuízos		-	-	-	-	-	-	-	
Posição em 31 de Dezembro de 2018		2.543.791.006	21.597	1.501.878	(1.768.793.599)	(6.834.715)	(27.892.435)	741.793.733	
Posição em 1 de Janeiro de 2019		2.543.791.006	21.597	1.501.878	(1.768.793.599)	(6.834.715)	(27.892.435)	741.793.733	
Alterações no período:									
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2018	16	-	-	-	(27.892.435)	-	27.892.435	-	
Subsídios de investimento	17	-	-	-	-	(1.311.783)	-	(1.311.783)	
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	20	-	-	-	-	(22.428.842)	-	(22.428.842)	
Resultado líquido do período							(16.873.277)	(16.873.277)	
Resultado Integral							(40.613.902)	(40.613.902)	
Operações com detentores de capital no período									
Subscrições de capital	16	549.784.212	-	-	-	-	-	549.784.212	
Cobertura de prejuízos	16	-	-	-	-	-	-	-	
Posição em 31 de Dezembro de 2019		3.093.575.218	21.597	1.501.878	(1.796.686.034)	(30.575.340)	(16.873.277)	1.250.964.043	

O anexo faz parte integrante da demonstração Individual das alterações no capital próprio nos períodos de 2018 e 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota



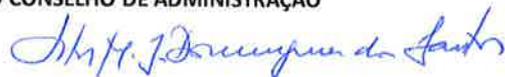
Demonstração individual de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2019

Un:€

RÚBRICAS	Notas	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		131.642.096	119.054.692
Pagamentos a Fornecedores		(28.204.498)	(38.224.790)
Pagamentos ao Pessoal		(67.379.748)	(66.664.794)
Caixa gerada pelas operações		36.057.851	14.165.108
Pagamento e recebimento de Impostos		4.340.765	(2.670.054)
Outros recebimentos/pagamentos		(23.074.619)	(7.829.003)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		17.323.996	3.666.051
Fluxos de caixa das atividades de Investimento			
Recebimentos Provenientes de:			
Subsídios de Investimento		26.763.683	2.433.400
Investimentos Financeiros		65.610	70.321
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(11.319.107)	(14.617.905)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		15.510.186	(12.114.184)
Fluxos de caixa das atividades de Financiamento			
Recebimentos Provenientes de:			
Financiamentos obtidos		131.884.780	421.973.932
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	16	549.784.212	175.195.680
Pagamentos Respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(471.502.576)	(71.502.576)
Juros e gastos similares		(229.508.433)	(523.005.163)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(19.342.017)	2.661.873
Variação de Caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		13.492.166	(5.786.260)
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	16.237.584	22.023.844
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	29.729.749	16.237.584

O anexo faz parte integrante da demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos



Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos



Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Dr. Carlos Emérico Ferreira da Mota




Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(Montantes expressos em euros)

1. Identificação da Entidade

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por “ML” ou “Empresa”) é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 28 de julho de 2020. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelas tutelas setorial e financeira, nos termos do regime jurídico do setor público empresarial.

As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 a 2018 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos Relatórios de Gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, para além das presentes demonstrações financeiras individuais, a Empresa está sujeita à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, que serão apresentadas separadamente.



2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações subsequentes e com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras são expressas em euros e foram preparadas no pressuposto da continuidade e utilizando o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica).

O ML não tem obrigatoriedade de aplicar o SNC-AP considerando que nos termos do n.º 3 do art.º 3º do DL 192/2015:

- O ML é uma entidade pública reclassificada (EPR) e emitente de valores mobiliários admitidos à negociação;
- Está sujeito à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), conforme disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 359º do Código dos Valores Mobiliários;
- No entanto, o n.º 3 do art.º 3º do D.L. acima referido, na redação dada pelo art.º 164º do D.L. n.º 33/2018, de 15 de maio, doravante DLEO, clarifica que o subsistema da contabilidade financeira do SNC-AP não se aplica às EPR supervisionadas pela CMVM, sem prejuízo do cumprimento das disposições relativas ao Plano de Contas Central do Ministério das Finanças, atento o disposto no art.º 26º do DLEO, e à contabilidade orçamental, prevista na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental.

2.2 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

Não aplicável.

4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

4.1 Atividades de investimento de infraestruturas de longa duração (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.



A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos aos ILD em consonância com a interpretação do Decreto-Lei n.º 196/1980 de 20 de Junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD realizados até 31 de Dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de Janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011 a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos aos ILD pelo que o total do balanço da Empresa, naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, ano em que ocorreu o despacho n.º 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados aos ILD no balanço da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados no balanço nas rubricas de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem os seguintes itens:

No ativo:

- As infraestruturas de longa duração (“ILD”) do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de “Transporte de passageiros” e “Gestão de infraestruturas”, as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo das ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para fazer face às alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, deduzidos de subsídios e imparidades, apresentados na rubrica ILD não se encontram a ser depreciados/amortizados (Notas 4.2 e 4.3).

No passivo:

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos caso em que o seu justo valor é negativo.



Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de Dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, conseqüentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Afetos à gestão de infraestruturas (ativos não ILD):

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais



de instalação/operação dos mesmos, que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico:	
Material circulante de exploração	14 - 28
Material circulante de serviço	10 - 30
Sistema de controlo e telecomunicações	12 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	7 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10

O Conselho de Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações.

A vida útil e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As grandes reparações são registadas na rubrica de “Ativos fixos tangíveis” respetiva e depreciados no mesmo período de anos do investimento a que respeitam.

As peças sobressalentes principais são reconhecidas como ativos fixos tangíveis quando é expectável que sejam utilizadas por mais do que um período.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Afetos às infraestruturas de longa duração (“ILD”):

Os ativos fixos tangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e



quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

Os subsídios obtidos para financiamento das atividades de ILD encontram-se a deduzir ao valor dos ativos fixos tangíveis afetos às infraestruturas de longa duração.

Estes ativos não se encontram a ser depreciados.

4.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem essencialmente, estudos para o desenvolvimento da rede, sendo que não se encontram a ser amortizados.

4.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locadora:

As situações em que a Empresa age como locadora respeitam aos contratos com os arrendatários dos edifícios e andares detidos pela Empresa.

Estes contratos de arrendamento não têm termo de acordo com a Lei do Arrendamento, e foram celebrados em resultado do processo de realojamento efetuado pela Empresa em resultado das obras realizadas.

De acordo com as respetivas condições estes contratos são classificados como locações operacionais, sendo as remunerações devidas reconhecidas como rendimentos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma, a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade e a depreciação do ativo, sendo calculada conforme descrito na Nota 4.2 e reconhecida na demonstração dos resultados do exercício a que respeita.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.



4.5 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

Sempre que, à data do balanço, a quantia recuperável da propriedade de investimento seja inferior à correspondente quantia escriturada, é reconhecida a correspondente perda por imparidade na demonstração dos resultados do período correspondente.

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de algum componente da propriedade de investimento é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo registados pelo valor líquido na demonstração dos resultados.

4.6 Imparidade de ativos fixos tangíveis (não ILD)

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista



algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.7 Participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

As participações em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades.

Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, associada ou empreendimento conjunto excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da subsidiária, associada ou empreendimento conjunto, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a subsidiária, associada ou empreendimento conjunto relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.



4.8 Inventários

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

4.9 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) custo amortizado menos perdas de imparidade (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

i. Ao custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados “ao custo amortizado menos perdas por imparidade” os ativos financeiros que satisfaçam as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.



b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de “Outras dívidas a pagar”.

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

ii. Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.



No caso concreto da Empresa nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros derivados os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros e os colaterais dados como garantia dos financiamentos.

De acordo com o descrito os ativos e passivos financeiros, foram classificados como segue:

Ativos Financeiros	Notas	2019		2018	
		Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não corrente:					
Derivados	11	-	-	81.966	-
Outros ativos financeiros	12	58.096.755	-	55.418.340	-
		58.096.755	-	55.500.306	-
Corrente:					
Clientes	14	-	1.298.272	-	1.031.813
Estado e outros entes públicos	22	-	3.049.503	-	5.230.197
Outros créditos a receber	14	-	6.939.794	-	7.008.736
Caixa e depósitos bancários	5	-	29.729.749	-	16.237.584
		-	41.017.318	-	29.508.331
		58.096.755	41.017.318	55.500.306	29.508.331

Passivos Financeiros	Notas	2019		2018	
		Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não corrente:					
Financiamentos obtidos	19	-	167.145.382	-	194.179.525
Derivados	11	58.618.131	-	81.623.896	-
		58.618.131	167.145.382	81.623.896	194.179.525
Corrente:					
Fornecedores	21	-	10.118.432	-	1.765.542
Estado e outros entes públicos	22	-	3.030.076	-	3.017.415
Financiamentos obtidos	19	-	522.801.395	-	472.210.525
Outras dívidas a pagar	24	-	56.894.446	-	44.259.228
		-	592.844.350	-	521.252.709
		58.618.131	759.989.732	81.623.896	715.432.234

4.10 Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer



rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumia o princípio de que competia ao Estado Português financiar as ILD no Metro. Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português a Fundo Perdido para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Decorrente deste princípio, a Empresa regista os encargos financeiros relativos a ILD na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

4.11 Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 21%.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A Empresa não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e mais-valias fiscais com tributação diferida.

4.12 Subsídios do Governo (não ILD)

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

4.13 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos



contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.14 Benefícios pós-emprego

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente no capital próprio.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- a) Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- b) Pré-reformas.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2019. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos.

4.15 Instrumentos financeiros derivados

A Empresa contrata instrumentos financeiros derivados para os financiamentos contraídos para financiar as atividades relacionadas com a gestão de infraestruturas e os afetos aos ILD.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor sendo, em cada data de relato mensurados pelo justo valor, com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados, salvo se tais instrumentos forem designados como instrumentos de cobertura designados e eficazes.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que não cumprem todos os requisitos da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros para que seja aplicada a contabilidade de cobertura, são considerados como de especulação.

A valorização destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício efetuada de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados.



Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Empresa não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura, em resultado de não cumprir com os requisitos da NCRF 27.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa relativamente aos financiamentos associados à atividade de gestão de infraestruturas, caso o justo valor seja positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica de “Derivados”, caso o justo valor seja negativo, é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica de “Derivados”. As alterações de justo valor destes instrumentos financeiros derivados são reconhecidas na demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, relativamente aos financiamentos contratados para financiar a atividade dos ILD, encontram-se reconhecidos na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” no ativo ou passivo consoante o agregado do justo valor dos diversos instrumentos financeiros à data de relato seja positivo ou negativo, respetivamente, registado por contrapartida de uma conta a receber/a pagar dentro da rubrica de ILD, pelo que o efeito das variações de justo valor no capital próprio da Empresa é, neste caso, nulo.

4.16 Classificação do balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

4.17 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviço público de transporte público resulta da repartição das receitas provenientes da venda dos títulos que permitem o acesso ao modo operado pela Metropolitano de Lisboa, E.P.E.. É reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

Até 31 de março de 2019, o sistema tarifário em vigor na Área Metropolitana de Lisboa apresentava uma significativa diversidade de títulos de transporte, sendo validos os seguintes tipos de títulos no serviço prestado pelo ML:

1. Passes intermodais – Títulos de validade mensal, as receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afetas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pelo Área Metropolitana de Lisboa, tendo por referência as quotas determinadas pelo inquérito de tráfego realizado em 2007.
2. Passes combinados – Títulos combinados com outros operadores com quotas definidas conforme protocolos estabelecidos.



3. Viagens Ocasionais/Zapping – Títulos combinados com outros operadores e válidos para um número de viagens pré-estabelecido. A receita da venda destes títulos é repartida em função das utilizações registadas em cada operador, à exceção do bilhete Carris/ML 24 horas que tem quota definida.

No primeiro trimestre do ano, o rédito relativo ao serviço público de transporte foi determinado nos termos descritos nos pontos acima.

No início do mês de abril, entrou em vigor o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), nos termos previstos da Lei do Orçamento de Estado 2019 (Lei 71/2018) e de acordo com o Regulamento n.º 278-A/2019 área Metropolitana de Lisboa publicado no Diário da República, 2ª Série, n.61, de 27 de março de 2019.

O PART criou um “passe único metropolitano” comum a todos os operadores de transporte que operavam na AML determinado, conseqüentemente, o fim da quase totalidade dos passes intermodais e combinados. Os novos passes “municipal” e “metropolitano” são disponibilizados a preços significativamente inferiores, para estimular a procura de transporte público. O programa PPART simplificou igualmente o processo de apuramento mensal do rédito, estabelecendo que:

- As receitas da venda dos passes PART são da titularidade dos operadores que realizam a venda;
- A AML paga aos operadores compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público, de acordo com o modelo definido no Regulamento 2278-A/2019, que garante a manutenção do equilíbrio financeiro dos Operadores, assegurando que não têm perda de receita face a um valor de referência pré-estabelecido;
- O valor dos pagamentos por conta mensais é estabelecido trimestralmente, corresponde à diferença entre os montantes recebidos (receitas de vendas e subsídios do Estado) e o valor de referência estimado para cada Operador;
- O modelo define igualmente regras para a distribuição dos benefícios resultantes de um acréscimo (upside) da receita global do sistema de transportes da AML, decorrente de um aumento sustentado da utilização do transporte público, favorecendo os operadores com maior crescimento de procura;
- O cálculo do valor definitivo das compensações de cada Operador, tendo em conta o montante total real das vendas e validações realizadas no conjunto dos operadores da AML, é efetuado no primeiro trimestre do ano seguinte.

As compensações tarifárias não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para compensar a utilização de transporte público por portadores de títulos de transporte com tarifa reduzida, as quais são registadas no exercício em que são atribuídas.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4.18 Gastos departamentais incluídos nos ILD

Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 10% ao valor dos investimentos em curso.

Estes gastos são imputados aos investimentos de infraestruturas de longa duração – ILD, aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e parques de material e oficinas (ativos financiados pela



Empresa) (Nota 6 e 7), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, consequentemente, carecem de uma gestão mais intensa em meios humanos.

4.19 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

4.20 Regime do acréscimo (periodização económica)

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica), pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.21 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- c) Perda por imparidade de contas a receber – são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – no final de cada exercício é determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados;



e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de pensões e preparada pelo atuário.

4.22 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, detalha-se conforme se segue:

Fluxos de Caixa	2019	2018
Numerário	12.672	16.120
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	29.717.077	16.221.464
	29.729.749	16.237.584

6. Investimentos de infraestruturas de longa duração

O saldo apresentado na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, sendo a sua decomposição por rubricas de ativos e passivos como segue:



	Notas	2019	2018
Actividades de Investimento de ILD:			
Ativo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	6.1	3.136.289.617	3.123.933.023
Activos intangíveis	6.2	7.174.558	6.974.803
Propriedades de Investimento	6.3	1.804.209	1.804.209
Subsídios	6.4	(998.685.776)	(995.926.760)
Conta a receber Estado	6.5	3.088.856.357	2.955.028.532
Derivados	6.9	14.539.323	19.804.252
		5.249.978.288	5.111.618.059
Ativo corrente:			
Outros créditos a receber	6.7	-	-
		-	-
Total do ativo		5.249.978.288	5.111.618.059
Passivo não corrente:			
Provisões	6.6	13.154.246	14.214.246
Financiamentos obtidos	6.8	1.768.933.661	1.971.099.037
Derivados	6.9	296.902.031	340.984.959
		2.078.989.938	2.326.298.242
Passivo corrente:			
Fornecedores	6.10	1.746.492	1.087.844
Financiamentos obtidos	6.8	981.165.999	1.142.175.147
Outras dívidas a pagar	6.11	58.187.285	62.367.061
		1.041.099.776	1.205.630.052
Total do passivo		3.120.089.714	3.531.928.293
Total ILD líquido		2.129.888.574	1.579.689.765

A variação do saldo líquido da rubrica de ILD face a 31 de dezembro de 2018 resulta, essencialmente, dos seguintes factos:

- Juros incorridos no exercício de 2019 por conta dos financiamentos obtidos no montante de 173.645.825 euros (Nota 6.5.1.);
- Justo valor dos instrumentos financeiros no montante de (38.818.000) euros (Nota 6.9);
- Provisões para processos judiciais em curso no montante de (1.060.000) euros (Nota 6.6).

6.1 Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, foi o seguinte:



31 de Dezembro de 2019						
Activo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos fixos tangíveis - ILD's	3.313.204.581	(199.062.008)	3.114.142.573	1.967.198	855.000	3.116.964.771
Terrenos e recursos naturais	15 899 497	(2 388 442)	13 511 055	-	-	13 511 055
Edifícios e outras construções	2 828 482 417	(176 310 029)	2 652 172 388	790 827	338 544	2 653 301 758
Equipamento básico	468 822 667	(20 363 537)	448 459 130	1 176 372	516 456	450 151 959
Activos fixos tangíveis em curso	8.717.934	-	8.717.934	10.942.596	(998.106)	18.662.425
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	7 820 819	-	7 820 819	6 703 062	(338 544)	14 185 338
Equipamento básico	897 115	-	897 115	4 239 534	(659 562)	4 477 087
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis	-	-	1.669.598	(410.094)	-	1.259.504
Perdas por Imparidade Edifícios e outras construções	-	-	(597.082)	-	-	(597.082)
Total do activo fixo tangível bruto - ILD's	3.321.922.515	(199.062.008)	3.123.933.023	12.499.700	(143.106)	3.136.289.617

31 de Dezembro de 2018						
Activo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos fixos tangíveis - ILD's	3.303.354.795	(199.793.426)	3.104.292.787	8.854.434	995.352	3.114.142.573
Terrenos e recursos naturais	15 899 497	(2 388 442)	13 511 055	-	-	13 511 055
Edifícios e outras construções	2 818 796 243	(176 310 029)	2 642 486 214	7 897 621	1 788 552	2 652 172 388
Equipamento básico	468 659 056	(20 363 537)	448 295 519	956 812	(793 201)	448 459 130
Activos fixos tangíveis em curso	6.295.544	-	6.295.544	5.242.115	(2.819.726)	8.717.934
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	5 194 534	-	5 194 534	4 936 747	(2 310 462)	7 820 819
Equipamento básico	1 101 010	-	1 101 010	305 368	(509 263)	897 115
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis	-	-	1.603.793	65.805	-	1.669.598
Perdas por Imparidade Edifícios e outras construções	-	-	(691.885)	94.803	-	(597.082)
Total do activo fixo tangível bruto - ILD's	3.309.650.340	(199.062.008)	3.111.500.240	14.257.157	(1.824.374)	3.123.933.023

As adições ocorridas no exercício findo a 31 de dezembro de 2019 na rubrica de “Ativos fixos tangíveis – Edifícios e outras construções e Equipamento básico”, no montante de 790.827 euros referem-se, essencialmente, à remodelação da rede e expansão da rede.

As adições ocorridas no exercício findo a 31 de dezembro de 2019 na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso”, em (a) Edifícios e outras construções, no montante de 6.703.062 euros, referem-se essencialmente ao empreendimento Rato/Cais do Sodré e à remodelação da rede, nos montantes de 1.486.285 euros e 4.053.052 euros, e (b) Equipamento básico, o montante de 4.239.534 euros, refere-se essencialmente a execução de intervenções para a garantia de acessibilidades a pessoas de mobilidade reduzida e à remodelação da rede, nos montantes 149.463 euros e 3.805.921 euros.

No valor de custo dos ativos fixos tangíveis (incluindo os que se encontram em curso), em 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontram-se incluídos os seguintes gastos departamentais:

Gastos capitalizados	2019			2018		
	Tangível	Tangível em curso	Total	Tangível	Tangível em curso	Total
Gastos departamentais	73.757.654	14.946.410	88.704.065	73.216.081	12.467.302	85.683.383
	73.757.654	14.946.410	88.704.065	73.216.081	12.467.302	85.683.383



6.2 Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 2019 e 2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2019				
Activo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	4.939.157	187.771	11.615	5.138.543
Despesas de instalação	2.019.827	-	-	2.019.827
Activos intangíveis em curso	15.818	11.984	(11.615)	16.188
Total do activo intangível bruto - ILD's	6.974.803	199.755	-	7.174.558

31 de Dezembro de 2018				
Activo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	4.812.580	13.660	112.917	4.939.157
Despesas de instalação	2.019.827	-	-	2.019.827
Activos intangíveis em curso	122.937	5.799	(112.917)	15.818
Total do activo intangível bruto - ILD's	6.955.344	19.458	-	6.974.803

6.3 Propriedades de Investimento

O movimento ocorrido na rubrica de "Propriedades de investimento" em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 foi como segue:

	31 de dezembro de 2019					31 de dezembro de 2018				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Praça General Humberto Delgado	1.804.209	-	-	1.804.209	8.160.981	1.804.209	-	-	1.804.209	4.616.469
	1.804.209	-	-	1.804.209	8.160.981	1.804.209	-	-	1.804.209	4.616.469

6.4 Subsídios

O montante ocorrido na rubrica de subsídios no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi como se segue:



31 de Dezembro de 2019

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Feder	229.464.397	-	-	229.464.397
Piddac	182.871.505	968.212	-	183.839.717
Fundo Coesão	376.640.062	-	-	376.640.062
Fundo Ambiental	2.433.400	1.742.805	-	4.176.205
Subsídios diversos	204.517.396	48.000	-	204.565.396
Total de subsídios	995.926.760	2.759.017	-	998.685.776

O aumento verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de 1.742.805 euros respeita à implementação do projeto «Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa – Prolongamento das Linhas Amarela e Verde – Rato – Cais do Sodré», o aumento no montante de 968.212 euros referente ao subsídio atribuídos no âmbito do PIDDAC para a remodelação da rede.

6.5 Conta a receber do Estado

Esta rubrica refere-se à conta a receber do Estado Português relativamente às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, sendo que a sua composição é como segue:

Descrição	Notas	2019	2018
Derivados	6.9	282.362.708	321.180.708
Provisões	6.6	13.154.246	14.214.246
Juros, taxa de aval e imposto de selo	6.5.1	2.481.846.542	2.308.140.717
Gastos de emissão	6.5.1	20.230.150	20.230.150
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	6.5.1	289.555.301	289.555.301
Perdas por Imparidade em ativos fixos tangíveis	6.5.2	597.082	597.082
Encargos financeiros capitalizados	6.5.3	(3.495.216)	(3.495.216)
Trabalhos Especializados	6.5.4	2.563.836	2.563.836
Perdas por imparidade em dívidas a receber	6.7	2.041.708	2.041.708
		3.088.856.357	2.955.028.532

6.5.1 Gastos com empréstimos

A rubrica de gastos de empréstimos refere-se aos encargos suportados com empréstimos contraídos pela Empresa para o financiamento da atividade de investimentos e infraestruturas de longa duração que não foram passíveis de capitalização nas ILD construídas.

Até 2009, os encargos financeiros suportados com as ILD's que não foram passíveis de ser capitalizados nas mesmas encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados. Com efeitos no exercício de 2010 (reexpresso), no decurso da transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os poder acrescer à rubrica de "Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração – Gastos de empréstimos", seguindo o princípio descrito na Nota 4.10 relativamente aos encargos financeiros no



montante de, aproximadamente, 1.017.000.000 euros incorridos de 1995 até 2008, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. Contudo, e no que respeita aos encargos financeiros incorridos, anteriores a 1995, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301 euros que permitiu saldar as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009, como sendo a estimativa possível, àquela data, dos juros e outros encargos incorridos e anteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados até 1995.

6.5.2 Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis

No decurso do exercício de 2019 a Empresa obteve uma avaliação dos imóveis, a qual foi efetuada por uma entidade especializada e independente, da qual não resultou nenhum registo de reversão/reforço de perda por imparidade.

6.5.3 Encargos financeiros capitalizados

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os encargos financeiros capitalizados nas rubricas de “Ativo intangível”, “Ativo fixo tangível” e “Ativo tangível em curso” detalha-se como segue:

Descrição	31 de Dezembro de 2019				31 de Dezembro de 2018			
	Intangível	Tangível	Em curso	Total	Intangível	Tangível	Em curso	Total
Gastos com empréstimos	153.110	298.426.613	11.726.512	310.306.234	152.981	298.367.991	11.785.262	310.306.234

6.5.4 Trabalhos especializados

Na sequência do processo que se encontravam a decorrer num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição financeira e o Estado Português, no exercício de 2016 foram reconhecidos os honorários com Advogados relativo aos instrumentos financeiros derivados que se encontram afetos à atividade de ILD.

6.6 Provisões

O montante de 13.154.246 euros, em 31 de dezembro de 2019, (14.214.246 euros em 31 de dezembro de 2018), é referente à provisão constituída para fazer face a processos intentados que se encontravam em fase de resolução em resultado dos investimentos efetuados.

6.7 Outros créditos a receber

A rubrica de “Clientes” em 31 de dezembro de 2019 inclui um montante de 2.041.708 euros que respeita a uma multa contratual correspondente ao débito efetuado ao empreiteiro na sequência de atrasos na entrega da empreitada de ampliação e remodelação da estação do Areeiro, a qual foi objeto do registo de uma perda de imparidade por contrapartida da rubrica de ILD.



6.8 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos afetos à atividade dos ILD em 31 de dezembro de 2019 e 2018 detalham-se como se segue:

Entidade financiadora	2019				2018			
	Límite	Corrente	Não corrente	Total	Límite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas:								
Emissão Metro 2019	Barclays	-	-	-	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000
Emissão Metro 2026	JP Morgan	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2027	BNPP	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
				910.000.000	910.000.000	400.000.000	910.000.000	1.310.000.000
Empréstimos bancários:								
ML I/2	BEI	-	-	-	234.435.012	15.679.594	-	15.679.594
ML II	BEI	-	-	-	74.819.685	4.987.979	-	4.987.979
ML III	BEI	54.867.769	3.009.084	-	3.009.084	5.584.000	3.009.084	8.593.084
ML II/B	BEI	99.759.579	6.650.639	-	6.650.639	99.759.579	6.650.639	13.301.277
ML II/C	BEI	54.867.769	3.657.851	5.486.777	9.144.628	3.657.851	9.144.628	12.802.479
ML I/3	BEI	124.699.474	25.968.000	21.204.453	47.172.453	24.251.933	47.172.453	71.424.386
ML I/3B	BEI	74.819.685	27.229.023	34.135.243	61.364.266	10.690.580	61.364.266	72.054.847
ML V/A	BEI	150.000.000	150.000.000	-	150.000.000	-	-	150.000.000
ML V/B	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000
ML V/C	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507.957.564	253.978.782	-	253.978.782	507.957.564	253.978.782	253.978.782
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237.747.877	178.310.908	-	178.310.908	237.747.877	178.310.908	178.310.908
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282.974.244	282.974.244	-	282.974.244	282.974.244	235.811.870	47.162.374
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF (parte)	17.158.204	5.719.401	11.438.803	17.158.204	17.158.204	2.571.011	14.587.193
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF (parte)	262.008.399	43.668.066	218.340.332	262.008.399	262.008.399	-	262.008.399
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF (parte)	108.328.053	-	108.328.053	108.328.053	-	-	-
		981.165.999	558.933.661	1.540.099.660		742.175.147	761.099.036	1.503.274.183
Outros empréstimos obtidos:								
Schuldschein	ABN AMRO	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000
				300.000.000	300.000.000		300.000.000	300.000.000
Total de empréstimos obtidos		981.165.999	1.768.933.661	2.750.099.660		1.142.175.147	1.971.099.037	3.113.274.183

O empréstimo por obrigações “Metro 2025” foi contraído em a 23 de dezembro de 2010 por um período de quinze anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Empresa contraiu um empréstimo por obrigações no montante de 85.000.000 euros, por um período de 15 anos, com a garantia pessoal do Estado Português o qual, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 teve um reforço de 25.000.000 euros. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações “Metro 2026” foi contraído em 4 de dezembro de 2007 por um período de vinte anos, à taxa “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Inglesa.

O empréstimo por obrigações “Metro 2027”, foi contraído em 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos “bullet”, à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.



No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 6 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2015.

Por Despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças n.º 421/18-SEATF, de 30 de maio, foi concedida uma moratória no pagamento do serviço da dívida dos empréstimos supra indicados. No âmbito da referida moratória o serviço da dívida não está sujeito ao pagamento de juros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) um financiamento no montante de 32.584.270 euros, dos quais 17.158.204 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2019.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) um financiamento no montante de 421.973.931 euros, dos quais 262.008.399 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2020.

Ao abrigo do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 1425/19-SET, de 20 dezembro de 2019, foi autorizado o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos acima enunciados.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) um financiamento no montante de 131.884.780 euros, dos quais 108.328.053 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2021.

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos por obrigações classificados como não corrente, têm o seguinte plano de amortizações:



Anos	Montante
2025 e seguintes	910.000.000
	910.000.000

A parcela dos empréstimos bancários e outros empréstimos obtidos classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2021	204.446.401
2022	145.544.958
2023	64.582.443
2024	364.582.443
2025 e seguintes	79.777.417
	858.933.661

Em 31 de dezembro de 2019 os financiamentos obtidos que têm associados covenants, nomeadamente, os que se encontram associados ao “rating” da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:



CONTRATO	Montante em Dívida a 31-12-2019 (€)	PRAZO	NEGATIVE PLEDGE (SIM/NÃO)	PARI PASSU (SIM/NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM/NÃO)	RATING DOWNGRADE (SIM/NÃO)	GROSS UP (SIM/NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS/IMPOSTO DO SELO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁRIOS
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 28 de Outubro de 1994, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML I/2"), alterado em 10 de Março de 2006	0,00	15 de Setembro de 2019	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 16 de Dezembro de 1994, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML II")	0,00	15 de Dezembro de 2019	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 7 de Setembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML III"), alterado em 10 de Março de 2006	3.009.084,02	15 de Junho de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 18 de Dezembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML II/B")	6.650.639,00	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 28 de Outubro de 1996, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML I/3"), alterado em 10 de Março de 2006	47.172.453,46	15 de Setembro de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML I/3 B"), alterado em 10 de Março de 2006	61.364.266,31	15 de Setembro de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 14 de Julho de 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML II/C")	9.144.628,10	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 23 de Fevereiro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V/A"), alterado em 10 de Março de 2006	150.000.000,00	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 19 de Dezembro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V/B"), alterado em 10 de Março de 2006	80.000.000,00	15 de Junho de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 9 de Maio de 2003, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V/C"), alterado em 10 de Março de 2006	80.000.000,00	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de Julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300.000.000,00	20 de Julho de 2024	SIM (cfr. Anexo D)	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026 JP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	2026	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027 BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	2027	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 5,75% Guaranteed Notes due 2019 Barclays Capital, BNP Paribas, Caixa - Banco de Investimento, S.A., Santander Global Banking & Markets/Fevereiro 2009, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	0,00	2019	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
TOTAL	1.537.341.071									

6.9 Derivados

A Empresa conforme referido na Nota 4.15, contratou swaps de taxa de juro com diversas entidades bancárias, relativamente aos empréstimos bancários afetos às ILD. De acordo com o entendimento do Conselho de Administração da Empresa, apesar de estes não terem sido avalizados pelo Estado Português, foram contratados no âmbito da gestão das infraestruturas de longa duração, pelo que os mesmos se encontram refletidos na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o justo valor dos contratos de swaps afetos às ILD foi determinado de acordo com o descrito na Nota 4.15 e detalha-se como se segue:



Financiamentos bancários derivados			Data			Capital coberto 31.12.2019		Justo valor		
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	Justo valor ("N") (contraparte)		Variação
								31.12.2019	31.12.2018	
BEI (ML I/2)	2ª, 3ª E 6ª DESEMBOLSOS	BST	30/03/2006	15/03/2006	15/09/2019			-	(1.458.672)	1.458.672
	Total de financiamento									
BEI (ML III)	1ª E 4ª DESEMBOLSOS	BBVA	02/02/2006	15/12/2005	15/06/2020		1.163.862	(15.438)	(89.044)	73.606
	Total de financiamento					1.828.926	1.180.158	3.009.084		
BEI (ML V/C)	1ª DESEMBOLSO	BST	26/05/2003	16/06/2003	15/06/2022		20.000.000	(1.998.243)	(2.846.153)	847.910
	Total de financiamento					40.000.000	40.000.000	80.000.000		
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	BST	31/05/2007	15/03/2007	15/06/2022			(166.077.933)	(261.637.094)	95.559.161
	Total de financiamento					(255.953.667)	255.953.667			
AB N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE C	BST	25/02/2005	22/07/2005	22/07/2024		100.000.000	(23.994.281)	(24.087.652)	93.371
	Total de financiamento					300.000.000	300.000.000			
OBRIGAÇÕES 2026		BRVA	15/12/2006	04/12/2006	04/12/2026					
OBRIGAÇÕES 2026		MLYNCH	16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026		30.000.000	(52.491.443)	(23.970.205)	(28.521.238)
OBRIGAÇÕES 2026		CGD	16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026		30.000.000	(52.324.693)	(23.914.710)	(28.409.983)
	Total de financiamento					400.000.000	400.000.000			
OBRIGAÇÕES 2019		CITIBANK	15/01/2010	04/02/2010	04/02/2019				(2.981.429)	2.981.429
	Total de financiamento									
					485.875.258	297.133.826	964.172.946	(296.902.031)	(340.984.959)	44.082.928

Financiamentos bancários derivados			Data			Capital coberto 31.12.2019		Justo valor		
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	Justo valor ("N") (contraparte)		Variação
								31.12.2019	31.12.2018	
BEI (ML II)	2ª E 3ª DESEMBOLSOS	RBS	16/01/2009	15/12/2008	15/12/2019				3.795	(3.795)
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	CAIXA BI	16/07/2009	15/03/2010	15/06/2022			1.215.000	1.983.000	(768.000)
OBRIGAÇÕES 2026		CAIXA BI	28/04/2010	04/12/2009	04/12/2026		100.000.000	13.324.323	17.817.456	(4.493.133)
	Total de financiamento						100.000.000	14.539.323	19.804.252	(5.264.928)

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados tem impacto nulo no capital próprio da Empresa, dado que o passivo/ativo tem como contrapartida uma conta a receber do Estado na rubrica de ILD.

6.10 Fornecedores

A rubrica de fornecedores é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efetuadas com a continuação da política de expansão e modernização/remodelação da rede.

6.11 Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é composta, essencialmente, pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do exercício seguinte.



7. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis da Empresa, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2019								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo								
Saldo inicial	20.967.185	215.107.273	496.438.101	157.373	23.395.785	24.379.583	107.256	780.552.557
Aquisições	-	272.581	585.783	-	1.491.376	90.411	1.582.329	3.972.479
Alienações	-	-	(3.281)	(28.165)	-	-	-	(31.446)
Transferências	-	-	242.831	-	(585)	585	(99.725)	143.106
Abates	-	-	(51.391)	-	(163.540)	(11.837)	-	(226.769)
	20.967.185	215.329.854	497.212.042	129.208	24.723.036	24.458.741	1.589.860	784.409.927
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	203.377.994	413.624.285	157.373	21.143.334	15.132.909	-	653.435.894
Depreciações do exercício	-	4.042.155	12.791.517	-	935.047	822.211	-	18.590.929
Alienações	-	-	(3.281)	(28.165)	-	-	-	(31.446)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	(51.391)	-	(163.540)	(11.837)	-	(226.769)
	-	207.420.149	426.361.129	129.208	21.914.840	15.943.282	-	671.768.609
Imparidades	-	(130.518)	-	-	-	-	-	(130.518)
	20.967.185	8.040.223	70.850.912	-	2.808.196	8.515.459	1.589.860	112.510.800

2018								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo								
Saldo inicial	24.287.679	233.354.835	496.458.200	157.373	22.612.951	24.311.931	270.328	801.453.297
Aquisições	-	333.894	170.583	-	1.536.044	73.862	5.421	2.119.805
Alienações	-	-	-	-	(1.517)	-	-	(1.517)
Transferências	(3.320.494)	(18.581.455)	(187.757)	-	(30.965)	(45)	(168.493)	(22.289.208)
Abates	-	-	(2.925)	-	(720.729)	(6.166)	-	(729.820)
	20.967.185	215.107.273	496.438.101	157.373	23.395.785	24.379.583	107.256	780.552.557
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	213.034.903	401.112.569	157.373	21.398.225	14.322.792	-	650.025.862
Depreciações do exercício	-	8.568.326	12.891.056	-	494.637	816.327	-	22.770.346
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	(18.225.234)	(376.414)	-	(30.252)	(573)	-	(18.632.473)
Abates	-	-	(2.925)	-	(719.277)	(5.638)	-	(727.840)
	-	203.377.994	413.624.285	157.373	21.143.334	15.132.909	-	653.435.894
Imparidades	-	(130.518)	-	-	-	-	-	(130.518)
	20.967.185	11.859.797	82.813.816	-	2.252.451	9.246.674	107.256	126.986.144

8. Locações

Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Empresa não mantinha quaisquer contratos de locação financeira.

Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2019 a Empresa tem responsabilidades com três contratos de locação operacional celebrados com o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. não reconhecidas no balanço (Nota 4.4) no montante de 173.708.345 euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2019 e 2018 são detalhados conforme se segue:



Locações Operacionais	Pagamentos mínimos	
	2019	2018
Até 1 ano	58.167.777	7.877.929
Entre 1 ano e 5 anos	115.540.567	175.427.367
	173.708.344	183.305.296

9. Propriedades de Investimento

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as propriedades de investimento apresentavam a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2019					31 de dezembro de 2018				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	22.064.892	9.102.772	3.124.704	9.837.416	10.229.500	22.064.892	8.661.447	4.904.656	8.498.789	8.729.035
Imovel para valorização	22.309.373	18.651.479	-	3.657.894	100.912.019	22.309.373	18.631.945	-	3.677.428	104.456.531
	44.374.266	27.754.252	3.124.704	13.495.310	111.141.519	44.374.266	27.293.393	4.904.656	12.176.217	113.185.566

Os imóveis arrendados a terceiros detidas pela Empresa referem-se a 34 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede e por edifício de escritórios em Lisboa, os quais se encontram a ser depreciados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento teve por base uma avaliação por uma entidade especializada e independente. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31 de dezembro de 2019				31 de dezembro de 2018			
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos directos	Depreciações do exercício	Resultado	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos directos	Depreciações do exercício	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	476.684	38.286	441.325	(2.926)	191.046	43.813	441.325	(294.092)
Imovel para valorização	-	174.199	19.534	(193.733)	-	217.104	40.832	(257.936)
	476.684	212.485	460.859	(196.660)	191.046	260.917	482.157	(552.029)

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Empresa procedeu ao desreconhecimento de perdas por imparidade anteriormente reconhecidas no montante de 1.779.952 euros.

10. Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos:

2019										
	Sede	% detida	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Efeito em resultados	Participação detida
Subsidiárias:										
Ferconsult, S.A.	Lisboa	100,00%	2.711.413	4.111.201	(1.379.788)	1.762.762	(542.774)	(242.774)	(542.774)	- a)
Mezacom, S.A.	Lisboa	100,00%	3.872.624	649.627	3.222.997	3.015.937	218.750	218.750	218.750	3.222.997 a)
TREM, A.C.E.	Lisboa	90,00%	1.337.668	51.687.005	(50.349.338)	2.786.526	2.742.355	2.468.119	2.468.119	- a)
TREM II, A.C.E.	Lisboa	90,00%	4.337.161	122.030.883	(117.693.721)	5.311.386	5.285.307	4.756.776	4.756.776	- a)
Associadas:										
Publmetra - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	2.811.545	2.712.443	99.102	2.340.895	1.493	597	597	39.641 b)
Total de investimento em subsidiárias e associadas									6.901.468	3.252.630
Empreendimentos conjuntos										
Otis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	7.700.120	4.013.477	3.686.643	7.746.052	1.801.418	257.345	257.345	526.663 c)
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	5,00%	2.243.233	2.300.781	(57.559)	(488.546)	(57.559)	(2.878)	(2.878)	-
Total Empreendimentos conjuntos									526.663	
Total										3.789.301

a) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

b) Informação referente ao exercício de 2018 não disponível.

c) Foram recebidas dividendos no montante de 65.640 euros.

2018										
	Sede	% detida	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Efeito em resultados	Participação detida
Subsidiárias:										
Ferconsult, S.A.	Lisboa	100,00%	3.992.991	4.830.005	(837.014)	3.667.838	(3.094.616)	(817.014)	(817.014)	- a)
Mezacom, S.A.	Lisboa	100,00%	3.678.866	674.619	3.004.247	2.958.253	132.491	132.491	132.491	3.004.247 a)
TREM, A.C.E.	Lisboa	90,00%	1.881.581	54.973.336	(53.091.755)	2.721.913	2.677.741	2.409.967	2.409.967	- a)
TREM II, A.C.E.	Lisboa	90,00%	5.363.262	128.342.296	(122.979.038)	5.158.948	5.095.453	4.585.908	4.585.908	- a)
Associadas:										
Publmetra - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	-	-	-	-	-	-	-	10.843 b)
Total de investimento em subsidiárias e associadas									6.201.351	3.015.000
Empreendimentos conjuntos										
Otis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	5.345.133	3.000.839	2.344.294	6.071.238	918.539	131.220	131.220	334.928 c)
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	5,00%	3.138.047	3.181.125	(43.077)	672.208	(43.077)	(2.154)	(2.154)	-
Total Empreendimentos conjuntos									334.928	
Total										3.350.018

a) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

b) Informação referente ao exercício de 2018 não disponível.

c) Foram recebidos dividendos no montante de 70.321 euros.

A participação financeira detida pela Empresa na subsidiária Ferconsult, S.A. encontra-se em 31 de dezembro de 2019 registada pelo método de equivalência patrimonial, tendo esta, registado uma perda no decurso do exercício de 2019 no montante de 542.774 euros e foi reconhecida uma provisão no montante de 542.774 euros, correspondente ao valor do capital negativo desta subsidiária.

A participação financeira detida pela Empresa no empreendimento conjunto Ensitrans, A.E.I.E. encontra-se a 31 de dezembro de 2019 registado pelo método de equivalência patrimonial, tendo esta, registado uma perda no decurso do exercício de 2019 no montante de 57.559 euros, foi reconhecida uma provisão no montante de 724 euros.



O movimento ocorrido nas participações financeiras detidas pela Empresa no decurso do exercício de 2019:

	2019		
	Método da equivalência Patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	3.041.459	308.559	3.350.018
Aplicação do método da equivalência patrimonial	439.283	-	439.283
Saldo final	3.480.742	308.559	3.789.301
Ativo líquido	3.480.742	308.559	3.789.301

11. Derivados

O saldo das rubricas de “Derivados” em 31 de dezembro de 2019 e 2018 corresponde ao justo valor dos contratos de SWAP, determinado pelos bancos contratados, e detalham-se como segue:

Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Justo valor (“JV”) (contraparte) 31.12.2019		Variação	Justo valor (“JV”) (contraparte) 31.12.2018	
						Activo	Passivo		Activo	Passivo
BSN-CGD (US LEASE)	BST	22/09/2005	01/07/2005	01/01/2019	-	-	877.253	-	(877.253)	
BSN-CGD (US LEASE)	CAIXA BI	16/07/2009	01/07/2009	01/01/2019	-	-	(81.966)	81.966	-	
TREM II (2ª TRANCHE)	BST	06/06/2005	23/09/2005	23/09/2022	-	(58.618.131)	22.128.512	-	(80.746.643)	
					-	(58.618.131)	22.923.799	81.966	(81.623.896)	

De acordo com análise de sensibilidade reportada a 31 de dezembro de 2019, efetuada pelo IGCP e considerando determinadas assunções e pressupostos, o impacto da variação de 1% na taxa de juro no justo valor da carteira de investimentos financeiros detidos pela Empresa, conforme detalhe acima e nos afetos aos ILD (Nota 6.9), seria como segue:

2019	1%	-1%
Justo Valor	147.119	(187.010)

12. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 na rubrica “Outros ativos financeiros - não corrente” inclui: (i) o montante de 31.593.901 euros relativo a um colateral que a Empresa teve de conceder em Abril de 2009, a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC, o qual foi avalizado pelo Estado Português, em resultado da descida do “rating” atribuído à Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 816.122 euros, encontra-se registado na rubrica de “Aumentos/reduções de justo valor”; e (ii) o montante de



26.501.456 euros relativo a um colateral que a Empresa constituiu em 2013, em obrigações americanas com a Wilmington Trust em consequência do “downgrade” do rating da Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 795.987 euros, encontra-se registado na rubrica de “Aumentos/reduções de justo valor”.

Designação	Varição do JV 2019	Varição do JV 2018
Bank of America Leasing & Capital, LCC	816.122	541.443
Wilmington Trust	795.987	212.710
	1.612.110	754.153

Em 31 de dezembro de 2019 a empresa detinha o montante de 1.397 euros num Fundo de Compensação do Trabalho.

13. Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

Inventários	2019			2018		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:						
Materiais	6.633.772	(299.936)	6.333.836	6.187.706	(299.936)	5.887.770
Ferramentas	24.601	-	24.601	15.092	-	15.092
Produtos de limpeza	28.083	-	28.083	35.014	-	35.014
Combustíveis	29.100	-	29.100	26.039	-	26.039
Títulos transporte	967.645	-	967.645	705.010	-	705.010
Outros materiais	323.154	-	323.154	450.522	-	450.522
Artigos promocionais/publicações	31.326	-	31.326	15.529	-	15.529
	8.037.681	(299.936)	7.737.745	7.434.912	(299.936)	7.134.976

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa não tinha inventários à guarda de terceiros, nem existiam naquelas datas, inventários em trânsito e à consignação.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhado conforme se segue:



Custo das mercadorias vendidas	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	
	2019	2018
Saldo inicial	7.434.912	4.376.475
Compras	4.061.211	9.078.568
Regularizações	137.641	47.667
Saldo final	8.037.681	7.434.912
	3.596.083	6.067.798

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhada conforme se segue:

Perdas por Imparidade - Inventários	2019			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Merca doria s	299.936	-	-	299.936
	299.936	-	-	299.936

Perdas por Imparidade - Inventários	2018			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Merca doria s	299.936	-	-	299.936
	299.936	-	-	299.936

14. Clientes e outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

Clientes e Outros créditos a receber	2019			2018		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Clientes	2.127.723	(829.451)	1.298.272	1.951.539	(919.725)	1.031.813
Outros créditos a receber	10.383.562	(3.443.768)	6.939.794	10.514.628	(3.505.892)	7.008.736
	12.511.286	(4.273.219)	8.238.066	12.466.167	(4.425.618)	8.040.549

O detalhe de clientes e outras contas a receber é como segue:



Clientes	2019	2018
	Corrente	Corrente
Ar Telecom	463.383	463.383
Empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	894.199	767.149
Multas por cobrar	37.860	50.880
Outros	732.281	670.126
	2.127.723	1.951.539
Imparidade de contas a receber	(829.451)	(919.725)
	1.298.272	1.031.813

O saldo da rubrica "Multas por cobrar" corresponde às coimas que estão por cobrar por falta de título de transporte válido, este valor encontra-se compensado em igual montante na rubrica de "Outras dívidas a pagar" no passivo.

Outros créditos a receber	2019	2018
	Corrente	Corrente
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	311.311	311.311
Serviços Municipais Transportes Coletivos Barreiro	3.370.424	3.360.343
Fertagus - Travessia do Tejo, S.A.	135	319.644
Secretaria Geral Presidência Conselho de Ministros	330.092	100.685
Receitas de tráfego	2.375.807	3.376.172
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	870.669	2.182.112
Pessoal	354.712	331.609
Empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	292.502	269.524
Outros	2.477.910	263.228
	10.383.562	10.514.627
Imparidade de outros créditos a receber	(3.443.768)	(3.505.892)
	6.939.794	7.008.736

O movimento das perdas de imparidade no decurso dos exercícios de 2019 e 2018 foi como segue:

Imparidades	2019				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Clientes	919.725	11.804	(78.321)	(23.757)	829.451
De outros créditos a receber	3.505.892	3.542	(65.666)	-	3.443.768
	4.425.617	15.346	(143.987)	(23.757)	4.273.219



Imparidades	2018				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Clientes	926.109	33.696	(38.840)	(1.239)	919.725
De outros créditos a receber	3.460.883	59.427	(604)	(13.814)	3.505.892
	4.386.992	93.123	(39.445)	(15.053)	4.425.618

15. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

Diferimentos activos	2019	2018
Encargos com contratos de leasing	237.328	437.560
Trabalhos por conta de terceiros	30.445.699	30.445.699
Outros	386.201	1.090.549
Imparidade - Outros gastos a Reconhecer	(634.584)	(634.584)
	30.434.644	31.339.224

A rubrica “Diferimentos ativos - encargos com contratos de leasing”, no montante de 237.328 euros, diz respeito a encargos incorridos na realização de contratos de locação operacional celebrados em 1995, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos respetivos contratos.

A rubrica “Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros” inclui, os montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do sector empresarial do Estado relativamente às quais o Conselho de Administração entende que terá de ser alvo de um de protocolo para regularização da situação.

16. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2019 o capital da Empresa, subscrito e realizado cujo valor não se encontra fixado, mas que naquela data ascendia a 3.093.575.218 euros, é detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi efetuado um aumento de capital no montante de 549.784.212 euros, sendo este valor totalmente subscrito e realizado em dinheiro.

Os resultados líquidos negativos dos exercícios findos entre 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016, 2015 e 2014, foram transferidos para a rubrica de “Resultados transitados” nos exercícios subsequentes, apesar das demonstrações financeiras dos exercícios findos naquelas datas não terem ainda sido objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela.



Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

17. Subsídios do Governo

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios não afetos aos ILD:

Subsídios	2019				
	Montante total	Montante recebido	Rendimento do período	Rendimento acumulado	Outras variações no capital próprio
Subsídios relacionados com activos:					
FEDER-PRODAC	10.942.882	10.942.882	130.765	10.681.351	261.531
FEDER-QCA	57.126.530	57.126.530	1.181.018	52.405.215	4.721.314
	68.069.412	68.069.412	1.311.783	63.086.567	4.982.845

Subsídios	2018				
	Montante total	Montante recebido	Rendimento do período	Rendimento acumulado	Outras variações no capital próprio
Subsídios relacionados com activos:					
FEDER-PRODAC	10.942.882	10.942.882	130.765	10.550.586	392.296
FEDER-QCA	57.126.530	57.126.530	2.411.392	51.224.197	5.902.332
	68.069.412	68.069.412	2.542.158	61.774.784	6.294.628

Os subsídios recebidos pela Empresa no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1995 E 1997, visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa relativamente aos protótipos PMO II, PMO III e com a série intercalar de 17 UT's, série complementar 95 de 20 UT's e PMO III.



18. Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhada conforme se segue:

2019				
Provisões	Saldo inicial	Aumentos	Reversões / Utilização	Saldo final
Processos judiciais em curso	640.500	-	-	640.500
Impostos	-	-	-	-
Cobertura de prejuízos	52.280.320	2.888.360	2.154	55.166.527
	52.920.820	2.888.360	2.154	55.807.026

2018				
Provisões	Saldo inicial	Aumentos	Reversões / Utilização	Saldo final
Processos judiciais em curso	640.500	-	-	640.500
Juros a liquidar (nota 32)	-	-	-	-
Impostos	2.305.777	-	2.305.777	-
Cobertura de prejuízos	51.305.017	3.434.190	2.458.888	52.280.320
	54.251.294	3.434.190	4.764.665	52.920.819

A sub-rubrica de “Cobertura de prejuízos” tem um valor acumulado de 55.166.527 euros, que decorre do valor dos capitais próprios negativos das subsidiárias Trem ACE, Trem II ACE e do empreendimento conjunto Ensitrans AEIE, sendo que no caso da Trem ACE e da Trem II ACE se consideram capitais próprios ajustados e não os que constam nas contas desses ACE’s (evidenciados na Nota 11), contemplando a depreciação do material circulante detido por estes ACE’s em quotas constantes. Esta sub-rubrica registou um aumento face a 2018 de 2.886.207 euros em 2019, na sequência:

- (i) das perdas apuradas em 2019 na Trem ACE (590.978 euros) e na Trem II ACE (1.751.730 euros), incluindo quer os 90% detidos diretamente pelo ML, quer os 10% detidos por via indireta através da Ferconsult;
- (ii) das perdas apuradas em 2019 na Ferconsult, no montante 542.774 euros;
- (iii) da utilização da provisão na proporção do resultado líquido negativo de 2018 da Ensitrans AEIE, no montante de 2.153 euros, e pelo reconhecimento da provisão pelo valor proporcional do resultado líquido negativo de 2019, no montante de 2.878 euros.

19. Financiamentos obtidos

Os financiamentos afetos à atividade de exploração em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 detalham-se como se segue:

Financiamentos	Entidade financiadora	2019			2018		
		Montante utilizado			Montante utilizado		
		Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:							
Empréstimos bancários:							
Emp. LP 613,9 M EUR	D G T F 2011 (parte)	105.974.436	52.987.218	-	105.974.436	52.987.218	-
Emp. LP 648,6 M EUR	D G T F 2012 (parte)	410.833.969	308.125.476	-	410.833.969	308.125.476	-
Emp. LP 412,9 M EUR	D G T F 2013 (parte)	129.885.756	129.885.756	-	129.885.756	108.238.130	21.647.626
Emp. LP 32,6 M EUR	D G T F 2017 (parte)	15.426.066	5.142.022	10.284.044	15.426.066	2.859.701	12.566.365
Emp. LP 421,97 M EUR	D G T F 2018 (parte)	159.965.533	26.660.922	133.304.611	159.965.533	-	159.965.533
Emp. LP 131,88 M EUR	D G T F 2019 (parte)	23.556.727	-	23.556.727	-	-	-
Total Empréstimos bancários			522.801.395	167.145.382		472.210.525	194.179.525
Total Instituições financeiras			522.801.395	167.145.382		472.210.525	194.179.525

A parcela dos empréstimos bancários classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2021	33.158.054
2022	33.158.054
2023 e seguintes	100.829.274
	167.145.382

A Empresa tem vindo a obter, nos últimos meses, em permanente comunicação e coordenação com o seu acionista, linhas adicionais de financiamento para fazer face às responsabilidades de curto prazo, não tendo existido até à data, situações de dívidas bancárias vencidas e não pagas.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

De acordo com o orçamento da Empresa para 2019 aprovado pela Assembleia da República Portuguesa e considerado no orçamento de Estado para 2020, encontrava-se previsto: (i) o recebimento de um empréstimo da DGTF no montante de 146.365.314 euros, com o propósito de proceder à liquidação dos juros que se irão vencer no decurso do exercício de 2020 e efetuar o reembolso de empréstimos contratados junto de entidades bancárias, estando previsto que este montante seja convertido num aumento de capital o qual à data de aprovação destas demonstrações financeiras ainda não se encontra concretizado.

20. Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

Conforme mencionado na nota 4.14, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência.



Em 31 de dezembro de 2019, o número de empregados ativos e reformados /pensionistas ascendia a 990 e 1.367, respetivamente (1.000 e 1.272 em 31 de dezembro de 2018).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não são abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	2019	2018
Trabalhadores activos	103.817.651	88.466.080
Reformados	167.532.997	165.245.381
	271.350.648	253.711.461

O aumento verificado no Valor Atual das Responsabilidades com Serviços Passados deve-se essencialmente à diminuição da taxa de rendimento, bem como à inclusão dos pensionistas sem prova de vida na população.

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2019 foi efetuado utilizando o método denominado por "Projected Unit Credit" e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

Projected Unit Credit	2019	2018
Tábuas de mortalidade		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV73/77-1	TV73/77-1
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
Taxas		
Taxa Técnica das Pensões	1,30%	1,75%
Taxa de Crescimento Salarial	1,50%	1,50%
Taxa de Atualização Prestação PRT	1,50%	1,50%
Taxa de desconto	1,30%	1,75%

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões no exercício de 2019 e 2018 foi como se segue:



	2019	2018
Responsabilidades totais no início do período	253.711.461	252.627.865
Custos dos serviços correntes	3.330.421	3.063.065
Custo dos juros	4.439.951	4.420.988
Benefícios pagos no exercício	(12.560.028)	(12.669.921)
Ganhos (perdas) atuariais do exercício	22.428.842	6.269.465
Reponsabilidades totais no fim do período	271.350.648	253.711.461

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2019, nos montantes de 3.330.421 euros e 4.439.951 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos com o pessoal”.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras o montante de 22.428.842 euros e 6.269.465 euros, respetivamente, relativo a ganhos (perdas) atuariais apuradas no exercício, por contrapartida da rubrica de “Ajustamentos/Outras variações no capital próprio”, conforme descrito na sua política contabilística (Nota 4.14).

A evolução dos ganhos (perdas) atuariais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhada conforme se segue:

Outras variações no capital próprio	2019			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Ganhos (perdas) atuariais	(13.129.342)	-	22.428.842	(35.558.185)

Outras variações no capital próprio	2018			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Ganhos (perdas) atuariais	(6.859.877)	-	6.269.465	(13.129.342)

Em 31 de dezembro de 2019, as perdas atuariais resultam, essencialmente, da diminuição da taxa de rendimento e da entrada dos pensionistas sem prova de vida na população considerada.

Em 31 de dezembro de 2019 a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.



21. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” em 31 de dezembro de 2019 e 2018 detalha-se como segue:

Fornecedores	2019	2018
Companhia Carris de Ferro	4.707.403	850.022
Endesa Energia, S.A.	986.951	-
Graviner - Construções, S.A.	267.325	-
Montemeão - Componentes Auto, S.A.	220.847	-
2045 Empresa de Segurança, S.A.	191.117	911
IP Património, S.A.	140.553	-
Securitas Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.	138.057	10.369
HCI - Construções, S.A.	334.390	-
Rodoviária de Lisboa, SA	110.138	114.895
Otlis - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	831.362	80.228
EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.	234.581	65.779
EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	87.059	34.932
EFACEC - Energia, Máquinas e Equipamentos Eléctricos, S.A.	27.060	27.060
GRUPO 8- Vigilância e Prevenção Electrónica, Lda	74.415	24.028
ISS - Facility Services - Gestão e Manutenção de Edifícios	283.056	36.795
LIMPERSADO - Limpeza, máquinas e transportes	100.180	-
Outros	1.383.940	520.523
	10.118.432	1.765.542

22. Estado e Outros Entes Públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2016 a 2019 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Nos termos do artigo 88º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos as taxas previstas no artigo mencionado.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:



	2019		2018	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	1.619.245	125	3.608.657	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	478.582	1.099.593	461.995	1.125.098
Imposto sobre o valor acrescentado	951.675	-	1.079.866	-
Contribuições para a Segurança Social	-	1.428.420	-	1.392.542
Outros Impostos	-	501.939	79.679	499.331
	3.049.503	3.030.076	5.230.197	3.017.415

Em 31 de dezembro de 2019, os montantes referentes ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e contribuições para a Segurança Social, correspondem a retenções efetuadas no processamento salarial de dezembro de 2019, os quais serão liquidados em janeiro de 2020.

23. Imposto sobre o rendimento

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhado conforme se segue:

Imposto sobre o rendimento	2019	2018
Imposto corrente	40.582	40.895

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 60.106.101 euros. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas é conforme se segue:

Prejuízos fiscais	2019		2018	
	Montante	Data limite de utilização	Montante	Data limite de utilização
Gerados em 2013	-	-	33.889.639	2018
Gerados em 2014	3.496.721	2026	3.496.721	2026
Gerados em 2017	39.093.592	2022	39.093.592	2022
Gerados em 2018	21.012.509	2023	-	-
	63.602.822		76.479.952	

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto do exercício nas demonstrações financeiras é conforme segue:



Imposto sobre o rendimento	2019	2018
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama Estadual *	7,00%	7,00%
Imposto sobre o rendimento corrente	29,50%	29,50%

* 3% sobre os rendimentos tributáveis entre 1,5M€ e 7,5M€, 5% sobre os rendimentos tributáveis entre 7,5 M€ e 35 M€, 7% sobre os rendimentos tributáveis superiores a 35 M€.

Apresenta-se de seguida a reconciliação da taxa efetiva de imposto para os períodos em análise:

Reconciliação da taxa efetiva de imposto	2019	2018
Resultados antes de impostos	(16.832.694)	(27.851.540)
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
	(3.534.866)	(5.857.411)
Gastos contabilísticos não dedutíveis fiscalmente no ano	(2.898.916)	(4.851.705)
Rendimentos contabilísticos não tributáveis fiscalmente	15.862.128	16.065.213
Prejuízos fiscais deduzidos no ano	-	147.592
Excesso / Insuficiência de estimativa	-	(105.667)
Derrama estadual	-	-
Tributações autónomas	40.582	22.607
Imposto corrente	9.468.928	5.420.629
Gasto (rendimento) de imposto	865.040	(196.759)
Taxa efetiva de imposto	n.a.	n.a.

24. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

Outras dívidas a pagar	2019	2018
Pessoal	462.044	517.318
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais	10.629.443	10.178.109
Juros a liquidar	27.808.138	26.203.103
Credores por acréscimos de gastos	1.857.361	1.273.119
Fornecedores de investimentos	4.466.499	3.438.886
Multas por cobrar (Nota 14)	44.184	61.632
Outros	11.626.777	2.587.061
	56.894.446	44.259.228

O saldo da rubrica de “Credores por acréscimos de gastos” em 31 de dezembro de 2019 e 2018 respeita, essencialmente, a gastos incorridos pela Empresa com investimentos realizados, relativamente aos quais à data do balanço ainda não havia sido rececionada a respetiva fatura.



O montante de 4.466.499 euros (3.438.886 euros 31 de dezembro 2018) relativo à rubrica de “Fornecedores de investimentos” respeita ao saldo a pagar a fornecedores, relativamente à aquisição de ativos fixos tangíveis, dos quais se destacam: (i) 498.798 euros a pagar à Câmara Municipal de Lisboa; (ii) 1.332.881 euros a pagar à CJC – Engenharia e Projetos.

25. Diferimentos passivos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica do passivo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

Diferimentos passivos	2019	2018
Rendimento de imóveis	48.147	29.725
Outros acréscimos de rendimentos	192.720	173.112
	240.867	202.837

26. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhado conforme se segue:

Rédito	2019	2018
Vendas:		
Sucatas	41.833	46.059
Prestação de serviços:		
Bilhetes	55.180.124	54.210.739
Passes	55.527.780	52.707.810
Cartões	3.864.544	3.738.242
Serviços secundários	4.180.316	3.827.245
	118.794.598	114.530.094

O aumento verificado nas receitas em 2019 resulta, essencialmente, pelo aumento do número de passageiros transportados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi atribuída pelo Estado uma compensação financeira para o passe 4 18@escola.tp, sub23@superior.tp e social+ no montante de 3.963.263 euros (3.738.927 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA), dos quais foram recebidos 3.963.263 euros (IVA incluído).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi atribuída pelo Estado uma compensação financeira para o passe 4 18@escola.tp, sub23@superior.tp e social+ no montante de 3.341.201 euros (3.152.076 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA), dos quais foram recebidos 3.341.201 euros (IVA incluído).



27. Subsídios à exploração

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 foi reconhecido o montante de 516.729 euros, referente ao Projeto de Modernização dos Sistemas de Sinalização “Communications – Based Train Control” (CBTC) e Aquisição de 14 Novas Unidades Triplas no montante de 72.525 euros, e Plano de Expansão do ML – Prolongamento Rato/Cais do Sodré no montante de 444.204 euros.

28. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	2019	2018
Electricidade	9.439.531	9.403.879
Rendas e alugueres	8.516.314	8.650.761
Conservação e reparação	5.026.906	4.368.818
Limpeza, higiene e conforto	3.483.401	3.026.258
Vigilância e segurança	5.608.706	5.205.275
Trabalhos especializados	1.614.032	1.164.824
Outros	3.189.850	2.979.007
	36.878.739	34.798.822

A rubrica de “Rendas e alugueres” inclui, essencialmente, o montante de 8.274.497 euros relativo às rendas dos leasings operacionais (8.430.707 euros em 31 de Dezembro de 2018).

29. Gastos com pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é detalhada conforme se segue:

Gastos com pessoal	2019	2018
Remunerações dos órgãos sociais	265.482	353.053
Remunerações do pessoal	56.484.988	55.763.628
Benefícios pós-emprego (Nota 20)	7.733.682	7.517.793
Encargos sobre remunerações	12.894.956	12.609.609
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.153.825	845.110
Seguro de saúde	809.665	853.160
Gastos de acção social	452.998	367.311
Indemnizações por despedimento	-	182.833
Outros	261.345	313.718
	80.056.942	78.806.214



A Empresa reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as responsabilidades com pensões nesta rubrica, sendo a responsabilidade com os serviços correntes, no montante de 3.330.421 euros e o custo dos juros, no montante de 4.439.951 euros.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o número médio de trabalhadores foi de 1435 e 1414 pessoas, respetivamente, sendo o número de efetivos no final do exercício de 1452 e 1416 pessoas, respetivamente.

30. Outros rendimentos

O detalhe da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é conforme se segue:

Outros rendimentos	2019	2018
Subsídios ao investimento (Nota 17)	1.311.783	2.542.158
Reconhecimento de mais-valias leasings	-	293.561
Venda de energia	317.599	205.009
Diferenças de câmbio	1.065.536	2.480.356
Rendas de imóveis (Nota 9)	476.684	191.046
Correcções relativas a períodos anteriores	83.844	57.960
Excesso estimativa para impostos	853.718	-
Outros	2.029.504	821.745
	6.138.668	6.591.834

O saldo da rubrica “Diferenças de câmbio” é relativo à atualização de dois colaterais que a Empresa constituiu em obrigações americanas (Nota 12).

31. Outros gastos

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é conforme se segue:



Outros gastos	2019	2018
Impostos sobre imoveis	930.403	314.058
Quotizações	76.118	106.694
Perdas em inventários	268.761	156.853
Insuficiência da estimativa para impostos	-	196.759
Correcções relativas a períodos anteriores	30.713	59.266
Diferenças de câmbio	-	-
Alienação - Perdas em imobilizado	252	2.649
Outros	1.601.615	440.866
	2.907.862	1.277.146

32. Resultados financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo desta rubrica tem a seguinte decomposição:

Resultados financeiros	2019	2018
Gastos:		
Juros suportados com financiamentos bancários	26.926.463	31.122.480
Resultados financeiros	(26.926.463)	(31.122.480)

33. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Partes relacionadas	2019					
	Contas a receber			Contas a pagar		
	Cientes (Nota 14)	IRC - Retenções na fonte	Outros créditos a receber	Fornecedores (Nota 21)	Outras dívidas a pagar	Efeito líquido
Subsidiárias:						
Ferconsult, S.A.	-	79.675	246.630	14.732	3.831	307.742
Metrocom, S.A.	18.056	515.136	-	-	-	533.192
Associadas:						
Publimetro	676.961	-	-	-	-	676.961
Empreendimentos conjuntos:						
Otlis, A.C.E.	199.182	-	-	831.362	3.075	(635.255)
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	-	-	-
	894.199	594.810	246.630	846.094	6.906	882.640



Partes relacionadas	2018			2018		
	Contas a receber			Contas a pagar		
	Clientes (Nota 14)	IRC - Retenções na fonte	Outros créditos a receber	Fornecedores (Nota 21)	Outras dívidas a pagar	Efeito líquido
Subsidiárias:						
Ferconsult, S.A.	-	79.675	216.585	-	545.721	(249.461)
Metrocom, S.A.	-	550.315	-	-	-	550.315
Associadas:						
Publimetro	766.032	-	-	-	-	766.032
Empreendimentos conjuntos:						
Otlis, A.C.E.	1.118	-	-	80.228	-	(79.110)
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	-	-	-
	767.149	629.990	216.585	80.228	545.721	987.776

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Partes relacionadas	2019			
	Compra de inventários	Compra activos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, SA	-	1.401.985	-	113.501
Metrocom, SA	-	-	6.163	2.246.666
Associadas:				
Publimetro	-	-	-	1.485.803
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, ACE	894.113	6.025	136.265	5.138.961
Ensitrans AEIE	-	-	-	-
	894.113	1.408.010	142.428	8.984.931

Partes relacionadas	2018			
	Compra de inventários	Compra activos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, SA	-	2.051.977	14.326	85.769
Metrocom, SA	-	-	6.178	2.127.768
Associadas:				
Publimetro	-	-	-	1.171.636
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, ACE	2.254.615	-	123.071	4.720.222
Ensitrans AEIE	-	-	-	-
	2.254.615	2.051.977	143.575	8.105.396



34. Garantias prestadas

O detalhe das responsabilidades assumidas pela Empresa relacionadas com garantias prestadas em 31 de dezembro de 2019, é como segue:

2019			
Entidade	Montante	Data Início	Beneficiário
Banco BPI	7.494	10-03-2006	TRIB.ADM.F.LX-2ºJUÍZO
Banco BPI	95.482	11-05-2006	FINANÇAS 4ºBAIRRO FISCAL
Banco BPI	1.583	30-06-2010	TRIB.TRIBUT.2ª.INST.LIS
Banco BPI	7.661	17-08-2011	MUNICÍPIO DE LISBOA
Banco BPI	7.500	17-06-2014	PETROGAL
Banco BPI	1.820	01-06-2015	SMAS SINTRA
Banco BPI	438.047	03-07-2015	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab
Banco BPI	760.610	28-04-2016	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab
	1.320.197		

35. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 22.049 euros, os quais referem-se essencialmente, processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho é desconhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras. Relativamente aos restantes processos não foi registada em 31 de dezembro de 2019 qualquer provisão, uma vez que, caso aquelas indemnizações sejam pagas, as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

36. Divulgações exigidas por diplomas legais

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 20.550 euros.

37. Acontecimentos após a data do balanço

Relativamente ao surto do Covid-19, classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e que alastrou também ao nosso País, a Empresa tem vindo a atualizar os seus planos de contingência e a implementar medidas para responder, nomeadamente, às recomendações e práticas adequadas



no âmbito da prevenção e controlo da infeção pelo Covid-19, correspondendo às orientações da Direção-Geral da Saúde, de modo a diminuir os respetivos efeitos sociais e económicos. Na presente data, face à informação disponível, não é possível estimar com um grau de precisão mínima os impactos da pandemia do Covid-19 na esfera da atividade da Empresa. No entanto podemos perspetivar uma retração geral da atividade económica, que será tanto mais intensa quanto mais duradouras forem as restrições à mobilidade de pessoas e ao normal desenvolvimento das diferentes atividades. Por outro lado, estando a ser realizado um levantamento dos respetivos impactos financeiros e operacionais, que neste momento não se podem ainda estimar face à recente evolução deste surto, a Empresa tem em curso um plano de resposta relativamente às suas atividades com vista a assegurar a continuidade das operações.

O Conselho de Administração



Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

O Contabilista Certificado



Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota



Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos



Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

Lisboa, 28 de julho de 2020



8.6 Demonstrações Orçamentais

Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Orçamento 2019			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	t+1	t+2	t+3	t+4
	RECEITA CORRENTE		193.047.838	193.047.838				
R.06	Transferências correntes		43.394.200	43.394.200				
R.06.03	Administração central		43.394.200	43.394.200				
R.06.03.01	Estado		17.100.000	17.100.000				
R.06.03.07	Serviços e fundos autónomos		26.294.200	26.294.200				
R.07	Venda de bens e serviços correntes		149.653.638	149.653.638				
	RECEITA DE CAPITAL		15.835.800	15.835.800				
R.09	Vendas de bens de investimento		500.000	500.000				
R.10	Transferências de capital		15.335.800	15.335.800				
R.10.03	Administração central		1.300.000	1.300.000				
R.10.03.01	Estado		1.300.000	1.300.000				
R.10.09	Resto do mundo		14.035.800	14.035.800				
R.10.09.01	União Europeia - Instituições		14.035.800	14.035.800				
	Receta efetiva [1]		208.883.638	208.883.638				
	Receta não efetiva [2]		717.596.553	717.596.553				
R.12	Passivos financeiros		717.596.553	717.596.553				
	Receta total [3] = [1] + [2]		926.480.191	926.480.191				

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Orçamento 2019			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	t+1	t+2	t+3	t+4
	DESPESA CORRENTE		374.969.967	374.969.967				
D.01	Despesas com o pessoal		81.814.402	81.814.402				
D.01.01	Remunerações certas e permanentes		51.698.683	51.698.683				
D.01.02	Abonos variáveis ou eventuais		4.620.066	4.620.066				
D.01.03	Segurança social		25.495.653	25.495.653				
D.02	Aquisição de bens e serviços		60.099.999	60.099.999				
D.03	Juros e outros encargos		221.247.923	221.247.923				
D.06	Outras despesas correntes		11.807.644	11.807.644				
	DESPESA DE CAPITAL		79.972.648	79.972.648				
D.07	Aquisição de bens de capital		79.972.648	79.972.648				
	Despesa efetiva [4]		454.942.615	454.942.615				
	Despesa não efetiva [5]		471.537.576	471.537.576				
D.10	Passivos financeiros		471.537.576	471.537.576				
	Despesa total [6] = [4] + [5]		926.480.191	926.480.191				
	Saldo total [3] - [6]		0	0				
	Saldo global [1] - [4]		-246.058.977	-246.058.977				
	Despesa primária		233.694.693	233.694.693				
	Saldo corrente		-181.922.129	-181.922.129				
	Saldo de capital		-64.136.848	-64.136.848				
	Saldo primário		-24.811.055	-24.811.055				



Demonstração de desempenho orçamental da receita

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO - 2019					TOTAL	n-1
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
	Saldo de gerência anterior							
	Operações orçamentais [1]	16.237.585					16.237.585	
	Restituição do saldo de operações orçamentais						0	
	Operações de tesouraria [A]						0	
	RECEITA CORRENTE	159.089.833	3.963.263				163.053.096	
R.05	RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	131.220	0				131.220	
R.06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.312.200	3.963.263				30.275.463	
R.06.03	Administração Central	26.264.200	3.963.263				30.227.463	
R.06.03.01	Estado	0	3.963.263				3.963.263	
R.06.03.07	Serviços e fundos autónomos	26.264.200					26.264.200	
R.06.03.07.58.58	DGPC	48.000					48.000	
R.07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS	126.915.426					126.915.426	
R.08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.730.987					5.730.987	
	RECEITA DE CAPITAL	719.865	968.212				1.688.077	
R.09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	2.800					2.800	
R.10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	968.212				968.212	
R.10.03	Administração Central	0	968.212				968.212	
R.10.03.01	Estado	0	968.212				968.212	
R.15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	717.065					717.065	
	Receita efetiva [2]	159.809.698	4.931.475				164.741.173	
	Receita não efetiva [3]	0	681.668.992				681.668.992	
R.12	Receita com passivos financeiros	0	681.668.992				681.668.992	
	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	176.047.283	686.600.467				862.647.750	
	Operações de tesouraria [B]	172.143					172.143	

Demonstração de desempenho orçamental da despesa

Un.: Euros

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO - 2019					TOTAL	n-1
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
	DESPESA CORRENTE	141.553.028	207.392.312	0	0	0	348.945.340	
D.01	DESPESAS COM O PESSOAL	81.126.783	0	0	0	0	81.126.783	
D.01.01	Remunerações certas e permanentes	51.099.873	0	0	0	0	51.099.873	
D.01.02	Abonos variáveis ou eventuais	4.170.964	0	0	0	0	4.170.964	
D.01.03	Segurança social	25.855.946	0	0	0	0	25.855.946	
D.02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	41.500.137	3.963.263	0	0	0	45.463.400	
D.03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	15.000.000	203.372.005	0	0	0	218.372.005	
D.06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.926.108	57.044	0	0	0	3.983.152	
	DESPESA DE CAPITAL	6.004.471	6.465.613	0	0	0	12.470.084	
D.07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	6.004.471	6.465.613	0	0	0	12.470.084	
	Despesa efetiva [5]	147.557.499	213.857.925	0	0	0	361.415.424	
	Despesa não efetiva [6]	0	471.502.576	0	0	0	471.502.576	
D.10	PASSIVOS FINANCEIROS	0	471.502.576	0	0	0	471.502.576	
	Soma [7] = [5] + [6]	147.557.499	685.360.501	0	0	0	832.918.000	
	Operações de tesouraria [C]	172.143					172.143	
	Saldo para a gerência seguinte							
	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	28.489.784	1.239.966	0	0	0	29.729.750	
	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	0	0	0	0	0	0	
	Saldo global [2] - [5]	12.252.199	-208.926.450	0	0	0	-196.674.251	
	Despesa primária	132.557.499	10.485.920	0	0	0	143.043.419	
	Saldo de capital	-5.284.606	-5.497.401	0	0	0	-10.782.007	
	Saldo primário	27.252.199	-5.554.445	0	0	0	21.697.754	
	Receita total [1] + [2] + [3]	176.047.283	686.600.467	0	0	0	862.647.750	
	Despesa total [5] + [6]	147.557.499	685.360.501	0	0	0	832.918.000	



Metropolitano de Lisboa, E.P.E. | 142
Relatório e Contas 2019

Demonstração de execução orçamental da receita
2019

Rubricas	Designação	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Reservas líquidas (3)	Liquidades anuladas (4)	Receitas cobradas ementas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas		Receitas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçamental	
							Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)		Períodos anteriores (12) = (8) / (2) x 100	Período corrente (13) = (9) / (2) x 100
	RECEITA CORRENTE	192.327.972	0	163.053.096	0	163.053.096	0	0	163.053.096	0	0	0	0
R.05	RENDEIMENTOS DA PROPRIEDADE	131.220	0	131.220	0	131.220	0	0	131.220	0	0	0	0
R.06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	48.394.200	0	30.275.463	0	30.275.463	0	0	30.275.463	0	0	0	0
R.06.03	Administração Central	48.394.200	0	30.275.463	0	30.275.463	0	0	30.275.463	0	0	0	0
R.06.03.01	Estado	17.100.000	0	3.963.263	0	3.963.263	0	0	3.963.263	0	0	0	0
R.06.03.07	Serviços e fundos autónomos	26.294.200	0	26.312.200	0	26.312.200	0	0	26.312.200	0	0	0	0
R.07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS	148.071.565	0	126.915.426	0	126.915.426	0	0	126.915.426	0	0	0	0
R.08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.730.997	0	5.730.987	0	5.730.987	0	0	5.730.987	0	0	0	0
	RECEITA DE CAPITAL	734.152.219	0	683.357.068	0	683.357.068	0	0	683.357.068	0	0	0	0
R.09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	502.800	0	2.800	0	2.800	0	0	2.800	0	0	0	0
R.10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15.335.800	0	968.212	0	968.212	0	0	968.212	0	0	0	0
R.10.03	Administração Central	1.300.000	0	968.212	0	968.212	0	0	968.212	0	0	0	0
R.10.03.01	Estado	1.300.000	0	968.212	0	968.212	0	0	968.212	0	0	0	0
R.10.09	Resto do Mundo	14.035.800	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.10.09.01	União Europeia - Instituições	14.035.800	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.12	PASSIVOS FINANCIEROS	717.596.553	0	681.668.992	0	681.668.992	0	0	681.668.992	0	0	0	0
R.15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	717.066	0	717.065	0	717.065	0	0	717.065	0	0	0	0
	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	16.237.585	0	16.409.728	0	16.409.728	0	0	16.409.728	0	0	0	0
	Total	942.717.776	0	862.819.899	0	862.819.899	0	0	862.819.899	0	0	0	0

Demonstração de execução orçamental da despesa
2019

Rubricas	Designação	Despesa por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transferir (9) = (4) - (5)	Obrigações por pagar (10) = (3) - (8)	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)			Períodos anteriores (11) = (6) / (2) x 100	Período corrente (12) = (7) / (2) x 100
	DESPESA CORRENTE	0	353.529.612	20.853.250	353.529.612	0	348.450.474	454.869	348.945.343	-328.092.099	0	88
D.01	Despesas com o pessoal	0	81.814.401	427.582	81.386.065	0	81.126.794	50	81.386.065	-80.699.202	0	99
D.01.01	Remunerações certas e permanentes	0	51.548.879	190.902	51.357.898	0	51.099.873	0	51.357.898	-50.908.971	0	99
D.01.02	Abonos variáveis ou eventuais	0	4.313.099	142.534	4.170.964	0	4.170.964	0	4.170.964	-4.028.430	0	97
D.01.03	Segurança social	0	25.952.023	94.146	25.857.203	0	25.855.897	50	25.855.947	-25.761.801	0	100
D.02	Aquisição de bens e serviços	0	60.100.000	11.187.168	48.885.434	0	45.076.508	386.893	45.463.401	-34.276.233	1	75
D.03	Juros e outros encargos	0	237.485.508	0	218.372.005	0	218.304.086	67.920	218.372.005	-218.372.006	0	92
D.03.01	Juros da Dívida Pública	0	236.422.713	0	218.173.380	0	218.173.380	0	218.173.380	-218.173.380	0	92
D.03.01.02.D.00	Juros da Dívida Pública	0	236.422.713	0	218.173.380	0	218.173.380	0	218.173.380	-218.173.380	0	92
D.06	Outras despesas correntes	0	14.534.039	9.238.500	5.286.108	0	3.983.146	6	3.983.152	5.255.348	0	27
	DESPESA DE CAPITAL	0	548.783.828	0	505.913.611	0	483.552	483.552	505.913.611	-483.972.660	0	88
D.07	Aquisição de bens de capital	0	77.246.252	0	34.411.295	0	12.096.532	433.552	34.411.295	-12.470.084	1	16
D.10	Passivos financeiros	0	471.537.576	0	471.502.576	0	471.502.576	0	471.502.576	-471.502.576	0	100
	Total	0	942.717.776	20.853.250	859.843.421	0	832.029.582	888.421	859.843.421	-812.064.753	0	88

Alterações orçamentais da receita
2019

Un. Euros

Rubricas [1]	Descrição [2]	Receita				Previsões corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	Observações [8]
		Previsões iniciais [3]	Alterações orçamentais				
			Inscrições/reforços [4]	Diminuições/anulações [5]	Créditos especiais [6]		
RECEITA CORRENTE		193.047.838	26.092.207	26.812.073	0	192.327.972	
R.05	RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	0	131.220	0	0	131.220	
R.06	Transferências correntes	43.394.200	10.530.000	10.530.000	0	43.394.200	
R.06.03	Administração central	43.394.200	10.530.000	10.530.000	0	43.394.200	
R.06.03.01	Estado	17.100.000	0	0	0	17.100.000	
R.06.03.07	Serviços e fundos autónomos	26.294.200	10.530.000	10.530.000	0	26.294.200	
R.07	Venda de bens e serviços correntes	149.653.638	9.700.000	16.282.073	0	143.071.565	
R.08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0	5.730.987	0	0	5.730.987	
RECEITA DE CAPITAL		15.835.800	2.800	0	0	15.838.600	
R.09	Vendas de bens de investimento	500.000	2.800	0	0	502.800	
R.10	Transferências de capital	15.335.800	0	0	0	15.335.800	
R.10.03	Administração central	1.300.000	0	0	0	1.300.000	
R.10.03.01	Estado	1.300.000	0	0	0	1.300.000	
R.10.09	Resto do mundo	14.035.800	0	0	0	14.035.800	
R.10.09.01	União Europeia - Instituições	14.035.800	0	0	0	14.035.800	
	Receita efetiva [1]	208.883.638	26.095.007	26.812.073	0	208.166.572	
	Receita não efetiva [2]	717.596.553	149.658.913	148.941.847	0	718.313.619	
R.12	Passivos financeiros	717.596.553	148.941.847	148.941.847	0	717.596.553	
R.15	Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	0	717.066	0	0	717.066	
	Receita total [3] = [1] + [2]	926.480.191	175.753.920	175.753.920	0	926.480.191	

2019

Un. Euros

Rubricas [1]	Descrição [2]	Despesa				Dotações corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	Observações [8]
		Dotações iniciais [3]	Alterações orçamentais				
			Inscrições/reforços [4]	Diminuições/anulações [5]	Créditos especiais [6]		
DESPESA CORRENTE		374.969.967	92.579.320	73.615.339	0	393.933.948	
D.01	Despesas com o pessoal	81.814.401	6.798.929	6.798.930	0	81.814.401	
D.01.01	Remunerações certas e permanentes	51.698.683	5.269.056	5.418.860	0	51.548.879	
D.01.02	Abonos variáveis ou eventuais	4.620.066	240.431	546.997	0	4.313.499	
D.01.03	Segurança social	25.495.653	1.289.443	833.073	0	25.952.023	
D.02	Aquisição de bens e serviços	60.099.999	65.724.012	65.724.011	0	60.100.000	
D.03	Juros e outros encargos	221.247.923	16.237.585	0	0	237.485.508	
D.06	Outras despesas correntes	11.807.644	3.818.793	1.092.397	0	14.534.039	
DESPESA DE CAPITAL		79.972.648	65.057.109	67.783.505	0	77.246.252	
D.07	Aquisição de bens de capital	79.972.648	65.057.109	67.783.505	0	77.246.252	
	Despesa efetiva [4]	454.942.615	157.636.429	141.398.844	0	471.180.200	
	Despesa não efetiva [5]	471.537.576	0	0	0	471.537.576	
D.10	Passivos financeiros	471.537.576	0	0	0	471.537.576	
	Despesa total [6] = [4] + [5]	926.480.191	157.636.429	141.398.844	0	942.717.776	
	Saldo total [3] - [6]	0	18.117.491	34.355.077	0	-16.237.585	
	Saldo global [1] - [4]	-246.058.977	-131.541.422	-114.586.771	0	-263.013.628	
	Despesa primária	233.694.692	141.398.844	141.398.844	0	233.694.692	
	Saldo corrente	-181.922.129	-66.487.113	-46.803.266	0	-201.605.976	
	Saldo de capital	-64.136.848	-65.054.309	-67.783.505	0	-61.407.652	
	Saldo primário	-24.811.054	-115.303.837	-114.586.771	0	-25.528.120	

Operações de tesouraria

2019

Un. Euros

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
RECEITA		0	172.143		172.143
R.17	Operações Extraorçamentais	0	172.143		172.143
R.17.02	Outras operações de tesouraria	0	172.143		172.143
R.17.02.00.00.00	Ots operações de tesouraria	0	172.143		172.143
DESPESA		0		172.143	172.143
D.12	Operações Extraorçamentais	0		172.143	172.143
D.12.02.00	Outras operações de tesouraria	0		172.143	172.143
D.12.02.00.00.00	Ots operações de tesouraria	0		172.143	172.143
Total		0	172.143	172.143	0

Plano plurianual de investimentos
2019

Un.: Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte de financiamento				Fase de execução		Pagamentos						Total previsto				
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim	Realizados em períodos anteriores	Estimativa de realização do período t-1	Períodos seguintes					Total			
													Ano t-1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4			2019	Ano t+1	Ano t+2
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21] = [13] + [19] + [20]	
		Edifícios Construção	D.07.01.03.80.C0	12.023.689	10.672.101	0	0	0	0					3.412.915							
		Outros (equipamento administrativo)	D.07.01.09.80.00	0	0	0	0	0	0												
		Outros (Equipamento Básico)	D.07.01.10.80.00	1.085.000	0	0	0	0	0												
		Leasing Material Transporte	D.07.02.05.L5.00	25.000	0	0	0	0	0												
		Ativos Tangíveis Domínio Público	D.07.03.02.AT.00	6.117.365	33.287.297	14.035.800								9.057.169							
		Total		19.251.054	43.959.398	14.035.800	0	0	0	Total	0	0	0	12.470.084	0	0	0	0	0	0	0

Execução plurianual de investimentos
2019

Un.: Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte de financiamento			Montante executado		Montante previsto		Nível de execução financeira anual (%)	Nível de execução financeira global (%)				
					RG	RP	UE	Anos seguintes	Total	Anos seguintes	Total						
														[6]	[7]	[8]	[9]
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]
		Edifícios Construção	D.07.01.03.80.C0	3.412.915	0	0	0	0	0	0	0	15,04%					
		Outros (equipamento administrativo)	D.07.01.09.80.00	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%					
		Outros (Equipamento Básico)	D.07.01.10.80.00	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%					
		Leasing Material Transporte	D.07.02.05.L5.00	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%					
		Ativos Tangíveis Domínio Público	D.07.03.02.AT.00	9.057.169	9.057.169	0	0	0	9.057.169	9.057.169	9.057.169	16,95%					
		Total		12.470.084	0	0	0	0	12.470.084	12.470.084	12.470.084	16,14%					

Alterações ao plano plurianual de investimentos

Un.: Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Datas			Pagamentos						Modificação (+/-)
				Início	Fim	2019	Períodos seguintes				Outros		
							Ano t-1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4		Ano t-1	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]
		Edifícios Construção	D.07.01.03.80.C0			1.954.450	22.695.790						20.741.340
		Outros (equipamento administrativo)	D.07.01.09.80.00			468.989	0						-468.989
		Outros (Equipamento Básico)	D.07.01.10.80.00			24.205.741	1.085.000						-23.120.741
		Leasing Material Transporte	D.07.02.05.L5.00			3.630.670	25.000						-3.605.670
		Ativos Tangíveis Domínio Público	D.07.03.02.AT.00			49.712.798	53.440.462						3.727.664
		Total				79.972.648	77.246.252						-2.726.396



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (a Entidade ou ML), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 5.517.060.161 euros e um total de capital próprio de 1.250.964.043 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 16.873.277 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Na sequência da “atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML”, através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa. Este contrato compreende os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo da Entidade em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. No entanto, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos referidos ativos, bem como outros eventuais efeitos decorrentes da celebração do contrato de concessão. Saliente-se ainda que, em 28 de março de 2016, o ML procedeu, em simultâneo, à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transportes do ML e à anulação do correspondente contrato de subconcessão, atos esses que estão a ser contestados judicialmente. Não obtivemos informações suficientes que nos permitissem concluir sobre os ajustamentos e eventuais responsabilidades não registadas pelo ML decorrentes dos factos mencionados e, conseqüentemente, sobre os efeitos destas matérias nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

2. Conforme divulgado nas notas 4.1, 4.2, 4.3, 4.10, 4.18 e 6 do anexo, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração (“ILD”) do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Não obstante a celebração, em 23 de março de 2015, entre o Estado Português e o ML, de um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes no que respeita à posse e utilização das ILD. Deste modo, o ML continua a registar todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas de balanço denominadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2019, o ativo não corrente compreende o montante de 5.249.978.288 euros referente a (i) créditos a receber do Estado (3.088.856.357 euros), (ii) a derivados mensurados ao justo valor por 14.539.323 euros e a (iii) ativos fixos tangíveis, intangíveis ou propriedades de investimento, os quais totalizam 2.146.582.608 euros e correspondem a custos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (líquidos de subsídios recebidos); o passivo engloba financiamentos e outras contas a pagar relacionados com os ILD, num total de 3.120.089.714 euros, do qual 2.078.989.938 euros está considerado como não corrente. De salientar ainda que, em consequência da referida omissão contratual, os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados, respetivamente. Desta forma, face à



indefinição contratual que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada pelo ML relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras em apreço

3. Conforme divulgado na nota 15 do anexo, o balanço inclui em 31 de dezembro de 2019, na rubrica “Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros”, o montante de 29.811.115 euros, líquido de perdas por imparidade, relativo a obras efetuadas no passado pelo ML por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à adequada mensuração daqueles ativos.

4. O rédito da prestação de serviço de transporte público de passageiros realizada pela Entidade, até 31 de março de 2019, inclui receitas provenientes de títulos combinados e intermodais, cuja repartição era efetuada, com base em acordos entre os operadores envolvidos e por intermédio de quotas determinadas num inquérito de tráfego realizado em 2007, respetivamente. Pela análise efetuada ao reconhecimento do rédito do primeiro trimestre de 2019 proveniente da venda dos títulos das anteriores tipologias, constatámos que os processos de melhoria que vinham a ser realizados quanto ao que concerne à validação e aos métodos de repartição utilizados no passado foram interrompidos com a entrada em vigor do novo sistema tarifário, pelo que não nos é possível avaliar com segurança, o efeito que a respetiva conclusão poderia ter tido sobre as demonstrações financeiras em apreço. Tal como é referido na nota 4.17 do anexo, com a aprovação do Regulamento n.º 278-A/2019, de 19 de março, a partir de 1 de abril de 2019 entrou em vigor o novo sistema tarifário comum a todos os operadores públicos e privados de transporte da Área Metropolitana de Lisboa (AML), tendo passado a existir apenas duas modalidades de passes “Navegante”. Por forma a minorar o impacto sobre os diferentes operadores da redução das tarifas dos transportes públicos, o novo sistema tarifário é financiado através do Programa de Apoio à Redução Tarifária (“PART”), cabendo à AML o cálculo e a atribuição das compensações a que aqueles têm direito. Pela análise que efetuámos ao reconhecimento do rédito no período compreendido entre 1 de abril e 31 de dezembro de 2019, verificámos que a AML recorreu à informação contida na plataforma de gestão e integração de sistemas de bilhética de todos os operadores, cuja gestão está a cargo da OTLIS, sob a supervisão e fiscalização daquela. No entanto, a AML não promoveu uma auditoria aos serviços prestados pela OTLIS, faculdade prevista no art.º 22.º do referido regulamento, por forma a ser possível concluir sobre a eficácia do controlo interno incidente sobre os processos de obtenção dos dados de todos os operadores e do seu tratamento e validação. Acresce que o rédito correspondente a esta compensação acabou por ser apurado por estimativa, uma vez que, na presente data, ainda estão em curso procedimentos de conferência entre os operadores e a OTLIS para importação e retificação de vendas e validações de 2018 e 2019. Consequentemente, não nos é possível avaliar com segurança o efeito das situações acima descritas na repartição das vendas dos canais OTLIS pelos operadores e no apuramento final da compensação do “PART” no rédito registado nas contas em apreço.

5. A nossa análise à listagem de materiais em stock, com referência a 31 de dezembro de 2019, no montante de 28.380.820 euros, revelou que não se consegue reconciliá-la com o saldo de “Inventários”, no montante de 7.737.745 euros (líquido de perdas de imparidade) e com o valor dos sobresselentes, incluídos nos Ativos fixos tangíveis, no montante de 20.361.669 euros. Consequentemente, e na ausência de informações que possibilitassem a execução dos testes de auditoria que se revelariam apropriados, não pudemos concluir quanto ao valor de realização destes ativos e à razoabilidade da sua mensuração, e quanto ao impacto desta situação na determinação do custo das matérias consumidas no período, não obstante as melhorias verificadas em 2019, designadamente no controlo dos inventários.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



AC

Ênfases

1. As operações do ML têm vindo a gerar prejuízos anuais consecutivos, sendo o seu financiamento assegurado pelo Estado Português através de indemnizações compensatórias e de dotações de capital, para além de que o ativo corrente é substancialmente inferior ao passivo corrente. Dado estarmos perante uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações da Entidade, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro.

2. Conforme divulgado na nota 1 do anexo, as demonstrações financeiras do ML relativas aos cinco últimos exercícios, não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas tutelas financeira e setorial. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos Relatórios de Gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

3. A Organização Mundial de Saúde declarou em março de 2020 como pandemia a doença provocada pelo "Covid-19", a qual tem causado um forte impacto negativo sobre a economia mundial e nacional, existindo ainda muita incerteza quanto à sua profundidade e duração. Conforme descrito na Nota 37 do anexo, o Conselho de Administração, tendo por base as informações disponíveis na presente data, encontra-se a avaliar os referidos impactos e a executar um plano de resposta por forma a assegurar a continuidade das operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Para além das matérias incluídas na secção "Bases para a opinião com reservas", definimos as seguintes matérias relevantes de auditoria:

1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

O ML contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD. A mensuração destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada de acordo com a valorização determinada pelas instituições financeiras com as quais foram contratados.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor, o qual é determinado com base em técnicas de valorização que envolvem a utilização de estimativas, julgamentos e pressupostos.</p> <p>Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação das metodologias e pressupostos considerados na determinação do justo valor;• Análise das avaliações realizadas, designadamente pelo IGCP;• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 4.15, 6.9 e 11 do anexo são adequadas.



Ac

2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

A Entidade tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades do ML relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no período.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>As responsabilidades com benefícios pós-emprego são mensuradas pelo justo valor, o qual é determinado através de julgamentos e estimativas relativamente a diversos pressupostos, nomeadamente taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade.</p> <p>Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego é significativo.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo;• Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado;• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 4.14 e 20 do anexo são adequadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



Ac

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 862.647.750 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 832.918.000 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte: i) As demonstrações orçamentais utilizam rubricas e denominações que não estão em conformidade com a nomenclatura adotada nos modelos previstos na referida NCP 26 e não apresentam algumas das informações previstas nos mesmos, designadamente quanto a informação comparativa; ii) não foram preparados e incluídos no Anexo às demonstrações orçamentais, tal como dispõe a NCP 26, elementos informativos relativos a “Contratação administrativa” e “Transferências e subsídios”.

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão, apresentado sob a forma de relatório único tal como previsto no artigo 508.º-C, n.º 6 do mesmo diploma legal, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no relatório de governo societário, a publicar juntamente com o relatório de gestão.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados como Revisor Oficial de Contas do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.*, pela primeira vez, por despacho de 18 de março de 2015 das tutelas setorial e financeira para um mandato compreendido entre 2015 e 2017. Na sequência de concurso público desencadeado pela Entidade e sob proposta, nos termos legais, do Conselho Fiscal, fomos nomeados Revisor Oficial de Contas para o triénio 2019-2021 pelo Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade de 15 de outubro de 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 29 de julho de 2020

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante também designado por Metropolitano ou Empresa) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 5 517 060 161 euros e um total de capital próprio de 1 250 964 043 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 16 873 277 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1 a 6 da secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Conforme divulgado nas notas 4 e 6 do anexo às demonstrações financeiras, o Metropolitano considera que a responsabilidade pelo financiamento das infraestruturas de longa duração (ILD) que tem vindo a construir, renovar e explorar, pertence ao Estado Português, registando assim no seu ativo não corrente todos os custos de construção e gastos associados à construção e financiamento das ILD, numa rubrica designada “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, no valor acumulado de cerca de 5 250 milhões de euros (31dez18: cerca de 5 112 milhões de euros), incluindo ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento que não têm vindo a ser depreciados, líquidos de subsídios, no montante de cerca de 2 147 milhões de euros (31dez18: cerca de 2 137 milhões de euros), bem como uma conta a receber do Estado de cerca de 3 089 milhões de euros (31dez18: cerca de 2 955 milhões de euros). De igual modo, tem vindo a registar no passivo, em rubricas com a mesma designação de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, os financiamentos obtidos, outras dívidas a pagar e provisões relacionados com a construção, renovação e financiamento das ILD, incluindo cerca de 2 079 milhões de euros (31dez18: cerca de 2 326 milhões de euros) no passivo não corrente e cerca de 1 041 milhões de euros (31dez18: cerca de 1 206 milhões de euros) no passivo corrente. Não é claro o enquadramento legal ou contratual, que tem vindo a ser assumido pelo Metropolitano, da eventual obrigação do Estado de reembolsar a Empresa pela parte não subsidiada do investimento em ILD e pelos gastos associados ao seu financiamento, subsistindo assim uma importante incerteza quanto à recuperação dos valores investidos em ILD e à forma e valor de realização da referida conta a receber do Estado de cerca de 3 089 milhões de euros (31dez18: cerca de 2 955 milhões de euros), o que configura uma limitação ao âmbito do nosso trabalho no que respeita à valorização dos referidos ativos e ao impacto desta política contabilística nas demonstrações financeiras do Metropolitano.

2. Através de contrato de concessão celebrado em março de 2015, o Estado Português atribuiu ao Metropolitano a concessão, até 1 de julho de 2024, do transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes, compreendendo a universalidade dos bens afetos à concessão, que se encontram evidenciados no ativo da Empresa, bem como os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público. No entanto, as demonstrações financeiras de 2015 a 2019 não refletem qualquer alteração na classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos afetos à concessão, bem como outros eventuais efeitos decorrentes do contrato de concessão, não sendo possível quantificar os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras, o que constituiu uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.
3. Em 28 de março de 2016, a Empresa procedeu à anulação administrativa da adjudicação da subconcessão da atividade a uma outra entidade, que havia sido efetuada em 2015. Tendo essa entidade contestado judicialmente a referida anulação, desconhece-se os eventuais efeitos caso a decisão judicial venha a ser desfavorável às pretensões do Metropolitano, o que constituiu uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.
4. No ativo, a rubrica “Diferimentos” inclui cerca de 30,4 milhões de euros (igual montante em 31 de dezembro de 2018) de obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do sector empresarial do Estado que ainda não foram faturadas, encontrando-se pendentes de formalização de protocolos para regularização da situação. Não estão disponíveis elementos que nos permitam concluir sobre a recuperabilidade destes montantes, o que constituiu uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.
5. Conforme referido na nota 4.17 do anexo às demonstrações financeiras, até 31 de março de 2019 o rédito proveniente da prestação de serviço público de transporte público resulta das receitas provenientes da venda de títulos de transporte na rede própria bem como da repartição do produto da venda de: (i) passes sociais intermodais, (ii) passes combinados, (iii) títulos Navegante Municipal e Urbano e (iv) viagens ocasionais/zapping. Ainda de acordo com a referida nota 4.17, no início de abril de 2019, entrou em vigor o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), nos termos previstos na Lei do Orçamento de Estado de 2019 (Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro) e de acordo com o Regulamento n.º 278-A/2019 da Área Metropolitana de Lisboa (AML) publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 27 de março. O PART criou um “Passe único metropolitano”, comum a todos os operadores de transporte que operam na AML, determinando, conseqüentemente, o fim da quase totalidade dos passes multimodais e interempresas. Os novos passes “municipal” e “metropolitano” são disponibilizados a preços significativamente inferiores, para estimular a procura de transporte público. O PART simplificou igualmente o processo de apuramento mensal do rédito, estabelecendo que: (i) as receitas da venda dos passes PART são da titularidade dos operadores que realizam a venda; (ii) a AML paga aos operadores compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público, de acordo com o modelo definido no Regulamento 278-A/2019 da AML, que garante a manutenção do equilíbrio financeiro dos operadores, assegurando que não têm perda de receita face a um valor de referência pré-estabelecido; (iii) o valor dos pagamentos por conta mensais é estabelecido trimestralmente, correspondendo à diferença entre os montantes recebidos (receitas de vendas e subsídios do Estado) e o valor de referência estimado para cada operador; (iv) o modelo define igualmente regras para distribuição dos benefícios resultantes de um acréscimo (*upside*) da receita global do sistema de transportes da AML, decorrente de um aumento sustentado da utilização do

transporte público, favorecendo os operadores com maior crescimento de procura; e (v) o cálculo do valor definitivo das compensações de cada operador, tendo em conta o montante total real das vendas e validações realizadas no conjunto dos operadores da AML, é efetuado no primeiro trimestre do ano seguinte. O Metropolitano contabilizou como acréscimo os valores provisórios das compensações a receber relativas ao ano de 2019 comunicadas pela AML. Nos dois modelos de apuramento de réditos anteriormente descritos e que coexistiram em 2019, a recolha, tratamento e divulgação dos valores a repartir entre cada operador aderente, provêm da mesma entidade responsável, encontrando-se ainda em curso procedimentos de validação e de aperfeiçoamento das repartições antes referidas, o que constitui uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

6. O balanço regista em Inventários cerca de 7,7 milhões de euros (31dez18: 7,1 milhões de euros) que não se encontram reconciliados com os bens existentes fisicamente em armazém, nomeadamente com as peças sobresselentes. Encontram-se em curso procedimentos de reforço do controlo interno de forma a apurar e reconciliar as diferenças materiais anteriormente referidas, os quais não se encontram ainda concluídos, situação que constitui uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. Muito embora tenha ocorrido no exercício de 2019 um aumento de capital social de cerca de 549,8 milhões de euros, subscrito e realizado, o total do capital próprio do Metropolitano continua a apresentar-se inferior a metade do capital social, pelo que são aplicáveis as disposições do Código das Sociedades Comerciais sobre a recomposição dos capitais e sobre a necessidade de divulgação externa do montante do capital próprio segundo o último balanço aprovado. Apesar do ativo corrente (cerca de 79,2 milhões de euros) ser significativamente inferior ao passivo corrente (cerca de 1 634,2 milhões de euros), conforme referido nas notas 4.1 e 19 do anexo: o Metropolitano tem uma “atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado”; e “O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista”.

2. Conforme divulgado na nota 1 do anexo, as demonstrações financeiras dos exercícios de 2014 a 2018 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. O Conselho de Administração decidiu proceder ao registro contábilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respectivos relatórios de gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

3. Conforme referido no relatório de gestão e na nota 37 do anexo, relativamente ao surto do Covid-19, classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e que alastrou também ao nosso País, a Empresa tem vindo a atualizar os seus planos de contingência e a implementar medidas para responder, nomeadamente, às recomendações e práticas adequadas no âmbito da prevenção e controlo da infeção pelo Covid-19, correspondendo às orientações da Direção-Geral da Saúde, de modo a diminuir os respetivos efeitos sociais e económicos. Na presente data, face à informação disponível, não é possível estimar com um grau de precisão mínima os impactos da pandemia do Covid-19 na esfera da atividade da Empresa. Por outro lado, estando a ser realizado um levantamento dos respetivos impactos financeiros e operacionais, que neste momento não se podem ainda estimar face à recente evolução deste surto, a Empresa tem em curso um plano de resposta relativamente às suas atividades com vista a assegurar a continuidade das operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além das matérias mencionadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização de instrumentos financeiros	
<p>Na sequência das operações de financiamento, o Metropolitano subscreveu instrumentos financeiros derivados, de mensuração complexa, relevados no ativo por cerca de 14,5 milhões de euros (31dez18: cerca de 19,8 milhões de euros) e no passivo por cerca de 355,5 milhões de euros (31dez18: cerca de 422,6 milhões de euros).</p> <p>Estes instrumentos financeiros foram registados de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.15, 6.9 e 11 do anexo às demonstrações financeiras.</p>	<p>A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: (i) análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados nas respetivas mensurações; (ii) indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas; (iii) a análise comparativa das várias avaliações efetuadas com referência a 31 de dezembro de 2019; e (iv) conferência das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p>
Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
2. Mensuração de provisões e das responsabilidades por benefícios pós-emprego	
<p>A mensuração das provisões para processos judiciais em curso e das responsabilidades por benefícios pós-emprego reveste-se de grande complexidade, tendo em consideração o volume e natureza dos processos judiciais em curso, os pressupostos atuariais utilizados na mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego e a exposição da Empresa, envolvendo um grau de incerteza elevado e um elevado nível de julgamento por parte do órgão de gestão. Assim, a validação dos pressupostos e cálculos subjacentes aos passivos reconhecidos é uma área significativa de auditoria.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4, 6, 18 e 20 do anexo às demonstrações financeiras.</p>	<p>A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: (i) a compreensão e análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados na mensuração das provisões; (ii) indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas e quanto à documentação que suporta os pressupostos; (iii) verificação detalhada dos cálculos dos especialistas externos relacionados com os encargos pós-emprego; (iv) análise das respostas dos advogados externos aos pedidos de informações efetuados e indagações adicionais junto dos responsáveis da Empresa; e (v) conferência detalhada das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (ii) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;

- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, incluindo o órgão de fiscalização, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação da Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos contratados como auditores externos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E, pela primeira vez em 1 de janeiro de 2017 para o exercício de 2016 e fomos subsequentemente designados como auditores externos para os exercícios de 2017, 2018 e 2019.
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Empresa nesta mesma data.
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Empresa durante a realização da auditoria.
- (v) Informamos que não prestámos à Empresa e às entidades sob o seu controlo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 29 de julho de 2020



Rui Lourenço Helena, em representação de
BDO & Associados, SROC, Lda.